

Flora Moritz da Silva

**UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: A PRÁTICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NO
NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Pedro
Antônio de Melo.

Florianópolis
2013

Moritz da Silva, Flora

Universidade e Compromisso Social [dissertação] : a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade / Flora Moritz da Silva ; orientador, Pedro Antônio de Melo - Florianópolis, SC, 2013.

185 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Compromisso Social. 3. Terceira Idade. 4. Extensão Universitária. I. Melo, Pedro Antônio de . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Flora Moritz da Silva

**UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: A PRÁTICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NO
NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2013.

Prof.^a Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Carla Cristina Dutra Búrigo, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gilberto de Oliveira Moritz, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

*À minha mãe Maria Cristina, que sempre lutou por mim, pela minha formação, me apoiando e me incentivando a ir além.
Ao meu pai Hobbes, pessoa muito importante em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma etapa de nossas vidas, é bom olhar para frente, porque temos nossos ideais, nossas perspectivas pessoais, mas também é sempre bom olhar para trás e agradecer a tantas pessoas que contribuíram para a nossa trajetória, pois com certeza, cada pessoa que passa em nossa vida, deixa alguma contribuição, mesmo que possamos perceber apenas mais tarde.

Mesmo parecendo piegas, em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela vida e pelas inúmeras dádivas que recebo a cada novo dia, e a meus pais, pois por intermédio deles, estou aqui, para construir meu conhecimento e contribuir com a sociedade. Minha mãe que me apoia sempre, que tantas vezes se desdobrou em várias para poder dar conta de tudo e que sempre quis o meu bem: mesmo quando eu relutava, ela estava ali para me dar a força necessária para seguir em frente. Ao meu pai, que me faz falta no dia a dia, mas que quando está presente, me faz sorrir.

Aos meus avós, agora representados pela vó Irian Dias da Silva, pois a família é algo crucial na vida das pessoas. Um agradecimento e uma homenagem especial póstuma a minha vó Ruth de Sá Moritz – você faz muita falta - e aos avôs, Dr. Carlos Moritz e Dr. Antônio Luís da Silva pela trajetória de ensinamentos na luta por justiça, e pela dedicação à temática da terceira idade.

Ao Luís pelo seu amor e compreensão, apoio nas horas difíceis, celebração nas vitórias. De alguma forma, você me faz ser uma pessoa melhor.

Aos amigos, que deixam a minha vida mais alegre. Amigos que se formaram e voaram para longe, mas que de alguma forma estão sempre perto, amigos do peito que estão mais presentes, e entenderam de alguma forma a minha ausência em muitos momentos, pela minha opção pela carreira acadêmica.

Aos meus colegas de curso e colegas de Núcleo, muitos dos quais viraram também grandes amigos. Pelas ideias compartilhadas, pelos momentos de estudo e também os de descontração, sem os quais não terminaríamos essa etapa.

Agradecer a todos os meus professores ao longo da vida, na faculdade e no mestrado. Para não ser injusta com nenhum – há tantos que eu gosto e me identifico – vou deixar apenas uma menção especial ao Professor Luís Moretto Neto, com quem tanto aprendi em meu primeiro estágio de docência, ao Professor Pedro Antônio de Melo, meu orientador na graduação e no mestrado, e ao Professor Dante Girardi,

com o qual eu trabalhei durante um ano em projetos da universidade e como monitora, antes de viajar para o intercâmbio.

Agradeço aos meus amigos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, meu primeiro estágio em administração, no qual eu aprendi não apenas questões relacionadas aos trâmites administrativos, mas também a importância de uma equipe no trabalho.

Ao pessoal da equipe do Ensino a Distância – EaD da administração da UFSC, sobretudo o pessoal da tutoria, da qual participei por alguns anos.

Aos meus amigos da Argentina, país que me acolheu tão bem durante meu intercâmbio e que me mostrou essa vertente de uma administração mais responsável e uma universidade mais compromissada. Destaque à família Privitera, aos amigos do Programa Amartya Sen e do Programa de Voluntariado Universitário da Faculdade de Ciências Econômicas y Estatísticas da Universidade Nacional de Rosario. *Chicos, los quiero de verdad. Ustedes están todos en mi corazón y mi cabeza. Gracias por todo.*

Aos meus amigos queridos do teatro, paixão da minha vida, da qual tive que me afastar nos últimos meses para concluir minha pesquisa. Obrigada pelos inúmeros momentos de trabalho árduo e também de descontração, e obrigada também por compreenderem este momento e deixarem as portas sempre abertas para mim.

Não poderia finalizar sem um agradecimento especial à coordenação do NETI, equipe técnica, Professor Irineu e todos os alunos do curso Previdência e Cidadania, fundadoras, colaboradores, enfim. Obrigada pela atenção e a disposição em atender-me, pela liberdade e confiança, por abrir as portas e permitir minha participação. Sinceramente, o trabalho é apaixonante, e eu aprendi muito com todos.

Muito obrigada!

“... adicionar não só anos à vida, mas vida aos anos”.

Paim & Almeida Filho

RESUMO

SILVA, Flora Moritz. **Universidade e Compromisso Social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade.** 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Orientador: Dr. Pedro Antônio de Melo

O Brasil está passando por uma revolução demográfica: a média de filhos por mulher vem diminuindo e a expectativa de vida aumentando. Estima-se que em 2050 quase um terço da população brasileira terá 60 anos ou mais. Essa perspectiva demanda estudos que analisem questões que vão além da sobrevivência dos idosos, como a autonomia e cidadania. As universidades, sobretudo as públicas, necessitam estar atentas à questão e promover espaço para esse público. Na década de 1970 na França surgiu o primeiro projeto que impulsionou o movimento das Universidades da Terceira Idade em todo o mundo. Com estrutura dentro da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI foi um dos pioneiros no Brasil a lutar pela temática da Terceira Idade nas universidades. Assim, o presente estudo visa compreender as práticas de compromisso social da UFSC por meio do NETI. Para tanto, se desenvolveu uma pesquisa sobre terceira idade, universidade e compromisso social, com abordagem predominantemente qualitativa e descritiva, caracterizando-se também como básica, ocasional, bibliográfica e um estudo de caso do NETI. A coleta e análise de dados foram realizadas por meio de pesquisa documental, questionários enviados aos professores que trabalharam em projetos oferecidos pelo NETI no segundo semestre de 2012 que foram tabulados e interpretados, acompanhamento do projeto Previdência e Cidadania oferecido pelo NETI no segundo semestre de 2012 e, principalmente por entrevistas semiestruturadas feita com gestores da UFSC, gestores do NETI e com representantes estudantis deste Núcleo, com análise de conteúdo frente à teoria existente. Mesmo subordinado à Pró-Reitoria de Extensão, o NETI pode ser considerado como uma Universidade Aberta da Terceira Idade, pois pratica ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cursos, grupos e oficinas, a maioria para a população a partir dos 50 anos. Com uma vertente educativa que prioriza a autonomia dos sujeitos, atuou em muitas das conquistas de políticas públicas para os idosos, mesmo com uma estrutura enxuta, com

poucos funcionários: o Núcleo é muito dependente dos voluntários. O voluntariado é positivo porque muitos têm vontade de participar e são convidados a fazer junto, mas é também uma fragilidade, à medida que os projetos dependem do voluntariado para sua continuidade. Os projetos do NETI visam o desenvolvimento de autonomia, os alunos têm um diálogo aberto e voz ativa no Núcleo, e metodologia dos projetos desenvolvidos é formativa. Percebeu-se que os projetos desenvolvidos no NETI têm forte compromisso social pelo próprio objetivo norteador do Núcleo: independência e autonomia. A questão da formação é forte. Muitos dos projetos são trabalhados de forma consultiva, e alguns surgiram das demandas dos participantes. Conclui-se que as práticas do NETI representam bem o compromisso social da UFSC, mas que a universidade deve repensar a forma que o Núcleo está colocado em sua estrutura, para que o mesmo possa ter mais autonomia e segurança para seguir cumprindo sua função social.

Palavras-chaves: Compromisso Social, Extensão, Terceira Idade, Universidade.

ABSTRACT

Brazil is experiencing a demographic revolution: the average number of children per woman has decreased while life expectancy has significantly increased. It is estimated that in 2050 nearly a third of the Brazilian population will be 60 years or older. This perspective demands studies for analyzing issues which go beyond the survival of the elderly, such as their autonomy and citizenship. Universities, especially public ones, need to be aware of this issue and promote space for this kind of public. The first project of this kind was elaborated in France during the 70s and it propelled the Senior University movement worldwide. Established within the Federal University of Santa Catarina – UFSC, the Senior Center of Study - NETI was a pioneer in the fight for the issue of senior citizens in universities in Brazil. There by, this research aims at analyzing the practices of social commitment of the Federal University of Santa Catarina with the senior citizens through NETI. For such, a research regarding senior age, university and social commitment, with a predominantly qualitative and descriptive approach was conducted. Also, the research is characterized as basic, occasional, bibliographic and a case study of NETI. Data collection was mainly done through semi-structured interviews with UFSC and NETI managers, and representatives of NETI Student Associations . Questionnaires were also sent to teachers working on programs offered by NETI in the second semester of 2012, and a close watch of the *Providencia e Cidadania* project, offered by NETI also in the second semester of 2012, was kept. Data collected was tabbed and analyzed based on existent literature on the subject. Even subordinated to the Dean of Extension, NETI may be regarded as an Open Senior University, for practicing teaching, researching and extension, providing courses and workshops, mostly to people from the age of 50. With an education aimed at prioritizing the autonomy of individuals, NETI participated in many of the achievements of public policies for the elderly. The NETI's center has a lean structure, with a small staff and many volunteers. The volunteering is positive because many people are willing to participate and engage the cause, but it also becomes a weakness, as the projects depend on volunteers for its continuity. NETI's projects aim at the development of autonomy, and the methodology of its projects is formative. NETI's students have an open dialog and a heard voice within its center. It is noticed that the projects developed by NETI have strong social commitment, even for its center main goal: independence

and autonomy. The issue of training is very strong. Many of the projects developed are executed in a more consultative fashion, and some came from the demands of the participants. It was concluded, therefore, that the practices of NETI represent the social commitment of UFSC, but the university should rethink the way the NETI's center is placed in its structure, so it can have more autonomy and assuredness to continue fulfilling its social function.

Keywords: Social Commitment, Extension, Third Age, University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Composição relativa da população residente, por sexo, segundo as idades – Brasil – 1960/2010.....	37
Figura 2 – Diferenças Estaduais em taxas demográficas brasileiras.....	39
Figura 3 – Envelhecimento da população idosa.....	40
Figura 4 – Organograma Administrativo da UFSC.....	114
Figura 5 – Professores e Coordenadores de Projetos no NETI de acordo com o vínculo/UFSC.....	133
Figura 6 – Estudantes do NETI segundo o sexo.....	138
Figura 7 – Faixa etária dos estudantes do NETI.....	139
Figura 8 – Grau de Escolaridade dos Estudantes do NETI	140
Figura 9 – Com quem moram os estudantes do NETI.....	141
Figura 10 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes com o NETI...	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instrumentos de Coleta de Dados.....	106
Quadro 2: Cronograma Efetivo das Entrevistas.....	110
Quadro 3: Categorias de análises dos projetos.....	111
Quadro 4: Histórico das Principais Atividades Desenvolvidas ou Coparticipadas pelo NETI	121
Quadro 5: Pontos Fortes e Fragilidades do NETI.....	144
Quadro 6: NETI - atividades no âmbito da UFSC.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de envelhecimento no Brasil de 1960 a 2010.....	37
Tabela 2 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC – Associação Catarinense para a Integração do Cego
AIU3A – Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade
AMAG – Associação de Monitores da Ação Gerontológica
ANG – Associação Nacional de Gerontologia
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APUFSC – Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE – Centro de Comunicação e Expressão
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CDS – Centro de Desportos
CED – Centro de Educação
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CENETI – Centro de Estudantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade
CFMAG – Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica
CSE – Centro Socioeconômico
DAC – Departamento Artístico Cultural
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FECAM – Federação Catarinense dos Municípios
FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos
FORPROEX – Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
HU – Hospital Universitário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPEAU – Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária
GESPI – Grupo de Estudos sobre o Cuidado da Saúde Integral de Pessoas Idosas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade

NIPEG – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Assistência Geronto-Geriátrica
PICG – Projeto Intercâmbio Comunitário em Gerontologia
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária
PRPE – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGs – Organizações não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
RLG – Red Latinoamericana de Gerontologia
RSC – Responsabilidade Social Corporativa
RSE – Responsabilidade Social Empresarial
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria Gerontologia
SC – Santa Catarina
SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão.
SESC – Serviço Social do Comércio
SP – São Paulo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TFT – Taxa de Fecundidade Total
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnATI – Universidade Aberta da Terceira Idade
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	27
1.2 OBJETIVOS.....	29
1.2.1 Objetivo Geral	29
1.1.2 Objetivos Específicos	29
1.3 JUSTIFICATIVA	30
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	33
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	35
2.1 MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS.....	35
2.2 O ENVELHECIMENTO	41
2.2.1 Terceira Idade	47
2.2.1.1 Breve Histórico das Universidades da Terceira Idades	52
2.3 UNIVERSIDADE	55
2.3.1 Universidade na História	59
2.3.1.1 Universidade do Ensino.....	60
2.3.1.2 Universidade da Pesquisa	61
2.3.1.3 Universidade da Extensão	62
2.3.1.4 Definido Extensão Universitária	64
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL	73
2.4.1 Elementos Conceituais	77
2.4.2 Ética e Economia	86
2.4.3 Compromisso Social	91
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	101
3.2 COLETA DE DADOS	105
3.2.1 Delimitação da Pesquisa	107
3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados	108
3.2.3 Categorias de Análise	110
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	111
3.4 LIMITAÇÕES.....	112
4 RESULTADOS DA PESQUISA	113
4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	113
4.2 UMA VISÃO DE LONGO PRAZO	116
4.2.1 Estrutura e Práticas	126
4.2.2 O Público do NETI	138
4.2.3 Pontos Fortes	141
4.2.4 Fragilidades	143
4.2.5 Compromisso com o Tripé Universitário	145
4.2.6 Escutando as Demandas e Construindo em Conjunto	146

4.2.6.1 Associação dos Monitores da Ação Gerontológica - AMAG .	149
4.2.6.2 Centro de Estudantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - CENETI	151
4.2.7 Colaboradores nos Projetos do NETI.....	152
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	155
5.1 CONCLUSÕES	155
5.2 RECOMENDAÇÕES	160
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE A – tópicos abordados no contato inicial com a coordenação (conhecendo o terreno).	179
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Semiestruturada para a Reitora e Pró-Reitor.....	180
APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semiestruturada com participantes do NETI.	181
APÊNDICE D – Questionário para os Professores do NETI.....	183

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados o tema e o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa em relação à escolha do tema e a estrutura desta pesquisa.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O século 20 caracterizou-se por grandes mudanças sociais, que trouxeram avanços tecnológicos e na área da saúde, mas também novos desafios. A expectativa de vida do ser humano aumentou cerca de 30 anos no século ao longo do século, trazendo uma revolução demográfica, que clama por uma nova visão da saúde pública, de questões previdenciárias, e principalmente, uma nova visão do envelhecer, sem estereótipos, com independência e qualidade de vida, já que em 2050, ou seja, nas próximas quatro décadas, quase 30% da população brasileira será idosa (BANCO MUNDIAL, 2011).

Tal revolução formula para os especialistas, homens públicos e coletividades um dos maiores desafios sociais da história da humanidade e uma intensa demanda por estudos e análises para uma melhor definição de políticas públicas de prevenção de saúde no envelhecimento (VERAS e CALDAS, 2004).

O Banco Mundial (2011) informa que hoje o Brasil passa por um período chamando “bônus demográfico”, momento no qual a proporção de pessoas em idade ativa no País é alta. Assim, a razão entre o número de dependentes e pessoas em idade ativa é menor, ou seja, há menor dependência. Essa “razão de dependência”, entretanto, tem declinado desde 1965, e segundo previsões, atingirá seu valor mínimo em 2020 e então começará a subir.

Assim, percebe-se que é necessário repensar modelos e alternativas em diversas vertentes, para trabalhar em um País no qual a pirâmide demográfica vem se invertendo, e de forma mais rápida do que nos países desenvolvidos. Frutuoso (1999) explica que o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos tem ocorrido gradualmente, de forma simultânea às transformações socioeconômicas. O Banco Mundial (2011) exemplifica que para França, foi preciso mais

de um século para que sua população com idade igual ou superior a 65 anos aumentasse de 7% para 14% do total. Em contrapartida, no Brasil, essa mesma variação demográfica ocorrerá entre 2011 e 2031, ou seja, em apenas duas décadas.

Sobre esses dados, Kalache (1999) expõe um paradoxo: problemas básicos da infância ainda como um grande desafio para o Brasil, concomitante a uma população de idosos com um crescimento muito grande. Dessa forma, é importante compreender e estudar a situação da terceira idade, para assegurar a cidadania dos idosos e o melhor para toda a sociedade.

Assim, percebe-se a importância de compreender a dinâmica atual de envelhecimento que nossa sociedade desenvolve e como os idosos desenvolverão atitudes participativas e de grande valia social.

Oliveira (2008) explica que dentre as mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que vêm ocorrendo, surgem novos horizontes que exigem respostas adequadas por parte do administrador.

Nessa conjuntura, a universidade tem um papel importante na promoção da emancipação humana, não apenas pela via do ensino e pesquisa, mas também da extensão universitária.

Há um reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial do setor público, objetivando colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural da nação (RISTOFF, 2006). Tendo em vista que se vive em uma sociedade de organizações (DRUCKER, 1999), não se trata de prescindir da ação da universidade; mas de revalorizar e re-significar a contribuição universitária por meio da gestão social e da cidadania, e, ao mesmo tempo, promover a sua missão em prol da ciência, criação do conhecimento e da educação.

Na década de 1970 na França, dentro da universidade de Toulouse, um Professor chamado Pierre Vellas inicia um projeto voltado para modificar a imagem social do idoso, procurando a integração entre as gerações. Foi o pioneiro das Universidades da Terceira Idade, experiência que deu certo e espalhou-se por diversos países, em distintos modelos.

O Professor Vellas fundou também a Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade (AIU3I), que é uma federação de universidades da terceira idade e outras instituições com outros títulos, porém com objetivos semelhantes. Estas instituições focam-se, sobretudo no crescimento pessoal do idoso e no modo como estes desenvolverão de forma livre e autônoma seus papéis na sociedade (AIU3I, 2012).

Na Universidade Federal de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) está completando 30 anos em 2012, com a missão de:

Redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores (NETI, 2012, s/p.).

Como o Núcleo traz consigo uma proposta de promover as pessoas da Terceira Idade como “sujeitos em transformação e transformadores”, pretende-se responder o seguinte problema de pesquisa: Qual o compromisso social do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

A presente pesquisa é guiada pelo objetivo geral, a partir do qual se desenvolveu quatro objetivos específicos, apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as práticas de compromisso social da Universidade Federal de Santa Catarina por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina;
- b) identificar a estrutura e práticas do Núcleo de Estudos da Terceira Idade;
- c) identificar Pontos Fortes e Pontos Fracos do Núcleo de Estudos da Terceira Idade; e,
- d) levantar projetos e ações desenvolvidos no Núcleo de Estudos da Terceira Idade com a efetiva participação e compromisso dos atores sociais da UFSC.

1.3 JUSTIFICATIVA

Castro (2006) expõe que uma pesquisa pode ser justificada a partir de sua importância, originalidade e viabilidade. O trabalho é importante quando está ligado, de alguma forma, a uma questão crucial que polariza ou afeta algum segmento substancial da sociedade, ou se está ligado a uma questão teórica que merece atenção continuada na literatura especializada; a originalidade está presente quando os resultados têm potencial de surpreender, e a viabilidade é considerada quanto aos fatores: prazo, recursos financeiros, competência do autor e disponibilidade de informações sobre o tema.

Para Penteadó (1998) o ensino superior transformou-se em objeto de pesquisa das ciências sociais e humanas em geral, buscando-se a disseminação dos conhecimentos, junto ao desenvolvimento de investigações dentro da área de estudos das organizações.

Kalache (1999) ressalta que trabalhos sobre a universidade da terceira idade, sobretudo relacionados a aspectos que envolvem mais do que um prolongamento da sobrevida são importantes para a mudança de mentalidade de grande parte da população, que alimenta estereótipos a respeito deste segmento etário. Um incentivo para assegurar a cidadania dos idosos, sendo que diversas gerações poderão partilhar das conquistas sociais.

O envelhecimento brasileiro está no período inicial, muitas pessoas ainda têm a ilusão de que somos um país de jovens, mas a inversão na pirâmide etária brasileira será rápida, o que demanda ações direcionadas a este segmento etário e um estudo destas ações. A crença de que o País é jovem contribui para aferir somente à família o papel de resguardo a seus idosos, “deixando-se a política social à margem do atendimento à velhice” (FRUTUOSO, 1999, p.31). Veras (2002, p.91) intitula o Brasil como um “país jovem de cabelos brancos”, pois, do ponto de vista demográfico, há “uma superposição de uma população jovem de dimensão muito relevante, com uma população envelhecida igualmente expressiva” (VERAS, 2002, p.90).

Frutuoso (1999) relata que nos anos 80, amplos segmentos da universidade brasileira pareciam ignorar os apelos dos idosos, e o pouco realizado no meio acadêmico restringia-se quase que exclusivamente à área da saúde. Na década de 90, a autora destaca que predominavam os estudos no Brasil que tratavam a problemática sob uma óptica demográfica de evolução quantitativa, ou que investigavam questões pontuais relativas à discriminação do idoso.

A autora enfatiza que as implicações sociais, econômicas e políticas das tendências demográficas mundiais para um planejamento, motivam a preocupação não apenas quanto à proporção de idosos em relação às demais faixas etárias, mas também de suas necessidades.

Em 2012, na UFSC, não são muitos os estudos realizados sobre o NETI, e ainda são pontuais. Uma busca livre e simples no sistema *pergamum* da biblioteca da universidade (BRASIL, 2013) mostram 27 obras que citam o NETI, sendo apenas nove trabalhos de pesquisa publicados: uma tese que aborda sobre aspectos de consumo da população idosa, quatro dissertações, duas relacionadas à saúde, uma sobre tecnologias educativas e outra sobre literatura; três monografias, duas do serviço social e uma da arquitetura, e um artigo científico sobre aspectos da saúde.

O NETI foi um dos pioneiros no trabalho com a Terceira Idade dentre as universidades públicas brasileiras e atualmente oferece amplo leque de atividades para atender diferentes demandas. A importância de uma pesquisa com a população idosa sobre o ponto de vista do compromisso social, do qual a cidadania é um ponto chave, justifica-se, pois investiga a contribuição para a transformação do indivíduo em direção ao enfrentamento das barreiras sociais e preconceitos existentes em nossa sociedade. Para Tenório (2010) uma relação reflexiva e dialógica se trava e os idosos redescobrem sua imagem como cidadãos, sujeitos que escrevem sua história.

Dowbor (2012) coloca que a dimensão e a importância da área social mudaram qualitativamente, exigindo novos equilíbrios nas prioridades da sociedade. A construção de alternativas envolve alianças sociais, parcerias para o desenvolvimento reunindo diversas esferas e atores sociais na busca de articulações. A universidade, sobretudo a pública, deve ser legitimada pela sociedade civil, num diálogo aberto e com retorno em ações concretas.

Para Kliksberg (2010), devem partir das universidades o compromisso, a melhor formação e o exemplo, para o impulso de ações transformadoras na sociedade latino-americana. Ao ressaltar as qualidades da Universidade da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ), além de ressaltar a preocupação integral com o ser humano, Veras e Caldas (2004, p. 424) destacam o fato de estar em uma universidade pública:

Pelo fato de se localizar no interior de uma grande universidade pública, este modelo deve possibilitar o convívio entre distintas gerações,

como estratégia de redução da discrepância entre valores e conceitos.

Para a área de gestão universitária e para o NETI é importante resgatar o segmento de universidades da terceira idade, criado na segunda metade do Século XX na Europa e difundido pelo mundo. O NETI tem diversas características do que se classifica como “universidade da terceira idade”, mas não é chamado como tal na maioria das publicações.

O presente estudo justifica-se como importante no momento em que trata do compromisso social de um Núcleo relevante dentro da UFSC, que comemorou em 2012 três décadas de existência. O Núcleo está envolvido com ensino, pesquisa e extensão, mas no organograma da UFSC encontra-se diretamente ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), desdobrada da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) em 2012. A extensão é a função com maior relação com o compromisso social universitário. Dalben e Vianna (2009) compreendem a extensão como uma atitude política da universidade com o compromisso deliberado de constituir vínculos estreitos com a sociedade, visando aprofundar as relações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico.

Em uma pesquisa realizada na UFSC, Silva (2010) expõe que há ainda um desconhecimento do termo compromisso social na universidade, mas que mesmo assim ele é praticado. Porém ainda há um amplo espaço para o desenvolvimento do compromisso social na universidade. Assim é relevante realizar maiores estudos sobre o tema, bem como estudos relacionados à extensão universitária.

No segundo semestre de 2012 começou no NETI um projeto coordenado por um Professor do Departamento de Ciências da Administração: o Projeto Previdência e Cidadania, sendo uma oportunidade de acompanhar um projeto desde o início e ainda relevante porque se trata de um projeto que pretende resgatar a cidadania.

O estudo é viável pela acessibilidade aos documentos disponibilizados pela universidade e disponibilidade dos participantes do NETI, além de ter o respaldo do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU) da UFSC, cuja finalidade é “constituir-se em instrumento facilitador e de apoio ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, e atividades de extensão na área de Gestão Universitária” (UFSC, 2004, s/p.).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente investigação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo são apresentados o tema e problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos que a norteiam, bem como a justificativa para a realização da pesquisa e como a mesma está estruturada.

No segundo capítulo é exposta a fundamentação teórica, realizada com o objetivo de conhecer estudos anteriores sobre terceira idade, universidade e extensão universitária, ética, compromisso e responsabilidade social, fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa. O primeiro item aborda a mudança demográfica que está ocorrendo no mundo, e em especial no Brasil, mudança a qual corresponde ao envelhecimento populacional e que demanda novos sistemas para que a situação torne-se sustentável em médio prazo. O segundo item fala sobre o envelhecimento em si, a perspectiva de envelhecer atualmente, e sobre a origem do termo terceira idade, relacionado à criação das Universidades da Terceira Idade e à quebra de estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento. No terceiro item fala-se sobre a universidade, com ênfase em sua função social. É colocado um breve histórico e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Em relação a esta última, é enfatizada, visto que é o foco do trabalho. Portanto, define-se o que é a extensão, como ela representa o compromisso social da universidade e como é necessária a articulação entre essas três funções. No quarto e último item, fala-se sobre ética, responsabilidade e compromisso social. Em uma universidade pública, temos toda a população brasileira como envolvida, pois o financiamento da mesma vem dos bolsos dos brasileiros. Assim, podemos dizer que todos são de alguma forma, “acionistas”, e que a universidade pública deve assim, dialogar com toda a sociedade.

No Capítulo 3 são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa, composto dos seguintes itens: caracterização da pesquisa, coleta de dados, delimitação da pesquisa, instrumento de coleta de dados, tratamento e análise dos dados e limitações do estudo.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, primeiro caracterizando brevemente a UFSC, a PROEX e a ligação do NETI dentro da universidade; caracterizando o NETI, sua estrutura dentro da UFSC e da PROEX. O segundo item resgata o histórico do NETI, voltando um pouco antes de sua efetiva construção, às ideias de sua concepção; suas estruturas e práticas; a caracterização de seu

público; seus pontos fortes e suas fragilidades, seu compromisso com o ensino, pesquisa e extensão; os projetos construídos ou modificados com participação coletiva e os colaboradores do NETI.

No quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais: as conclusões e as recomendações partindo dos resultados apresentados na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Este capítulo está dividido em quatro itens. O primeiro, focado na estrutura etária, relata as mudanças demográficas que estão ocorrendo mundialmente e como elas se manifestam no Brasil. Depois, aborda-se o envelhecimento e a terceira idade, visão que surgiu a partir do movimento das universidades da terceira idade na França, assim como são colocadas essas associações da Terceira Idade. Caracteriza-se a instituição universitária e sua função social, passando rapidamente por suas origens e história, nos três momentos que formam a universidade atual: ensino, pesquisa e extensão. Quanto a esta última, que se tornou uma função indissociável para a universidade brasileira, se define e se detalha, inclusive sua relação com as demais funções universitárias, buscando compreender sua importância, visto que é o foco do trabalho. No quarto item, são colocados os conceitos de responsabilidade social, suas evoluções, a questão da ética e a vinculação da economia com essa, o que é compromisso social e como esses conceitos dialogam com a universidade.

2.1 MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

“É um fato, o mundo está a envelhecer. De acordo com estudos efetuados, entre 2000 e 2050, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos irá duplicar” (MARTINS, 2007, p. 77).

O processo de envelhecimento nos países desenvolvidos vem ocorrendo de forma gradual, simultâneo às transformações socioeconômicas (FRUTUOSO 1999). No Brasil, o processo está ocorrendo atualmente e de forma rápida, com o agravante que o País tem diversos problemas estruturais não resolvidos, como o déficit qualitativo da educação básica pública, a corrupção e escândalos governamentais, a infraestrutura deficiente que diminui a competitividade das empresas que operam no Brasil, entre outros.

Nasri (2008) desmitifica a crença de que o processo de envelhecimento populacional seja resultado principalmente do declínio da mortalidade. Segundo o autor, a principal causa é o declínio da fecundidade, já que o envelhecimento é em relação ao número de idosos com a população absoluta. Complementa-se com o fato de o aumento da expectativa de vida ser em maior parte, causado pela redução da mortalidade nos primeiros anos de vida, e não nos últimos (NAZARETH *apud* DANIEL, 2006). Assim, uma população envelhece

à medida que aumenta a proporção de idosos e diminui a proporção de jovens.

Iniciado na Europa, o primeiro fenômeno da transição demográfica foi a redução da fecundidade, observada na Revolução Industrial (NASRI, 2008).

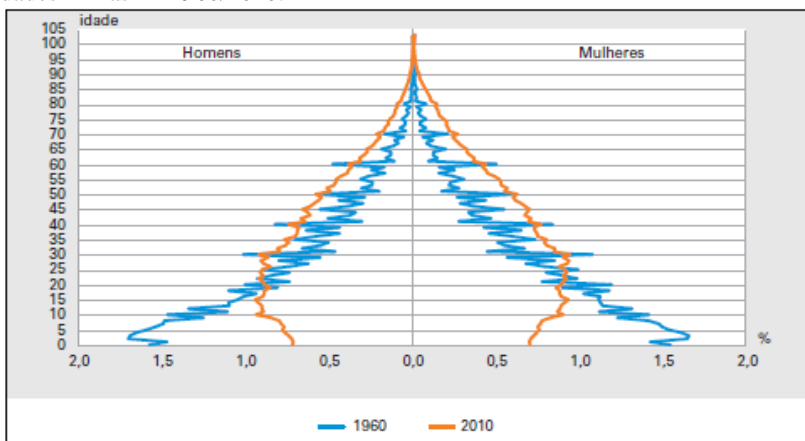
Nos países em desenvolvimento da América Latina vem ocorrendo um fenômeno semelhante ao europeu, mas com implicações diferentes em relação ao momento histórico no qual as mudanças demográficas ocorreram, já que em muitos países da Europa, paralelo ao envelhecimento, houve uma melhoria no desenvolvimento social e um significativo aumento de renda como, por exemplo, na Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega. Na América Latina, em particular no Brasil, o processo de urbanização ocorreu sem alteração da distribuição de renda (NASRI, 2008).

A estrutura etária da população residente no Brasil sofreu uma mudança intensa, primeiro com a queda dos níveis de mortalidade e em seguida, com o declínio dos níveis de fecundidade. Se o declínio da mortalidade infantil inicialmente acarretou um contingente de jovens, associado à diminuição da fecundidade resultou em um crescimento da população adulta, e conseqüentemente, um aumento da população idosa nos anos noventa.

Em 1960, uma criança nascida neste ano, sujeita à lei de mortalidade da época, esperaria viver em média 48,0 anos. Em meio século, esse valor apresentou um acréscimo de 25,4 anos, alcançando os 73,4 anos em 2010. E, o número médio de filhos que uma mulher teria até o final de seu período fértil, que era de 6,3 filhos em 1960, passou para 1,9 filho em 2010, valor abaixo do nível de reposição da população (IBGE, 2012, p. 57).

Essas mudanças impactaram a distribuição por idade da população brasileira. A pirâmide etária observada na década de 60 vem sofrendo um achatamento na base e um topo um pouco mais alargado. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), este é o caminho para uma estrutura mais envelhecida, características de países desenvolvidos, que apresentam pirâmides etárias com estrutura mais cilíndrica. Esta mudança é ilustrada na Figura 1 – Composição relativa da população residente, por sexo, segundo as idades – Brasil – 1960/2010.

Figura 1 – Composição relativa da população residente, por sexo, segundo as idades – Brasil – 1960/2010.



Fonte: IBGE (2012).

O processo retratado na pirâmide etária influencia o índice de envelhecimento populacional. Conforme o IBGE (2012, p.60) este índice é “obtido pelo quociente da população de 65 anos ou mais pela população de menores de 15 anos de idade, normalmente expresso por cem”, ou seja, este número é influenciado não apenas pelo aumento do número de idosos, mas sim pela proporção dos mesmos em relação à população mais jovem. A Tabela 1 – Índice de envelhecimento no Brasil de 1960 a 2010 - mostra a evolução deste índice, que cresceu 377,9% em 50 anos.

Tabela 1 - Índice de envelhecimento no Brasil de 1960 a 2010.

Anos	Índice de envelhecimento
1960	6,4
1970	7,5
1980	10,5
1991	13,9
2000	19,8
2010	30,7
Varição (%)	377,9

Fonte: adaptado de IBGE (2012).

Para o relatório do Banco Mundial (2011), a mudança demográfica iniciou-se já em 1940, com a diminuição das taxas de mortalidade, mas no período entre 1995 e 2010 é que houve uma modificação substancial: a mortalidade infantil diminuiu de 135 para 20 mortes a cada mil nascidos vivos e a expectativa de vida ao nascer aumentou de 50 para mais de 73 anos.

Nasri (2008, p. S4), entretanto, coloca que entre 1940 e 1960 esta mudança demográfica não representava o envelhecimento da população. O significativo declínio da mortalidade com a taxa de fecundidade bastante elevada gerou “uma população jovem quase estável e com rápido crescimento”.

O Banco Mundial (2011) aponta que apesar de a mudança demográfica brasileira estar em uma fase avançada se comparada à América Latina, ainda não atingiu à fase da maior parte dos países da Europa e de outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O País apresentou entre 2005 e 2010 a segunda menor taxa de fecundidade da América Latina, perdendo somente para a de Cuba que é de 1,5 filhos por mulher, semelhante à média europeia. A menor Taxa de Fecundidade Total (TFT) é a da Coreia (1,2). Em contrapartida, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro ainda é menor do que a média da América Latina. O relatório do Banco Mundial (2011) ressalta as grandes diferenças de indicadores demográficos entre as regiões demográficas brasileiras, embora nas últimas três décadas estas venham diminuindo. Conforme ilustrado na Figura 2 – Diferenças Estaduais em taxas demográficas brasileiras, os estados com maior e menor TFT são respectivamente Acre (3,0) e Rio de Janeiro (1,6). Em relação à expectativa de vida, Santa Catarina (SC) é o Estado que possui a maior do Brasil, com média de 73,9 anos, e a menor é encontrada em Alagoas (68,3).

Figura 2 – Diferenças Estaduais em taxas demográficas brasileiras



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2011).

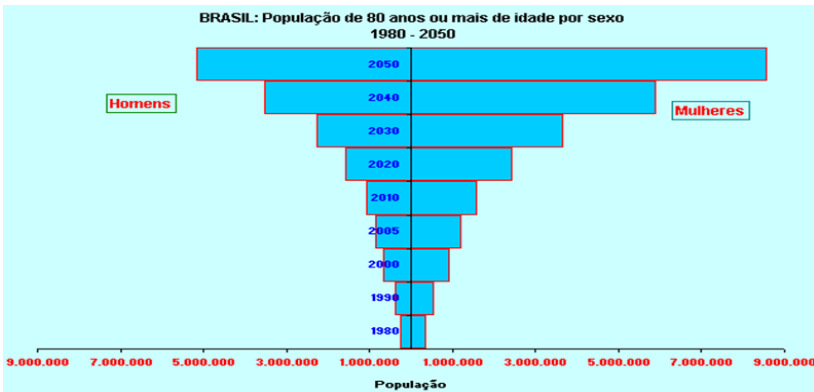
Até 2020, o Brasil vivenciará a fase do “bônus demográfico”, no qual a população ativa é muito maior do que a população dependente. Considera-se neste cálculo pessoas em idade de dependência os menores de 15 anos de idade e os maiores de 59 anos. Mas é necessário observar que esta situação mudará, segundo as projeções, em menos de dez anos: “a razão de dependência alcançará seu valor mínimo em 2020 voltando a crescer depois disso”. A estrutura etária atual do País está muito favorável, sendo um período muito propício ao desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2011, p.26).

Para os próximos 40 anos, a previsão é um aumento substancial no número de idosos. O portal da saúde, do Governo Federal (BRASIL, 2012, s/p.) noticia que em 2050, o Brasil será um País com população envelhecida. Teremos 63 milhões de idosos, quase 30% da população brasileira. “Se em 1980 eram 10 idosos para cada 100 jovens, em 2050 serão 172 idosos para cada 100 jovens”. A pirâmide etária se inverterá devida a baixa capacidade de renovação.

Nasri (2008) utiliza os dados passados e atuais para fazer uma projeção do futuro da população brasileira em relação à faixa etária: o grupo de cinco a nove anos de idade baixou de 14 para 12% entre 1970 e 1990. Nesse período, reduziu-se de 15 para 11% a presença de crianças com menos de cinco anos. Em 2000, estes dois grupos continuaram a declinar, representando em 2008 somente 9% da população cada um. Já o grupo composto por pessoas com mais de 65 anos aumentou de 3,5, em 1970, para 5,5% em 2000. As projeções divulgadas pelo autor para 2050 é que este grupo etário deverá responder aproximadamente 19% da população brasileira.

Nasri (2008, p. S5) ainda ressalta o aumento da idade dentro da própria população idosa. “Enquanto 17% dos idosos tinham 80anos ou mais de idade, em 2050 corresponderão, provavelmente, a aproximadamente 28%. Na população feminina, o percentual das mais idosas passará de 18 para cerca de 30,8%”. O autor chama este fenômeno “envelhecimento” da população idosa, que pode ser visualizado na Figura 3 – Envelhecimento da população idosa.

Figura 3 – Envelhecimento da população idosa.



Fonte: IBGE (2013)

Como a expectativa de vida feminina é superior à masculina na maior parte do mundo, incluindo o Brasil, em 2050 a população idosa será eminentemente feminina. Somando-se o total de pessoas com mais de 65 anos no Censo 2010 do IBGE (2012) e fazendo o percentual por sexo, encontra-se aproximadamente 56,57% de mulheres e 43,43% de homens nesta faixa etária. Segundo Nasri (2008) em 2000 eram 81 homens idosos para cada cem mulheres idosas. A projeção para 2050 é de aproximadamente 76 idosos para cem idosas. Na faixa acima de 80 anos, a estimativa é de duas idosas para cada idoso em 2050.

Segundo Frutuoso (1999), os demógrafos indicam graves problemas decorrentes à intensificação das necessidades específicas do segmento etário acima dos 60 anos, que passará a pressionar cada vez mais a sociedade.

Veras (2002) explica que este cenário que está por vir é de intensas transformações sociais. Com o avanço da ciência e tecnologia, estima-se que ainda neste Século, o ser humano alcançará 110, 120 anos. São grandes mudanças, que estão muito próximas, reclamando, portanto

novos modelos, que garantam vida com um bom nível qualidade para esta população.

2.2 O ENVELHECIMENTO

A velhice é um dos temas mais relevantes na transformação da sociedade de hoje. No entanto, o próprio conceito de velhice se transforma, conforme se transforma a sociedade. Em contraposição com as representações distópicas sobre a velhice como, simultaneamente, um declínio pessoal e um ‘problema social’, novas retóricas e novos eufemismos desenvolvem uma visão utópica, por assim dizer, da velhice, no quadro das políticas de alargamento do tempo da vida produtiva, como resposta ao próprio envelhecimento demográfico (DANIEL, 2006, p. 122).

A população idosa apresenta grande diversidade entre si e em relação aos demais grupos etários. Para compreendê-la são necessários vários enfoques, não se restringindo a uma área do conhecimento, necessitando uma visão interdisciplinar: as diversas áreas devem ser conectadas (RICCI *et al.*, 2006).

Mesmo em relação à definição de velhice, há diferentes abordagens. Para efeito de legislação e em algumas organizações mundiais, por exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), o idoso é qualificado em termos cronológicos.

Na legislação brasileira é considerada idosa a pessoa com idade superior a sessenta anos (BRASIL, 1994). Entretanto, no último Censo, realizado em 2010, o IBGE (2012), instituto ligado ao Governo Federal, ao tratar do envelhecimento populacional e para calcular seu índice, utilizou como idade de corte os 65 anos.

Segundo Pinheiro Junior (2005), a OMS considera que a velhice se inicia aos 65 anos, enquanto a ONU considera os 60 anos como marco dessa tênue fronteira. Ziem (2010) afirma que a ONU diferencia a idade que inicia a velhice de acordo com a condição socioeconômica do país: 60 anos é a idade considerada em países em desenvolvimento e 65 anos para os que vivem em países desenvolvidos.

A generalização talvez possa ser necessária para garantir amparos legais, mas a consideração do ambiente tem certo sentido. Frutuoso

(1999) coloca que na velhice, a manutenção da autonomia está relacionada à qualidade de vida e a situação socioeconômica e cultural: nos países em desenvolvimento, devido a diversas condições adversas, o envelhecimento funcional precede com frequência ao cronológico, sendo muitas vezes bastante precoce. Neste sentido, estão relacionados o acesso à saúde com um bom nível de qualidade, ao saneamento básico, o acesso à educação, o tipo de trabalho exercido, entre outros aspectos que interferem no nível de qualidade de vida e na forma que o cidadão chegará à idade mais avançada.

Em relação ao conceito de qualidade de vida, Santos, Martins e Ferreira (2009) admitem que não é estanque, variando e sendo moldado de acordo com o contexto cultural. Ainda assim, afirmam que o conceito está relacionado com saúde, bem-estar e satisfação com a vida.

Para refletir sobre envelhecimento, Debert (1997) afirma ser necessário considerar as modificações acontecidas que caracterizam a experiência do curso de vida atual, e que levaram a criação de etapas intermediárias entre a velhice e a idade adulta, como a “aposentadoria ativa” a “meia-idade” e a “terceira idade”. Segundo a autora, a partir da década de 1970, transformações reconfiguraram os comportamentos e atitudes tidos como adequados a determinadas faixas etárias e as relações entre elas, confundindo os limites que caracterizavam os estilos de vida ponderados como apropriados às pessoas nas diferentes faixas etárias.

Frutuoso (1999, p. 37) relata que até a época da Revolução Francesa a velhice era recebida com grande respeito e valor, tendo atuação destacada, sobretudo em relação a conservar e transmitir o saber, produzido historicamente às novas gerações. “Com a industrialização, surgiu a tendência de relegar o ser humano a um segundo plano” tendo em vista que no modelo de produção da sociedade industrial, o critério de produtividade descartou os mais velhos, considerados como “pouco rentáveis”, “descartáveis” ou “improdutivos”. Foi no Século XX que a decrepitude física foi representada com demérito, incitando pesquisas para vencer a destruição das células. Nas últimas décadas a expectativa de vida vem aumentando, mas em contrapartida, observa-se nos dias atuais a negação do envelhecimento e a busca de alternativas para postergá-lo ou evitá-lo.

Veras e Caldas (2004) citam que muitos dos trabalhos sobre envelhecimento partiram de trabalhos de Simone de Beauvoir, Eneida Haddad e Ecléa Bosi, que nas décadas de 1970 e 1980 discutiram sobre a perda do valor social do idoso decorrente do avanço do capitalismo,

sistema que singulariza a atividade produtiva em detrimento de outras dimensões do ser humano, deixando o idoso em segundo plano.

Em contraposição, Debert (1996, s/p) afirma que essa oposição entre “velhice desprezada pela sociedade industrial” e uma “idade de ouro” anterior ao sistema capitalista, na qual esse segmento etário teria muito prestígio, não pode ser sustentada e deve ser revista, porque os dados disponíveis sobre o assunto são precários, limitando assim o conhecimento que se pode ter sobre o idoso nos diversos períodos históricos.

As etnografias sobre a experiência de envelhecimento, em sociedades ditas primitivas, mostram que nelas a solidão não é um aspecto da experiência de envelhecimento; contudo, não se pode dizer que a velhice, nessas sociedades, seja uma experiência gratificante para todos os velhos, mas dependerá das posições de poder e prestígio ocupadas pelas pessoas ao longo da vida. Da mesma forma, estudos comparativos sobre renda, grupos etários e ciclo de vida nas sociedades ocidentais contemporâneas rediscutem a idéia de que a pauperização caracteriza a experiência de aposentadoria, especialmente nos momentos em que o desemprego ou o subemprego atingem proporções alarmantes. A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos mais velhos direitos sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, sobretudo os jovens (DEBERT, 1996, s/p.).

Ainda assim, a autora defende que a representação da velhice como uma série de contínuas perdas, apesar de responsável por diversos estereótipos negativos relacionados aos idosos, também foi fundamental para a legitimação de uma série de conquistas sociais, como por exemplo, a universalização da aposentadoria (DEBERT, 1997).

Em um breve histórico do estudo sobre a velhice, Pinheiro Junior (2005, p. 01) relata que os primeiros estudos científicos relacionados com o tema têm surgimento a partir do Século XVI: “cientistas como Bacon e Descartes já se preocupavam em analisar aspectos referentes ao Envelhecimento”. Entretanto, apenas no Século XIX foi apresentado o primeiro trabalho científico sobre o envelhecimento, pelo médico francês Jean Marie Charcot, em 1867, na perspectiva da área da saúde biológica. No Século XX surgiram as primeiras preocupações sociais: na

década de 1970, novas abordagens preocupam-se com aspectos da integração de pessoas idosas à sociedade.

Stucchi (1994) expõe os conflitos envolvidos na Associação Brasileira de Geriatria e Gerontologia, que até 1978 congregava somente médicos, e a partir desta data se abre para gerontólogos especializados em distintas áreas de conhecimento. A entrada de geriatras mais jovens que, contrariando o conservadorismo dos antigos, reconheceram a importância de uma visão multidisciplinar da velhice buscando uma integração com as ciências humanas, explica essa abertura.

Frutuoso (1999) esclarece que os problemas decorrentes da longevidade crescente encaminham-se para respostas interdisciplinares, sendo adequada a preparação de cada pessoa para uma vida mais duradoura.

O movimento de valorização do idoso se intensifica ao final da década de 1980, decorrente de análises demográficas sobre o envelhecimento populacional. (VERAS E CALDAS, 2004).

Frutuoso (1999) relata que também nesta década no Brasil começavam os movimentos de conscientização dos direitos dos aposentados: diversos grupos que se reunindo, expuseram suas dificuldades, conseguindo algumas tímidas mudanças, pelo menos em relação ao direito de aposentadoria. Ainda assim, a autora aponta que muitos segmentos da universidade brasileira pareciam alheios aos apelos dos idosos. O pouco feito na academia restringia-se praticamente à área da saúde.

Apenas na década seguinte é que as conquistas dos idosos começam a se consolidar, fruto da mobilização do segmento. Frutuoso (1999) destaca a obrigatoriedade das famílias assistirem aos idosos necessitados, regulamentada em 1993 pela Lei 8.742, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993); a mobilização nacional dos aposentados, que logrou alguns avanços; e a expansão das universidades da terceira idade no Brasil.

Conforme Dal Rio (2009) a visibilidade da população brasileira que envelhece tem aumentado nas últimas décadas não somente por seu crescimento demográfico, mas pelas suas atitudes. Este segmento está mais ativo, politicamente organizado e reivindicativo, desejando aumentar seu nível de qualidade de vida e definir seu lugar na sociedade.

Segundo Veras e Caldas (2004), nas últimas décadas, há profissionais que elegem o envelhecimento como foco de sua prática profissional, e os diferentes campos de saberes vêm travando um embate

na tentativa de resgatar o valor social do idoso, passando pela questão de assegurar sua cidadania plena.

Pinski (2010) coloca que ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais, afinal, os dois primeiros não mantêm a democracia sem os terceiros: são os direitos sociais os que asseguram a participação do sujeito na riqueza coletiva: direito à saúde, à educação, ao trabalho com remuneração justa, a uma velhice tranquila. Assim, as três dimensões são necessárias para o exercício de uma cidadania plena.

A gerontologia é um campo multi e interdisciplinar que estuda o idoso, atuando em três principais eixos de pesquisa: biológico, psicológico e social em uma abordagem mais completa do ser humano. Debert (1994, p.34) afirma que a hipótese que fundou a gerontologia é a de que “a velhice é uma experiência homogênea”. Essa perspectiva orientou os primeiros estudos na área, considerando que os problemas enfrentados pelos idosos eram semelhantes. Na década de 1970 esses pressupostos foram revisados. Diferenças étnicas, de gênero e de classe social dariam conteúdos distintos ao envelhecimento, merecendo investigação.

Para Debert (1996, s/p.) a gerontologia, que aborda cientificamente dimensões que vão desde a Geriatria como especialidade médica, passando pela psicologia e pelas ciências sociais, contribuiu para a construção do idoso em um problema social, empenhando-se em sensibilizar a sociedade brasileira para as questões do envelhecimento. Entretanto, atualmente o discurso gerontológico tende a desconstruir seu objeto de investigação e intervenção, “transformando os gerontólogos em agentes no combate à velhice”.

Atualmente, o sentido de envelhecer assumiu uma visão secular, científica e individualista, sendo considerado mais como um problema a ser enfrentado pela ciência, em especial pela medicina (FRUTUOSO, 1999). Nas relações entre velhice e sociedade, assim como em concepções pseudocientíficas que explicam como se reverter/prevenir o envelhecimento, a autora ressalta que o endeusamento da juventude na sociedade capitalista desvirtuou a compreensão sobre as verdadeiras potencialidades dos idosos, que, se bem aplicadas, podem auxiliá-los na reorientação de suas perspectivas de vida.

Fruzuoso (1999, p.38) também aponta para o fenômeno atual de “negação do envelhecer”, que valoriza a juventude de forma exagerada, prejudicando a possível plenitude de vida dos idosos. Nas últimas décadas, a atitude mais comum é negar a velhice – as pessoas tendem a valorizar quem consegue disfarçá-la. Embora ainda exista, de séculos anteriores, algum respeito ao ancião como norma social, não é fácil

encontrar velhos, mesmo com o percentual do segmento crescendo em relação à população, pois os mesmos podem apresentar-se disfarçados, “fantasiados de jovem”.

Debert (1997, p. 124) afirma que a sociedade pós-moderna diminuiu e relativizou as fronteiras etárias. Entretanto, a autora alerta ser necessário uma visão mais crítica das “promessas libertárias da pós-modernidade, especialmente quando pensamos na velhice”. As idades são uma dimensão importante na organização social, e não deixaram de ser um elemento constituinte na definição do status de um indivíduo. Assim, não se pode falar que há uma atitude tolerante em relação às idades.

Pinheiro Junior (2005) questiona quem é a pessoa idosa. E responde que a primeira relação que muitos fazem é uma tênue menção a aspectos como enfermidades, fragilidade, invalidez e, sobretudo, perda de memória. Assim, evidencia-se o afloramento do preconceito com a velhice até quando alguma pessoa diz que o outro “está ficando velho” ao esquecer-se de algo, por exemplo. Ele cita diversos autores para construir que, a entrada na velhice é uma determinação social, não sendo o envelhecimento um processo homogêneo.

Daniel (2006, p.119) também conclui que as representações e imagens da velhice são construções sociais, em processo permanente de mudança. Estão relacionadas a posição remetida às pessoas idosas na sociedade, não traduzindo necessariamente nem a idade cronológica, nem as mudanças físicas, mas sobretudo as “necessidades econômicas e políticas inscritas na cadeia de mudança, impondo às pessoas idosas desafios em termos de comportamentos, atitudes e valores”.

Por muito tempo a sociedade voltou suas atenções aos jovens, relegando os idosos ao esquecimento. As representações sociais do processo de envelhecimento estão fortemente relacionadas ao físico. A cultura ocidental não oferece muitas opções convincentes para entender e aceitar o declínio físico e a questão da morte ser inevitável. Para muitos, a decadência física e a morte são tomados culturalmente como falhas pessoais ou médicas (FRUTUOSO, 1999).

Dal Rio (2009) afirma que durante muito tempo na sociedade ocidental, muitas pessoas que envelheciam, viviam em processo de isolamento. Desde as décadas de 1960 e 70, entretanto, um número maior de pessoas está envelhecendo sem ceder à imposição do isolamento, por ter sido ativos, capazes de responder de forma original aos desafios, redefinindo suas experiências, contrapondo-se assim a estereótipos ligados à velhice. Esse novo modo de ser propicia o

encontro, o agrupamento organizado de idosos em torno de interesses em comum, com propósitos diversos.

Mesmo assim, o espectro da solidão ainda assombra muitos idosos. Frutuoso (1999) afirma que o medo da solidão, para alguns idosos, pode ser pior do que o medo da morte.

Debert (1996, s/p.) aborda duas perspectivas de caracterizar o idoso: a abordagem que o caracterizava “como fonte de miséria” e a perspectiva mais recente, que o trata como “fonte de recursos”.

Esta última abordagem foi uma resposta a pesquisas que mostravam que os mais jovens tendiam a superestimar os problemas do envelhecimento. Os idosos projetavam uma imagem bem mais positiva relacionada à sua situação do que a visão na qual se fundamentava a teoria gerontológica. Modificar a concepção da miséria pela perspectiva do idoso como fonte de recursos, no entanto, não é simples. Abordagens baseadas em visões pessimistas do idoso ainda têm força, permanecendo em algumas pesquisas como fundamento teórico mesmo quando os dados pedem por uma revisão de tal perspectiva. O idoso como “fonte de recursos” parece partir de pressupostos contrários aos da perspectiva da miséria (DEBERT, 1996 s/p.). É preciso ter cautela, ao assumir acriticamente qualquer uma das perspectivas:

(...) a criação de um novo ideal de produtividade que emerge de um conjunto de receitas que ensinam, aos que não querem se sentir velhos, a maneira adequada de dirigir a vida e participar de atividades preventivas. São considerados seres problemáticos, que necessitam de motivação, os aposentados e os velhos que não se empenham em desenvolver uma nova carreira ou um novo conjunto de atividades de lazer ou, ainda, que não se envolveram ativamente em programas voltados para a terceira idade (DEBERT, 1996, s/p.).

Relacionada a essa nova concepção do idoso, surge a expressão terceira idade, que deve assim, ser encarada como um avanço, mas não com uma percepção ingênua, já que diferentes realidades sociais pintam diferentes quadros aos idosos brasileiros.

2.2.1 Terceira Idade

Tratar da terceira idade é se referir a um conjunto de discursos (amplamente divulgados pela mídia)

e de novos espaços de sociabilidade (como os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade) empenhados em desestabilizar expectativas e imagens culturais tradicionais, associadas a homens e mulheres de mais idade. Enfatizando que a idade não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida, essas manifestações tratam de divulgar uma série de receitas como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, universidades e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade (DEBERT, 1997, p.120).

Frutuoso (1999, p. 35) explica que a expressão “Terceira Idade” não deve ser confundida com velhice. “Surgida na França, no final dos anos 60, refere-se a uma emergente realidade do envelhecer, ligada a um novo tempo de lazer e não mais associada à miséria, doença e decadência, o que geral ocorria após a vida profissional ativa”. Dessa forma, o termo assume a conotação de realização pessoal, uma divisão etária na qual as pessoas podem agir por conta própria, com saúde e bom nível de qualidade de vida.

Debert explica que a expressão Terceira idade se popularizou rapidamente no Brasil. Laslett (*apud* Debert, 1996) afirma que a expressão Terceira Idade originou-se na década de 1970 na França com a implementação das *Universités du Troisième Âge*, e incorporou-se ao vocabulário anglo-saxão com as *Universities of the Third Age* em Cambridge, Inglaterra, em 1981. A autora explica que os primeiros gerontólogos brasileiros foram formados na França (DEBERT, 1994).

Debert (1997) afirma ter ocorrido uma dissociação entre aposentadoria e velhice, transformando a primeira em um período privilegiado para a busca da satisfação, a renovação pessoal, deixando de ser a fronteira entre a vida adulta e a velhice ou sinônimo de garantia da subsistência. Assim, a autora afirma ser necessário rever o tipo de vulnerabilidade a que os aposentados estão expostos, em um cenário no qual os contingentes de aposentados são cada vez mais jovens, já não podendo mais ser atendidos como o setor mais vulnerável da sociedade.

Frutuoso (1999) destaca as transformações na sociedade capitalista que proporcionaram o surgimento da terceira idade: de um lado, a solidão e o preconceito como dramas da velhice; e do outro, o

desenvolvimento de um mercado consumidor abrangendo atividades criadas para idosos que abrem novas oportunidades aos jovens.

Daniel (2006) descreve um novo discurso que se baseia no conceito do envelhecimento ativo. Constituindo uma tentativa de romper estereótipos que menosprezam a velhice, o conceito define como necessária a ideia de que as pessoas devam permanecer ativas após uma idade avançada. Assim, o termo “velho” tende a ser evitado, por sua conotação negativa, relacionado à perda do vigor físico e psicológico, substituído por expressões como “terceira idade” ou “idosos”. Debert (1996) afirma que o termo terceira idade foi adotado por pesquisadores interessados na área do envelhecimento não pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser uma expressão que trata as pessoas com idade mais avançadas que não tem um significado depreciativo. O uso do termo terceira idade foi construído como produto do crescente processo de socialização da gestão da velhice. Consequentemente:

[...] tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas e uma nova categoria cultural é produzida: as pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão (DEBERT, 1996, s/p.).

Atualmente a tendência é uma inversão da visão da velhice como uma série de perdas e isolamento. Debert (1997) relata que novos significados são conferidos aos estágios mais avançados da vida, agora vistos como momentos para novas conquistas, para desfrutar a vida. As experiências e conhecimentos acumulados proporcionariam aos idosos as chances de descobrir novas identidades, concretizar projetos abandonados em outros estágios da vida, constituir relacionamentos mais proveitosos com todas as gerações. São essas as representações do envelhecimento que acompanham a construção do conceito terceira idade, revisando assim os estereótipos negativos da velhice e permitindo que as vivências de envelhecimento exitosas possam ser vividas coletivamente. Nos últimos anos tem aumentado no Brasil o número de universidades e grupos de convivência da terceira idade que têm promovido a quebra de estereótipos, a redefinição de valores, atitudes e comportamentos das pessoas envolvidas nestes grupos.

Dal Rio (2009, p. 22) afirma que vem aumentando o número de universidades que se abrem à terceira idade. Esse público procura as

universidades visando a uma convivência social mais ativa, ao preenchimento de seu tempo livre, e à busca de novos conhecimentos e novos meios de se expressar. Estes anseios são característicos dessa fase da vida: “completar-se como pessoa e viver em grupo, mantendo a sociabilidade e transmitindo sua experiência, ainda que para seus pares”.

Debert (1996, s/p.) relata o “sucesso mobilizador dos programas para a terceira idade”. Em tais programas, as experiências e saberes acumulados propiciariam que o idoso explore novas identidades, abandonando a ideia do idoso como um processo contínuo de perdas.

No entanto, a autora afirma que o êxito das iniciativas de grupos voltados à terceira idade é proporcional à fragilidade dos mecanismos existentes para lidar com as dificuldades da velhice avançada. A imagem do envelhecimento bem-sucedido relacionado à terceira idade não dispõe de instrumentos adequados para enfrentar os problemas decorrentes da perda de habilidades cognitivas, imprescindíveis para que uma pessoa seja reconhecida como autônoma na sociedade e capaz de exercitar seus direitos de cidadania plenamente (DEBERT, 1997). A autora chama de “reprivatização da velhice” essa dissolução dos problemas da velhice avançada nas representações da terceira idade, transferindo-as aos idosos, como se fosse uma responsabilidade pessoal.

Em relação a essa questão, Debert (1996) enfatiza que as novas imagens e a quebra de estereótipos negativos em relação ao envelhecimento oferecem um quadro bem mais positivo do envelhecimento, compreendido como uma fase heterogênea na qual o declínio físico e mental é revisto como condição geral que atinge as pessoas em qualquer idade. Entretanto é ilusório pensar que essas mudanças vêm acompanhadas de uma atitude mais tolerante às idades. Assim, as formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento não podem ocultar a velhice abandonada e dependente, transformando-a como resultado de descuido pessoal.

Dal Rio (2009) considera as formas sistemáticas de sociabilidade, caracterizadas principalmente pelo encontro entre gerações no espaço público, como tendências crescentes e de grande importância. Entretanto, elas não abrangem todos os idosos, apenas uma parcela representativa daqueles que desfrutam do direito à aposentadoria, principalmente mulheres. São homens e mulheres saudáveis, dispostos para novas atividades, conhecer pessoas e reunir-se fora da família. Apesar de não haver dados estatísticos exatos organizados sobre o perfil dos alunos, diversos autores e pesquisas afirmam que a maioria pertence ao público feminino. Dal Rio (2009) acrescenta a grande presença de

donas de casa, pessoas aposentadas e das classes média e alta, com todos os níveis de escolaridade, e faixa etária variando dos 45 aos 80 anos.

Debert (1994) afirma que no Brasil a terceira idade é uma experiência essencialmente feminina. Também confirma que o público mobilizado em programas para a terceira idade geralmente é funcionalmente independente e com idade inferior a 70 anos.

Necessidades e interesses em comum aproximam as pessoas em associações, que trazem o sentido de união, de estar junto (DAL RIO, 2009). Britto da Motta (2004) destaca que em oposição ao individualismo e às megaestruturas produtivas ocorre o desenvolvimento espontâneo da vida em pequenos grupos como prosseguimento dos modelos existentes nas instituições e espaços tradicionais. Essa sociedade gerou também diversos tipos de associações para atender a suas demandas de consumo, dentre elas, os programas para a Terceira Idade. Vinculados à iniciativa pública e a órgãos assistenciais desde sua criação, esses programas são instituídos por agentes de gestão da velhice, que oferecem serviços e equipamentos para que os grupos possuam um envelhecimento bem-sucedido, com sociabilidade (DAL RIO, 2009).

Frutuoso (1999) enfatiza que é necessária a manutenção de atividades produtivas e criativas também na velhice, considerando o desenvolvimento da consciência crítica e a constituição da própria identidade. Sobre as associações, Dal Rio (2009) ressalta que é importante a prática do lazer, mas esta deve coexistir com ações voltadas para a cidadania, complementando as atividades socioculturais.

Debert (1996) afirma que os Programas para a terceira idade são exemplos aproveitados pela mídia e pelos gerontólogos para mostrar que o envelhecimento pode ser vivido de maneira gratificante. Iniciados a partir da década de 1960, como os programas do Serviço Social do Comércio (SESC), a partir de 1990 foi quando eles proliferaram nas cidades brasileiras. Em outra ocasião, a autora (1994) afirmou que a visibilidade conquistada pelos idosos gerou uma série de iniciativas das agências governamentais e das organizações privadas, visando ao envelhecimento adequado.

Três organizações pioneiras destacaram-se na promoção de programas para a Terceira idade: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), atualmente já extinta; o SESC; e as Universidades para a Terceira Idade, que conforme Debert (1994), no Brasil, iniciaram no interior das universidades católicas, e atualmente estão em diversas universidades públicas em todo o País.

2.2.1.1 Breve Histórico das Universidades da Terceira Idades

As universidades da terceira idade são assim chamadas por ocasião de seu surgimento em 1973, em Toulouse, na França, criadas pelo professor de Direito Internacional Pierre Vellas que, após diversos estudos sobre este segmento etário, resolveu organizar um serviço de informação, visando conscientizar a sociedade acerca do que ocorria com os idosos e tornar-se instrumento de pesquisa para melhorar a condição do envelhecimento, modificando a imagem do idoso, dentre outros objetivos, mas sempre procurando a integração entre as gerações (FRUTUOSO 1999). Vellas pensa em um espaço dentro da universidade voltado à melhora da saúde do idoso e a modificar a imagem social do mesmo.

A designação “Universidade da Terceira Idade” faz analogia à idade média, no início da história das universidades, em que as aulas eram conferências, procuradas pelos alunos interessados. Ao surgir, a Universidade da Terceira Idade dá oportunidade de estudo aos idosos interessados, abrindo suas portas aos que desejam conhecimento, independente de seus históricos escolares (FRUTUOSO, 1999).

A Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade (AIU3A, 2012) confirma que a primeira Universidade da Terceira Idade foi fundada em Toulouse em 1973, na Universidade de Ciências Sociais, sendo um projeto do Professor Pierre Vella da Faculdade de Ciências e Direito Econômico, para oferecer aos idosos um programa de atividades que satisfaçam as condições, necessidades e aspirações nesta idade da vida. A partir de um início modesto, as atividades físicas e as primeiras salas de aula e conferências foram lotadas. Os idosos estavam prontos para receber os benefícios culturais, sociais e físicos, junto à realização emocional que vem de encontro com os outros na partilha de aspirações comuns.

Sobre a experiência pioneira de Vellas, Frutuoso (1999, p. 65) infere que:

[...] embora com a designação de universidades, tais instituições caracterizavam-se, administrativamente, como cursos ou atividades de extensão ou aperfeiçoamento, o que, em determinados casos, perdura até a atualidade. Mas elas têm apresentado ao logo do tempo, alguns desdobramentos, nas modalidades, formas de estruturas e funcionamento.

O primeiro exemplo não demorou a ser seguido e os programas para os idosos começaram a aparecer em diversas universidades. Inicialmente na França o movimento aumentou rapidamente. Depois, espalhou-se pelo continente europeu e pelo mundo: Bélgica, Espanha, Suíça, Polônia, Canadá, Suécia, Itália, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, América Latina, África, Ásia (AIU3A, 2012). Frutuoso (1999) relata que muitas universidades europeias da terceira idade surgiram das universidades convencionais, integrando-se às mesmas, enquanto outras só conservam relações de pesquisa, cooperação científica, de ensino ou de ação social.

O Professor Pierre Vella, em seguida, fundou a AIU3A, para intercâmbios e encontros de gestores e usuários de instituições acadêmicas com tais programas, partilhando experiências e pesquisas (AIU3A, 2012). Frutuoso (1999) relata que essa associação internacional foi fundada em 1975 com o propósito de ajuda mútua entre os programas.

Atualmente, o site da AIU3A (2012) se descreve como uma federação de universidades da terceira idade e outras instituições com títulos diferentes, porém com os mesmos objetivos, ligada ao setor universitário. Preocupada principalmente com o crescimento pessoal e no modo como as pessoas com idade mais avançada podem desempenhar um papel livremente escolhido na sociedade.

Frutuoso (1999) salienta que as instituições criadas para atender aos idosos se apresentam com nomes variados, ou seja, nem todas utilizam o nome Universidade da Terceira Idade. Algumas apresentam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Outro modelo de universidade surgiu em Nantèrre, também na França, chamado “Universidade para a Terceira Idade” no qual, pela primeira vez, uma universidade permitiu que idosos frequentassem suas aulas sem exigir nenhum tipo de diploma. A particularidade deste modelo estava na possibilidade de ingresso de idosos apenas com o curso primário, nas disciplinas ofertadas aos jovens do ensino superior. Assim, em uma mesma sala de aula pessoas de diferentes formação e faixas etárias interagem, sem qualquer barreira. Frutuoso (1999) afirma que tal contato acarretou uma maior valorização dos idosos pelos jovens.

A autora ainda aborda um terceiro modelo de universidade que abarca a temática da terceira idade, também chamado de “Universidade da Terceira Idade”. Este engloba a formação em Gerontologia para profissionais, em cursos de especialização e/ou extensão e cursos preparatórios para a aposentadoria.

Veras e Caldas (2004) relatam que o movimento Universidade da Terceira Idade vem provando um substancial incremento desde a década de 1970, a partir de uma ação multidisciplinar empenhada em inserir o idoso como cidadão ativo na sociedade. Já em 2004, os autores afirmavam existir no Brasil, pelo menos 150 programas deste tipo.

A partir de 1980 as universidades brasileiras começaram a dar espaço às UnATIs, cujo trabalho está relacionado ao desenvolvimento da sociabilidade e à educação permanente (DAL RIO, 2009). Diversos autores destacam a participação social e o processo da socialização relacionados às universidades da Terceira Idade.

As instituições universitárias que desenvolvem programas para a Terceira Idade geralmente oferecem cursos na forma de programas de extensão universitária, “sem exigência de pré-requisitos de escolaridade, além da alfabetização, para pessoas acima de 45 anos” (DAL RIO, 2009, p. 21). Normalmente com atividades e disciplinas de conteúdo psicológico, médico e sociológico sobre o envelhecer, inclusão digital, atividades físicas, culturais e de lazer, os programas são constituídos em regime sequencial ou modular.

A autora destaca também a oportunidade de trabalho para profissionais envolvidos com os idosos. A eles, cabe a reflexão com esses grupos sobre o imperativo de uma maior integração social para a aquisição da cidadania plena, contribuindo assim para que os passos seguintes sejam dados: o alcance do convívio e da solidariedade entre as gerações e “o estreitamento de forças pelo entrosamento mais efetivo entre diferentes grupos de idosos, favorecendo seu movimento social e político e a redefinição de seu lugar na sociedade” (DAL RIO, 2009, p. 26).

Na descrição de Veras e Caldas (2004) sobre a UnATI da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), alguns aspectos relevantes podem ser destacados para qualquer projeto de universidade voltada a Terceira Idade que deseje ter uma visão e um posicionamento realmente transformador, não apenas filantrópico. Destaca-se: evitar estabelecer estruturas infantilizadoras, que possam remeter a ou reforçar estereótipos sociais para com os idosos; preocupar-se com a formação e qualificação de pessoas capazes de lidar com a terceira idade; nortejar-se pela vida com um bom nível de qualidade, priorizando a manutenção da autonomia e a promoção da saúde integral.

Em uma pesquisa realizada junto a idosos que participavam da Universidade para a Terceira Idade da Unicamp, Guerreiro (*apud* Frutuoso, 1999) constatou que essas pessoas não tinham um perfil de baixa mobilização, ao contrário do estereótipo do idoso. Inversamente,

eles gostavam de demonstrar ser um exemplo vivo de realização das potencialidades da velhice, tendo por isso, feito a inscrição na Universidade para a Terceira Idade.

Com os resultados de suas investigações Simoneau e Oliveira (2011) concluíram que há uma representação positiva dos programas universitários para pessoas idosas, apoiada em valores morais hegemônicos presentes na sociedade, como a aprendizagem, mas também destaca sua função social, possibilitando a integração social, o estabelecimento de laços e a valorização da pessoa idosa.

Debert (1994) afirma que entre a situação real e a situação potencial do idoso, abre-se espaço para o compromisso social e político e para a ação das universidades da terceira idade. Veras e Caldas (2004) afirmam que o objetivo geral das UnATIs é contribuir para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social dos idosos.

Cachioni e Neri (2008, p. 47) pesquisaram as Universidades da Terceira Idade sobre o ponto de vista dos professores, que destacaram que são motivados a participar deste programa, sobretudo pelos estímulos e expectativas pessoais, para atingirem metas e propósitos profissionais e por questões ideológicas. As autoras destacaram o “caráter interativo e participativo que se estabelece na educação de adultos maduros e idosos”, fazendo com que o professor aprenda, troque com o seu aluno que já possui longa trajetória de vida, e que o aluno aprenda novos conhecimentos, mantendo-se atualizado.

2.3 UNIVERSIDADE

O impacto social de uma Universidade está tanto na formação de pessoas como nas atividades de extensão, que levam o conhecimento à comunidade. Está também na pesquisa, na geração de conhecimento científico e tecnológico em busca de respostas às demandas sociais (UFSC, 2010).

A universidade é uma instituição secular, com diferentes características e objetivos ao longo da história. Algumas pessoas confundem universidade como sinônimo de Instituição de Ensino Superior (IES), mas nem toda IES é uma universidade. As legislações variam nos diferentes países em relação às IES. No Brasil, as universidades são IES que “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao

princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, Art.207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Caracterizando o ensino superior brasileiro o Censo da Educação Superior de 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2012) expõe que no total de IES pelo território brasileiro, o número de faculdades é muito superior ao de universidades. No entanto, a maioria dos estudantes matriculados no ensino superior do País está em universidades (54%). Este número era superior no Censo anterior, mas as Universidades ainda têm mais alunos do que as faculdades e os centros universitários somados.

Mesmo considerando apenas as universidades, no Brasil não se chega a um mínimo denominador comum em termos do nível de qualidade: há instituições comparáveis às boas universidades dos países mais desenvolvidos e há as que operam em condições muito precárias (GOERGEN, 2006).

Assim, não é simples falar da função da Universidade. Muitas vezes acusada de elitista, o que não é de todo falso, se avaliar a história da universidade no mundo e, sobretudo no Brasil, e a quantidade de pessoas que têm acesso diretamente a ela; a universidade, sobretudo a pública, não deve ser considerada alheia à sociedade. Como toda instituição, influencia e é influenciada pelo meio no qual está inserida, devendo atentar-se a sua função social. A universidade e sua função social são temas de revisão no presente trabalho.

Para Gurgel (1986) a universidade necessita “aprender a ler” a realidade do povo e compreender verdadeiramente a forma de se comunicar. É necessária uma nova postura de parceria na construção de uma sociedade nova, na qual o “saber popular” tenha mais a dizer do que é vivenciado até então pela universidade.

Conforme Barbiero (2011, p.15) com um conhecimento da vida universitária percebe-se que mais importante ainda que a academia estar inserida na sociedade é as comunidades compreenderem o real sentido de universidade. Assim, o processo não deve ser monológico. Ter acesso ao conhecimento, vislumbrar possibilidades novas, participar do mundo e se suas transformações é ser sujeito e construtor de seu próprio futuro, ser cidadão. “Proporcionar essa vivência é ser universidade”.

Nogueira (2000) enfatizou a necessidade de a universidade cumprir sua função tendo em consideração às necessidades do contexto no qual está inserida, do contrário tende ao simples intelectualismo. Como a universidade participa da sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas.

Audy (2006) discorre que a demanda da sociedade por um novo papel da Universidade no desenvolvimento econômico e social vem aumentando. Ristoff (2006) enfatiza que há um reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as públicas, visando colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural.

Neves (1992) discorre que o ensino superior tem múltiplas funções: um ensino diversificado, não somente formação profissional, mas sem descartá-la; ser criativo no processo de produção de conhecimento, adequado ao desenvolvimento econômico e social do País; produzir diagnósticos e soluções para os problemas sociais do País, ser centro de discussão e reflexão ampla, pensando a sociedade de forma crítica, tendo em vista sua transformação e desenvolvimento como um todo.

A universidade tem como característica principal a procura pelo inédito, pois tem como função gerar o saber comprometido com a ruptura e a inovação, e conseqüentemente assim, criar condições para a transformação, que depende de condições estruturais da sociedade como um todo (BELLONI, 1992).

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação e Desporto (2001) reflete o compromisso da universidade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. Assim, se parte do pressuposto que a universidade tenha esse compromisso. O documento descreve as universidades públicas brasileiras como instituições criadas para atender a necessidades do País, associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Brasil, espaços privilegiados à produção de conhecimento e à formação de profissionais cidadãos.

É importante destacar o cidadão em relação à formação. Para Ribeiro (2006) a formação universitária não deve ser confundida com treinamento para o mercado de trabalho, já que este último, em boa parte pode ser feito no próprio mercado. O mais relevante é formar pessoas que possam se orientar de diferentes maneiras. A questão de valores e a questão da sociedade devem ser enfocadas.

Pimentel e Pereira (2004) opinam que o papel da universidade é formar cidadania. A missão acadêmica não se limita a formar bons profissionais: espera-se que a universidade seja instrumento de coesão social, dotando os indivíduos de consciência de sua responsabilidade,

com capacidade e liberdade para defender o bem da sociedade e do ser humano.

A questão da formação integral é também abordada por Sobrinho (2006), que expõe que a universidade deve cumprir o mandato que a sociedade lhe delegou. Sua responsabilidade é a formação integral, da cidadania, de formar indivíduos autônomos, mas indivíduos sociais, portanto, cidadãos, cidadania pública, não só cidadania privada; desenvolver a sociedade formando pessoas com autonomia para pensar, criticar, produzir e participar ativamente da construção de uma sociedade democrática: fortalecer a democracia é função da universidade. A formação profissional é um aspecto importante, talvez não o principal, mas uma função que a universidade deve atender como uma das dimensões de seu mandato social. A finalidade da universidade, realizada através dos meios - ensino, pesquisa e extensão, de preferência articulados - é formar o cidadão.

Yunes (2010) afirma que o ideal de educação atual deve colocar o máximo esforço em proporcionar ciência reinterpretada como parte do humanismo, mas também despertar o pensamento crítico de forma que o homem assuma sua responsabilidade diante da explosão de informações, para saber o que realmente tem importância. O espírito crítico não aceitará o conformismo nem o totalitarismo.

A universidade tem estimulado debates em relação ao seu papel no contexto atual, de constantes transformações, consciente do impacto dessas mudanças que atingem o mundo e atenta à sua função de promoção social, que a acompanha desde sua criação, e é a razão maior de sua existência. A instituição, orientada pela responsabilidade que lhe é atribuída em direção ao desenvolvimento da sociedade e da Nação, vem questionando sua missão, funções primordiais, a quem deve atender e como portar-se perante as mudanças do mercado. Simultaneamente tem buscado alternativas para realizar sua função máxima, que vai além da formação para o mercado de trabalho; “diz respeito a ações que visam promover a construção de um mundo melhor, aliando produção e disseminação do conhecimento ao desenvolvimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da sociedade” (NOVO E MELO, 2004, p.17).

Santos (2006) acredita que a universidade tem que contribuir ao desenvolvimento, sem ser regulamentada pelo mercado, mas sim produzindo conhecimento científico-tecnológico visando ao desenvolvimento do país, porque isso só reforça a soberania.

Barbiero (2011) fala de a universidade que faz a diferença no ambiente com o qual interage, mas que essa diferença também se faça

naqueles que produzem tal mudança, ou seja, em ambos os lados, sociedade e universidade, que não é uma dicotomia, pois a universidade pertence à sociedade. Desta forma, não é possível crer que somente produzir o conhecimento contribuirá para o desenvolvimento. A universidade em sintonia com a sabedoria e as demandas da realidade social é o que coloca a todos no caminho do progresso mais justo e sustentável.

Para Sobrinho (2006) cada universidade deve estar enraizada em uma realidade e no contexto da alta tecnologia. A sociedade acaba orientando para certo perfil institucional, em um diálogo de mão dupla.

Assim, a universidade tem várias importantes funções sociais, algumas mais intensas em determinados locais, porque é fundamental compreender e dialogar com o local, conhecer o contexto no qual se está inserido. A chave principal é a cidadania, que tem relação com formação, uma formação integral, muito diferente de um “adestramento” para o mercado. Devido à importância de contextualizar para compreender o estágio atual, se descreve a seguir, a história da universidade.

2.3.1 Universidade na História

Desde tempos remotos a finalidade da universidade foi cultivar e transmitir o saber humano, mas abalada pelas transformações históricas e, tendo que acompanhar as inovações nos processos e estruturas sociais, ela foi tentando se adaptar constantemente as distintas realidades (MOISEICHYK e BIAZÚS, 2002).

Segundo Mattar (2008) o modelo de cultura e educação que marcou o Ocidente surgiu na Grécia, mas somente a partir dos Séculos XII e XIII, com a urbanização e o desenvolvimento do comércio na Europa, que as escolas medievais antigas são substituídas por escolas urbanas, que ampliam o horizonte da educação medieval com o ensino dos clássicos latinos e dos clássicos gregos disponíveis em antigas traduções latinas e a tentativa de aplicar o intelecto e a razão a muitas áreas da atividade humana. Essas escolas urbanas darão origem às universidades.

No período medieval que a universidade desenvolveu muitas de suas características atuais, como um nome e uma localização centralizada, mestres com certo grau de autonomia, estudantes, um sistema de conferências, um procedimento para exames e até uma estrutura administrativa com suas faculdades (KERR, 1982).

Segundo Wanderley (1988) na época feudal havia os chamados *studia generalia*, frequentados por estudantes de diversas partes. Para ensinar ou conferir graus era necessária uma licença do papa, do rei ou do imperador. A excelência de algumas grandes escolas, ao fim do Século XII extrapolava suas dimensões locais. Dentre os *studia generalia* mais conhecidos, destacaram-se os de Paris, Bolonha, Nápoles e Oxford. Para o autor as universidades medievais tinham caráter conservador, polêmicas teológicas e de outro teor, espírito universalista do professorado italiano, cursos longos de teologia, regime de internato, aulas orais, defesa de tese ao concluir os estudos e tônica voltada para o saber como um fim em si mesmo.

Neste período, apesar de algumas características mantidas atualmente, a universidade não tinha a dimensão atual. A universidade com o tripé ensino, pesquisa e extensão, foi se desenvolvendo ao longo da história. Como já foi colocado, nem todos os países assumem este modelo. Ao descrever esta trajetória da instituição, de suas origens até os dias atuais, Novo e Melo (2004) dividem seus mais de oito séculos de existência em três momentos importantes: ensino, pesquisa e extensão.

2.3.1.1 Universidade do Ensino

Desde tempos remotos, a universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência. Sacudida pelas transformações históricas, tendo que acompanhar as inovações que os homens iam inventando em seus processos e estruturas, ela foi tentando se adaptar constantemente às diferentes realidades. Em função, contudo, de suas tradições essas modificações internas e externas enfrentaram resistências ponderáveis para serem aceitas em seu meio; além do mais, dentre as instituições sociais, ela foi uma das que apresentaram sempre mais forte tendência a permanecer conservadora (WANDERLEY, 1988, p. 37).

Novo e Melo (2004) relatam que por muito tempo a universidade centrou esforços no ensino, guiado basicamente pelo modelo inglês que, enfatizava uma cultura generalista, sem grandes preocupações com a profissionalização, tendo como discípulos jovens de família nobre e ricas.

Na primeira fase a universidade centrou-se em transmitir o conhecimento. Segundo Mattar (2008), o método de ensino das universidades medievais era baseado na autoridade de textos consagrados por leituras e *disputatio* – discussões entre estudantes, coordenadas pelo mestre. Ressalta-se também o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, no Século XV.

Novo e Melo (2004) expõem que mesmo atualmente a função ensino tem ocupado a maior parte do tempo da estrutura universitária, essencialmente desempenhando o papel de formar profissionais requeridos pelo mercado de trabalho.

Flexner (*apud* Kerr, 1982) contrapõe a ideia de Wanderley (1988) a respeito do conservadorismo da universidade. Para o autor, a universidade está inserida na textura social de uma época, sendo expressão da época e uma influência que atua no presente e no futuro. Desse modo, mesmo apresentando tendências conservadoras, todo o contexto no qual a universidade estiver inserida, interage, numa ação mútua de influência com seu meio, fazendo trocas constantes.

Com os Estados Nacionais, na Idade Moderna, multiplicam-se as universidades, inclusive fora da Europa. Os modelos de universidade diversificam-se e o poder político passa a ter maior influência sobre elas, que perdem um pouco de autonomia (MATTAR, 2008).

Porém ao fim do Século XVIII, as universidades europeias havia muito tinham se tornado oligárquicas, rígidas em suas matérias de ensino, centros de reação em suas sociedades – contrárias em grande parte à Reforma e à nova ciência (KERR, 1982). Permaneciam voltadas para dentro. O autor coloca que as marés de mudança provocaram cortes profundos. Na França, as universidades foram arrasadas pela Revolução. Mattar (2008) explica que a Revolução Francesa teve repercussões decisivas na história da universidade, que são abolidas na França em 1793, iniciando-se desde então um processo de reconstrução do ensino superior, o que também ocorre na Bélgica e nos Países Baixos. Espanha e Itália assistem um recrudescimento do ensino superior, também reflexo da Revolução.

2.3.1.2 Universidade da Pesquisa

(...) das necessidades de cultivo e difusão enfatizou-se o ensino como meta fundamental; das necessidades de ampliação e descoberta enfatizou-se a pesquisa. Os corpos universitários foram se dando conta, então, que se tornava imperiosa a

integração destas finalidades, ensino enriquecido pela pesquisa, que lhe municiava novos temas, proposições, métodos, etc., pesquisa que trazia do ensino problemas, hipóteses, interpretações, etc. (WANDERLEY, 1988, p.38).

Para os novos princípios da época era necessária uma universidade inovadora. Conforme Wanderley (1988), aos poucos, pelas novas exigências, constatou-se a necessidade de ampliar os conhecimentos, produzir novos saberes, e o meio privilegiado foi a pesquisa. Inicialmente, pautada na pesquisa pura, sem grandes cuidados com os resultados e com quem iria apropriar-se deste saber. Progressivamente, com as solicitações advindas da expansão das forças produtivas é complementada com a pesquisa aplicada.

Segundo Novo e Melo (2004) na universidade da pesquisa foi alicerçada a partir das ideias de Humboldt, na Universidade de Berlim, no Século XIX. Mattar (2008) apoia dizendo que, em 1810 é fundada a Universidade de Berlim, modelo de universidade como centro de pesquisa, que preza a liberdade do aprendizado e que servirá por muito tempo como referência ao ensino universitário.

Na Alemanha ocorreu o renascimento da universidade (KERR, 1982). A ênfase da universidade de Berlim era em filosofia e ciência, em pesquisa, em ensino de pós-graduação, e na liberdade de professores e alunos.

Com a pesquisa a universidade assume o papel de geradora e disseminadora de conhecimentos, deixando de ser mera reprodutora. Para Novo e Melo (2004), do início do Século XIX até hoje, universidades de todo o mundo vêm desenvolvendo e consolidando programas de pesquisa e criando laboratórios experimentais, nas mais diversas áreas.

2.3.1.3 Universidade da Extensão

A extensão é atribuída à universidade com a intenção de viabilizar sua interação com a sociedade, sendo que essa função exercida juntamente com o ensino e a pesquisa torna-se capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular (NOVO E MELO, 2004, p. 19).

Quando a universidade de Berlim foi fundada, já havia nos Estados Unidos um grande número de *colleges*, onde se realizavam estudos concentrados no Calvinismo para os futuros pregadores, e nos clássicos, para os jovens de classe superior. Na metade do Século XVIII, Benjamin Franklin teve outras ideias para a Universidade, querendo uma cultura mais útil. Queria formar pessoas para a agricultura e o comércio e explorar as ciências. Uma educação a serviço da humanidade (KERR, 1982).

Gurgel (1986) identifica duas vertentes que incidiram em todas as propostas relativas à extensão universitária: as universidades populares e o modelo de extensão norte-americano.

A primeira lei de Morrill em 1862, de doações de terras pelo governo às universidades, democratizou o ensino superior dos Estados Unidos. Conforme Kerr (1982), o movimento de doações de terras abriu as portas da universidade para jovens de distintas classes sociais, introduziu estações agrícolas e *bureaux* de prestação de serviços. As universidades contempladas estenderam suas atividades além de seus *campi*. A universidade servia ao Estado e até as universidades privadas desenvolveram importantes programas de extensão.

As primeiras experiências de extensão nos Estados Unidos surgiram a partir de 1860, em função de duas propostas: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária ou geral. Tal quais as universidades populares, refletiam um desejo de aproximação com a população, com o objetivo de ilustrá-la. A extensão norte-americana caracterizou-se pela ideia de prestação de serviços. A diferença é que a universidade popular geralmente resultava de um esforço autônomo de intelectuais, enquanto a extensão norte-americana surgiu de iniciativas de instituições oficiais (GURGEL, 1986).

Sobre as universidades populares, Gurgel (1986) destaca que surgiram na Europa, no Século XIX, com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos ao povo, assumindo grande importância na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália.

Na América Latina, no início do Século XX, o manifesto de Córdoba foi uma luta do movimento estudantil, na tentativa de mudar o caráter conservador e elitista da universidade.

Oliveira e Azevedo (2008) colocam a “Reforma de Córdoba” como uma referência obrigatória em qualquer debate latino-americano que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de: a autonomia universitária, a eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica, concursos para a provisão de cargos docentes, docência livre, assistência livre, gratuidade do ensino, renovação de métodos de

ensino e aprendizagem, assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso, extensão universitária e integração e unidade latino-americana.

Para Matos (2004) o manifesto foi uma iniciativa dos estudantes, que cobravam das universidades o cumprimento de seu compromisso social. Para Bernheim *apud* Gurgel (1986), o Movimento iniciou o questionamento da universidade latino-americana tradicional, confrontando uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma com uma sociedade que procurava novos caminhos para via de modernização.

Segundo Wanderley (1988) o movimento reformista que surgiu impulsionado pelo movimento estudantil, tinha como reivindicação básica a maior democratização interna e autonomia frente ao Estado. A reforma tinha ideias como “ir ao povo”, abrir caminho para a extensão universitária. Entretanto, essa preocupação significou mais filantropismo para com o povo. Ainda assim, destaca a importância da relação movimento estudantil e/ou universidade com setores populares.

Outro dado interessante ressaltado por Wanderley (1988) é que o tipo de solidariedade trabalhador – estudantes proposto se expressou na organização de universidades populares.

Gurgel (1986) afirma que a extensão universitária no documento de Córdoba é vista como o que objetiva que a universidade se fortaleça, por meio da projeção da cultura universitária a toda a sociedade e da maior preocupação com os problemas nacionais, ou seja, contextualizando-os. A extensão propiciaria uma projeção do trabalho social da universidade ao meio de sua inserção e uma dimensão mais ampla. A partir de Córdoba, a questão da missão social da universidade passou a constar dos discursos oficiais e das propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária. A proposta foi de caráter reformista, não apresentando proposições transformadoras mais radicais, mas abriu espaço a uma universidade mais crítica.

2.3.1.4 Definido Extensão Universitária

[...] Com mais essa função, passa a ser considerado o compromisso social da universidade, que deverá encontrar-se continuamente empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, dirigindo seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas

comunidades regionais e locais (NOVO e MELO, 2004, p.19).

A palavra extensão tem diversos significados. No caso da extensão universitária, define-se como ato ou efeito de estender-se, aumentar de dimensão em qualquer sentido. A universidade utiliza-se do ensino e da pesquisa, para aplicação na sociedade na qual está inserida.

Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável viabilizando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001). É uma via de mão-dupla: a comunidade acadêmica encontra na sociedade a oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos e retorna com o aprendizado daquela comunidade. A troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da Universidade. É um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA, 2000).

Wanderley (1988) coloca que a base da extensão universitária e cultural foi a tomada de consciência progressiva da comunidade universitária e da sociedade em geral que a massa crítica de recursos da universidade deveria ser estendida ao maior número de pessoas possível.

Conforme Nogueira (2000), no VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foi colocado que a especificidade da extensão se define no fato de que sua abrangência ultrapassa os currículos em suas práticas de ensino e os limites metodológicos dos projetos de pesquisa.

A universidade como instituição social deve estar comprometida com o mundo moderno, e isso pode ser desenvolvido pela extensão, cujo segmento administrativo destina-se a levar o ensino e a pesquisa ao maior volume e profundidade possíveis de aplicações nos problemas práticos ou existenciais do cotidiano da comunidade ao qual ele circunda (MOISEICHYK e BIAZÚS, 2002).

Cruz *et al* (2010) constroem a partir da extensão e da transferência de tecnologia social uma abordagem de responsabilidade social, levando em consideração os benefícios para a IES, os participantes e a sociedade. Transferência de tecnologia social aqui é descrito como “conhecimento em projetos comunitários” (CRUZ *et al*,

2010, p.01), empoderar as representações coletivas por ferramentas procedentes da administração.

Pensar a extensão universitária implica trabalhar o processo de formação universitária por meio de uma pedagogia crítica, que ajude na construção de novos saberes, compreendendo o contexto social no qual se está inserido, fazendo uma interface entre o saber popular e o acadêmico, estabelecendo deste modo uma relação de criticidade e de troca de experiências. A extensão universitária é baseada no diálogo, que tem uma relação horizontal entre os sujeitos, que fazem e refazem a história (CRUZ *et al*, 2010).

Nogueira (2000) ressalta a relação extensão e compromisso social da universidade, resgatando a extensão universitária como instrumento que possibilitará à universidade cumprir sua função social. Refletir sobre a extensão universitária significava colocá-la lado a lado do ensino e da pesquisa como meio de democratizar o conhecimento universitário e possibilitar que esta mesma universidade atenda às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa.

Para Barbiero (2011), ensino e pesquisa não são plenos sem a extensão, nem os conhecimentos encontram vida própria na compreensão das dinâmicas do mundo. Ultrapassar as fronteiras entre as ciências e rever velhos conceitos sob o ponto de vista da diversidade são essenciais para a universidade que quer ser participante ativa da realidade na qual se insere. Assim, a extensão articulada com os saberes é uma adaptação necessária, uma evolução.

A Resolução Normativa N.º 03/CUn/09 de 08 de dezembro de 2009 (UFSC, 2009) dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na UFSC, considera que as ações de extensão universitária são etapas de processos de produção de conhecimento e não como algo à parte destes; visam tornar acessível as atividades que criam recursos e condições para a apresentação de informações que facilitam a apropriação, pelos membros da sociedade, do conhecimento disponível; e devem ter caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias atividades.

Esta Resolução (UFSC, 2009) define extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Wanderley (1988) situa uma divisão dos serviços amplos que a universidade presta em duas direções: uma voltada a serviços internos à comunidade universitária, com múltiplas variedades, e outra dedicada ao

relacionamento da universidade com a comunidade, que compreende múltiplos serviços de toda a natureza, nos campos de ensino, da pesquisa e dos serviços propriamente ditos.

O momento no qual a extensão é concebida como função da universidade é o estágio mais avançado da instituição, pois é pela extensão que a universidade poderá alcançar sua plenitude ao transferir à sociedade os conhecimentos adquiridos em seu interior (NOVO E MELO, 2004).

Mattar (2008) coloca que a oferta de cursos de extensão é uma responsabilidade social da universidade para a comunidade na qual ela está inserida, prestando assim serviços voltados ao benefício da população e ultrapassando seus próprios limites.

Bellei *et al* (2006) acusam que a extensão é vista como “prima pobre” da universidade, e talvez por isso, seja a mais importante, já que sua função é estabelecer a conexão com o social, é o que liga a universidade à sociedade. O problema é que a extensão estabeleceu uma conexão com o capital, que não é a correta. Faz diferença se a extensão universitária mandará um aluno a um grupo ou movimento social ou para trabalhar em uma grande empresa privada. Na realidade, não é problema um estudante estagiar em uma grande empresa, contanto que ele não seja uma simples mão-de-obra barata, mas venha depois a escrever, por exemplo, sobre o sistema de trabalho que opera tal empresa. A extensão deveria ajudá-lo a aprender a prática da interpretação da suspeita e a problematizar a realidade social. Enquanto houver essa consciência problematizadora, a conexão é a correta.

Para Gurgel (1986) a extensão tem uma dimensão de transformação social na direção de uma sociedade mais justa sendo necessária a comunicação da universidade com o seu meio, disponibilizando assim um *feedback* frente aos problemas desta sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão constante de suas funções de ensino e pesquisa. Deve também oferecer serviços à população, com a qual os segmentos mais conscientes da universidade estabeleçam um intercâmbio ou confronto de saberes.

Compreender a extensão em um sentido emancipatório e dialógico é diferente de uma transmissão unilateral de conhecimentos ou a simples observação da realidade. A universidade deve se colocar como parceira na identificação e enfrentamento dos problemas e na busca de respostas, traçando em conjunto caminhos viáveis para distintos contextos, todos com mais cidadania, oportunidade e um melhor nível de qualidade de vida (BARBIERO, 2011).

Cruz *et al* (2010, p. 03) colocam como um dos objetivos da extensão a passagem de uma “consciência ingênua” para uma “consciência crítica”. Para tanto, deve-se estabelecer relações de igualdade, pautadas a partir do contexto social, sendo imprescindível o contato participante com a vida da comunidade com a qual se está trabalhando.

Esta troca mútua de conhecimentos não ocorre de forma simples, automaticamente. Há resistência em qualquer dos lados. Mas apesar de que “o retrospecto das relações entre a academia e a sociedade não nos deixa acreditar em profundas transformações”, a relação de proximidade e confiança é construída naturalmente em uma nova concepção de universidade que estende as mãos, aliando pensamento e pés no chão (BARBIERO, 2011, p. 16).

Wanderley (2005) reforça a forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão afirmando que, se é válida a separação destes para efeitos analíticos, o conteúdo social deve estar necessariamente presente no conjunto articulado.

Conforme Nogueira (2000) a extensão como atividade acadêmica objetiva interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, respeitando o compromisso social da universidade. Seu teor deve ser definido a partir de diretrizes políticas da universidade considerando a relação entre realidade institucional e o processo histórico, respondendo aos anseios da sociedade. A relação entre extensão e pesquisa ocorre, sobretudo pelo papel que esta desempenha enquanto criadora de conhecimentos, capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A relação entre pesquisa e compromisso social tem como centro saber o que será pesquisado e para quais fins.

Nogueira (2000) coloca que no Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) de 1995 foram enumerados os seguintes objetivos da extensão:

- a) Articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade em todos os níveis;
- b) Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando a uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com a interação entre teoria e prática;
- c) Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da Sociedade na vida da Universidade;

- d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando assim profissionais-cidadãos;
- e) Participar criticamente das propostas que visem ao desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;
- f) Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares; e
- g) Favorecer a reformulação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, em qualquer espaço e a qualquer momento, dentro e fora dos muros da Universidade.

Citando o II Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nogueira (2000) relata que o conceito de sala de aula na realidade de muitas universidades ainda é entendido em uma dimensão tradicional, teórico-abstrata, que não dialoga com a prática, sendo alienante, por mera transmissão de informações. A dimensão crítica do conceito surge no momento em que a ação da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, implica a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos no confronto e como resposta aos desafios de realidade. Alunos, professores e população são sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e formar cidadãos. Não se limita mais ao espaço físico da dimensão tradicional, mas considera todos os espaços em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, dentro ou fora da universidade. Passa a expressar um conteúdo interdisciplinar/ transdisciplinar como exigência da própria prática.

Gadotti (1979) critica a restrição de educar somente na sala de aula convencional. Para o autor, enquanto os temas mais importantes permanecerem apenas dentro da escola, longe das decisões políticas e dos problemas reais, não haverá educação libertadora. Ao sair da escola, o educador ajuda no fortalecimento da sociedade civil em uma sociedade mais resistente à dominação. O educador engajado deve aprender a se conscientizar com a massa.

Em relação a conjugar o ensino com práticas junto ao meio, Blauth (2008) explica que o ensino centrado na sala de aula não é suficiente para cidadãos que terão que saber tratar com assuntos cada vez mais complexos. É preciso tornar-se agente, saber filtrar as informações e buscar novas alternativas para os problemas sociais.

Discursos como “sempre foi assim” ou “não é culpa nossa” não cabem mais quando se apresentam novas alternativas com pessoas realmente envolvidas e com a troca que ocorre quando se sai do “mundinho fechado da sala de aula”, que amplia as formas de pensar, e consequentemente, o leque de alternativas para transformações sociais.

Ao definir a complexidade Demo (2008) aponta sete características. Conforme o autor, a complexidade caracteriza-se por ser dinâmica, não linear, reconstrutiva, processo dialético construtivo, intensidade de fenômenos complexos e ambiguidade/ambivalência destes fenômenos. Desta forma, compreendendo que a realidade não é composta de séries idênticas, que modelos e conceitos nunca são perfeitos, o ensino tradicional, de reprodução de verdades lineares precisa buscar outras expressões para uma formação integral.

Conforme Dalben e Vianna (2009) o conhecimento produzido pela universidade circunda, interage com a sociedade e se agrega a um novo processo de produção que envolve novos saberes e possibilidades, já que é chamado para descobrir novas linguagens e fontes de verdade. Uma política de extensão bem desenhada é aquela que fortalece a concepção e a visibilidade de ações da instituição como um todo e reafirma seu compromisso social com a democratização do conhecimento científico, social, artístico e tecnológico produzido pela academia.

Freire (1971) ressalta que se deve tomar cuidado para que a extensão não se converta em um meio de imposição cultural às comunidades onde atua. Ela deve ser um canal de comunicação entre a instituição e a sociedade na qual se insere, gerando mútua realimentação entre a universidade e a comunidade.

O Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) definiu diretrizes gerais para delinear os rumos e edificar uma política de extensão universitária brasileira. Dalben e Vianna (2009) as listam interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão; relação dialógica entre a universidade e a sociedade; e relação de impacto social.

Por interdisciplinaridade, compreende-se a integração acadêmica de áreas interdisciplinares, a conexão de distintas áreas de conhecimento, possibilitando uma nova forma de fazer ciência. Da articulação entre as três áreas chaves da universidade, percebe-se que a relação entre ensino e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, nos alunos e professores que se constituem sujeitos do aprendizado. A extensão também possibilita a democratização do saber científico, uma via de mão dupla representando a difusão do que é

produzido sistematicamente e retomado através da resignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Quanto à relação dialógica entre a universidade e a sociedade, é a interação que abre canais para novos conhecimentos, resultantes do encontro da universidade com a sociedade e da efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e compreensão do processo de produção acadêmica. Sobre a relação de impacto social, as práticas de extensão dão relevância e pertinência às ações que respondem às demandas da maioria da população, aliadas aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social (DALBEN e VIANNA, 2009).

No Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) coloca-se que extensão não é sinônimo de assistencialismo: ultrapassa a tradicional compreensão de disseminação de conhecimentos, prestações de serviços e difusão cultural. Assinala uma visão de universidade em que a relação com a população é a oxigenação necessária para a vida acadêmica. A produção do conhecimento via extensão, se dará na troca de conhecimentos sistematizados, acadêmico e popular, gerando a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

Sobre colocar os dois outros pilares, pesquisa e ensino, direcionados também à sociedade, Wanderley (1988) sugere que ensino e pesquisa devam manter elevados padrões de competência, seriedade e qualidade, sendo questionados sempre em função de sua relevância social. O primeiro deve balancear as exigências profissionais mais pragmáticas e utilitaristas com as exigências de uma formação geral mais ética e humanista.

Nogueira (2000) explana que a relação ensino/extensão exige mudanças substantivas no processo pedagógico: alunos e professores como sujeitos do aprendizado, levando à democratização e à socialização do saber acadêmico e estabelecendo uma dinâmica de intercâmbio e participação das comunidades interna e externa na vida universitária.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) ressalta que a extensão é uma intervenção na realidade que não tem como objetivo levar a universidade a assumir as responsabilidades estatais, mas sim produzir e democratizar saberes. Dessa forma, a natureza pública da universidade se ratifica no momento em que os diferentes setores da população aproveitem os resultados produzidos pela atividade acadêmica, não sendo, necessariamente, a frequência em seus cursos regulares. No documento redigido no Fórum de Pró-Reitores de

Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (2012, p.21) são enumerados os princípios básicos da extensão universitária, que foram “pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987” e até hoje norteiam as atividades de extensão:

- a) A arte, a ciência, e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades locais, regionais e nacionais;
- b) A universidade não é proprietária de um saber pronto e acabado, a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, por participar dessa sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, através de grupos sociais com os quais interage, ou/e de questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- c) A universidade deve participar dos movimentos sociais, dando prioridade a ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- d) A ação cidadã das universidades deve difundir os saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações, resultantes dessas pesquisas;
- e) A prestação de serviços deve ser fruto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, encarada como um trabalho social, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social; e
- f) A ação junto ao sistema de ensino público deve se instituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaborar na construção e difusão dos valores da cidadania.

Conforme a Resolução da Extensão da UFSC (2009) a prestação de serviços deve partir de interesse acadêmico, científico, cultural, tecnológico, artístico ou esportivo, considerada como um trabalho que produza conhecimentos visando à transformação social.

Apesar da última resolução da extensão na UFSC ter avançado bastante na questão da definição das atividades de extensão, não deixando mais a atividade ser vista como “o que sobra” e ressaltando seu valor como uma “via-de-mão-dupla”, é percebido pela própria Resolução que a forma regulamentada de fazer a extensão é ainda *top-down*, ou seja, do topo para as bases. Pode-se notar, no parágrafo

anterior que, apesar de o objetivo fim ser a transformação social, o primeiro interesse para a prestação de serviços é o acadêmico.

A extensão tem enorme importância para o desenvolvimento do ser humano como indivíduo ativo, “que transforma seu mundo e que estabelece uma relação com o mundo que está inserido” (CRUZ *et al*, 2010, p. 4), permitindo reconhecer diferenças respeitando-as, aprender ensinamentos, experiências e distintos mundos sociais.

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma discussão muito presente nas últimas décadas é até que ponto vai a responsabilidade das organizações. Em um mundo no qual, grandes corporações têm muitas vezes, maior influência do que governos, a questão da responsabilidade corporativa vem sido destacada. É importante colocar que nenhuma instituição pode estar alheia ao meio no qual está inserida.

As organizações quando relacionadas à complexidade ambiental são instituições sociopolíticas. Os administradores devem considerar nas suas decisões internas as influências emanadas do ambiente externo (KARKOTLI e ARAGÃO, 2004).

Karkotli (2006) relata que responsabilidade social corporativa (RSC) ou responsabilidade social empresarial (RSE) é um tema recente, debatido e praticado a partir da segunda metade do Século XX, época da revolução social e da criação de novas organizações devido a falhas cometidas pelo Governo, que tem demonstrado não possuir condições de resolver todos os problemas sociais.

A partir dos anos 1950 a sociedade começa a questionar sobre as responsabilidades das empresas, sendo que o significado da expressão RSC a partir de então, vem sendo debatido e revisado. Nos anos 1960, nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã causou ampla insatisfação popular. A sociedade passou a rejeitar a participação norte-americana no conflito e a manifestar-se contra a utilização da produção bélica do país, nocivas ao homem e ao meio ambiente. Abrem assim, possibilidades para novas concepções de RSE, já que antes o foco era mais na atuação social dos homens que dirigiam a empresa do que na atuação da própria organização (KARKOTLI, 2006).

Assmann (2009) afirma que a globalização, seguida e facilitada pelas novas tecnologias de informação, pela privatização das empresas, reduzindo o tamanho do Estado e desejando concomitantemente torná-lo mais eficaz, e a união econômica entre nações transformou grandes corporações em agentes tão ou mais importantes que os Estados. Além

do mais, os escândalos corporativos aumentaram, e surgiram problemas antes não existentes, fazendo com que houvesse uma reação da sociedade civil, inclusive na atividade acadêmica. O resultado de tudo isso foi o aparecimento de concepção de negócios baseada na RSC na era da globalização.

No Brasil, um fator que contribuiu para o fortalecimento da consciência da necessidade de mudanças no panorama social aconteceu na década de 1970, com a expansão e o surgimento das Organizações não Governamentais (ONGs) (ARAÚJO *et al*, 2006).

Moretto Neto (2010) explica que com as mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo a partir de 1980, e o acompanhamento dos grupos sociais com relação ao desenvolvimento das atividades produtivas, as organizações de todos os setores modificaram seus rumos, necessitando incluir o compromisso socioambiental nas agendas produtivas. As empresas privadas geram riqueza para o país, mas junto a isso, em proporção a seu poder, deve crescer a responsabilidade organizacional mediante a sociedade civil.

Segundo Kliksberg (2009) as ideias predominantes sobre o rol das empresas na sociedade vêm se alterando com rapidez nos últimos anos. Por décadas, a visão que mais predominou era a que sustentava que a única responsabilidade da empresa privada era gerar benefícios aos seus donos, devendo prestar contas somente a eles. Essa visão foi legitimada doutrinariamente por Milton Friedman (1962), em um artigo no qual defendia que pedir outra coisa da empresa era prejudicar seu trabalho. Kliksberg (2009) categoriza essa fase como a etapa da “empresa narcisista”.

Conforme Kliksberg (2009), os fatos refutaram as ideias de Friedman. As forças sociais cada vez mais amplas determinaram uma perspectiva mais ampla. Em economias cada vez mais concentradas, as decisões e ações das empresas líderes nos mercados impactam a toda a sociedade. Em cidades e regiões inteiras umas poucas empresas dominantes são decisivas nas vidas dessas áreas geográficas. Por isso, surgiram demandas para a empresa sair dos bitolados marcos do narcisismo e surgiu a época da “empresa filantrópica”, crescendo as contribuições das organizações a causas específicas. Foram desenvolvidas fundações, estimuladas por abatimentos fiscais e a empresa se transformou em um ator ativo em campos como o cultural, onde se enfocaram muitos esforços filantrópicos.

Em outra ocasião, Kliksberg (2009) destacou que Friedman foi refutado não só por líderes empresariais como David Rockefeller, mas pela realidade, que impôs a concepção dos *stakeholders*, os envolvidos.

Nesta concepção, a empresa deve sim, responder a seus donos. Mas junto a eles existe um conjunto muito amplo de atores sociais que possibilitam suas operações e cuja existência necessita para poder ser exitosa. São envolvidos porque as decisões da empresa os afetam, direta ou indiretamente. Entre essas partes interessadas se acham os colaboradores, os clientes, os pequenos investidores, os fornecedores, a comunidade, os cidadãos, os organismos reguladores, a opinião pública e muitos outros grupos de interesse.

Melo Neto e Froes (2001) distinguem a filantropia da responsabilidade social. A última pode ser relacionada à consciência social e ao dever cívico. Não é uma ação individual: reflete a ação de uma organização em prol da cidadania. A empresa que a pratica demonstra uma atitude de respeito e estímulo à cidadania corporativa. A responsabilidade social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética social é centrada no dever cívico, enquanto a filantropia tem sua ética baseada no dever moral. As ações de responsabilidade social são extensivas a todos da sociedade. A filantropia visa a contribuir para a sobrevivência de grupos sociais desfavorecidos, enquanto a responsabilidade social busca a sustentabilidade e a auto sustentabilidade de comunidades. A filantropia é apenas uma doação, fruto da maior sensibilidade e consciência social; e a responsabilidade social é uma ação transformadora, uma nova forma de inserção social e intervenção direta na busca da solução de problemas sociais. A responsabilidade social é coletiva, mobilizadora, uma vez que valoriza a cidadania, promove a inclusão social e restaura a civilidade.

Kliksberg (2009) afirma que o modelo da empresa filantrópica ficou estreito frente a uma realidade mutante. No Século XXI, as forças históricas emergentes decretam que as organizações cheguem muito além: que produzam uma ruptura paradigmática com as visões anteriores e se transformem em empresas com alta RSE.

Melo Neto e Froes (2001) dissertam sobre o outro ângulo da transformação comportamental em direção a uma empresa mais responsável. Segundo os autores, a consciência social dos empresários começou a despertar quando os mesmos compreenderam que os problemas sociais atrapalhavam o desenvolvimento de seus negócios (baixo poder aquisitivo da população, sistema educacional ineficiente, violência, etc.). Diante da inaptidão governamental na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais, os empresários, seguros de suas capacidades de decisão e ação, chamaram para si o exercício da responsabilidade social.

Karkotli (2008) concorda com esta visão, ao afirmar que os executivos e teóricos da administração iniciaram uma reflexão acerca da questão ética ao compreender que a ausência de ética e defesa apenas do interesse próprio põem em perigo a sobrevivência das organizações e conseqüentemente de seus próprios empregos. É como se esta necessidade de sobrevivência impusesse às organizações uma retomada de atitudes e valores éticos, uma vez que não é fácil sobreviver e prosperar em um ambiente de falência econômica, social e ambiental.

No mundo atual, globalizado e complexo, vem ocorrendo uma redefinição das relações entre Estado, sociedade civil e empresas privadas. As empresas, antes vistas como entidades econômicas que visavam apenas ao lucro, hoje mudam um pouco de comportamento, passando “a atuar de maneira *socialmente responsável*” (DUPRAT, 2005, p. 17), compreendendo o fato de que o setor privado não pode ter êxito quando isolado de questões sociais e ambientais.

Para March (2006) existe uma lacuna de fragmentação setorial, a qual tem por consequência a aceitação de que o Estado e as empresas são setores distintos, quando ambos deveriam ser ferramentas da sociedade, que devem se articular para estabelecer o bem comum, ao invés do bem estar setorial. Quando Estado, empresa e até as organizações da sociedade civil se percebem como setores, se convertem em fins e começam a construir-se para dentro, deixando de servir como meios, cuja missão está fora.

Ricca (2005) diz que nos últimos anos as transformações nas relações pessoais, profissionais, sociais e ambientais mudaram o eixo da visão de política pública, que abandona a responsabilidade puramente governamental e somente de caráter assistencialista e passa a ser mais aberta, participativa, envolvendo múltiplos agentes – primeiro, segundo e terceiro setor – em sua definição, desenvolvimento e implementação. Pode-se acrescentar a sociedade civil aos agentes citados pelo autor, que também vem despertando no sentido de sua função social e vem adquirindo força.

Karkotli (2008) enfatiza o crescente nível de informação e conscientização da sociedade como fatores que estão alterando a gestão das organizações, incitando-as a assumirem novos compromissos além dos definidos pela ordem econômica centrada no mercado. Assim como expõe Niello (2006), ao colocar que as grandes empresas começaram a levar em consideração dimensões éticas, ambientais e sociais frente à demanda de comportamentos responsáveis por parte dos consumidores, suas associações e instituições, porque impactam em seus negócios em longo prazo.

Seguindo esta linha, March (2006) esclarece que as empresas nas economias modernas são atores chaves na construção de comunidades, no desenvolvimento do capital social e na geração de bens e serviços públicos. Por isso, as sociedades modernas começam a penalizar os empresários que maximizam a rentabilidade em detrimento de investimentos sociais; e ao contrário, reconhecem àqueles comprometidos com os investimentos sociais estratégicos.

O Instituto Ethos (2012, s/p.) reforça que atualmente a RSE está no centro das discussões das principais economias do mundo e é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável. Citado pela primeira vez em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, também chamado Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável é definido como o “modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

2.4.1 Elementos Conceituais

O termo “responsabilidade social” surgiu nas últimas décadas e não se tem uma definição operacional única aceita por todos os autores que trabalham com o tema. Nesta seção, são colocados alguns autores, iniciando pela definição das duas palavras que compõe o termo em um dicionário da língua portuguesa.

Responsabilidade é definida como “obrigação de responder pelas ações próprias ou dos outros; caráter ou estado do que é responsável”. O “que ou aquele que responde pelos seus atos ou pelos de outrem; que têm condições morais e/ou materiais de assumir compromisso”, ou “que ou aquele que deve prestar contas perante certas autoridades” são definições para a palavra “responsável”. Já a palavra “social” como adjetivo, tem inúmeras definições, destacando-se “concernente a uma comunidade, a uma sociedade humana, ao relacionamento entre indivíduos etc.”, ou “propenso a viver em sociedade; sociável, gregário” ou ainda “conveniente à sociedade ou próprio dela” (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009, p. 1653 e 1761).

Melo Neto e Froes (2001) sublinham que, sendo a responsabilidade social um novo conceito, visto que somente na última década do Século XX começou a ser incorporado ao dia-a-dia das empresas brasileiras, carece de uma definição mais precisa e amplamente aceita pelos profissionais da área e empresários. A maior dificuldade para definição está na amplitude do tema e

consequentemente, na extensão do seu espectro. O tema responsabilidade social é amplo, assim como seu conceito. Da amplitude do tema surge a complexidade do conceito, já que tema e conceito compreendem de conduta ética ao dinamismo das relações que a empresa mantém com seus diversos públicos.

Neste contexto, é importante resgatar as definições de Responsabilidade Social, e de RSC, já que não há um consenso conceitual estabelecido como correto, mas é importante uma delimitação para colocá-lo em debate.

Karkotli (2006) afirma que as definições de responsabilidade social são distintas: para uns representa a ideia de uma obrigação legal, definição que apesar de estar muito incompleta, ainda persiste para alguns; para outros significa um comportamento responsável no sentido ético; e outros ainda, a interpretam como uma contribuição caridosa, filantrópica ou uma consciência social, mas como já destacado, a responsabilidade social abrange aspectos mais profundos do que a simples caridade. Alguns ainda a conceituam como uma espécie de dever, impondo aos administradores de empresas padrões mais altos de comportamento do que aqueles impostos aos cidadãos em geral.

Araújo *et al* (2006), alegam que a literatura atual sobre RSE sugere três interpretações distintas sobre o conceito. A primeira, mais simplificada, pode denotar o cumprimento das obrigações legais e o comprometimento apenas com o desenvolvimento econômico. A segunda indica a expressão designar o envolvimento da empresa em atividades comunitárias. Aqui, os autores afirmam que há algumas divergências entre os estudiosos do tema, já que o melhor significado para a expressão seria cidadania empresarial. Na terceira interpretação, mais completa, Araújo *et al* (2006), citando Schommer *apud* Tenório, definem que RSE é uma série de compromissos da empresa com sua cadeia produtiva. É perceptível que os conceitos avançaram em diferentes momentos, já que atualmente, grande parte da sociedade exige uma responsabilidade maior das corporações, ampliando assim o conceito que determina a RSC.

Niello (2006) não considera muito clara a delimitação da RSE, constando que tanto em instituições internacionais como na comunidade empresarial existe certo teor de imprecisão ao expressar qual o significado dos conceitos associados a este fenômeno. Ainda assim, apesar da profusão terminológica, tem-se produzido uma paulatina integração de um conjunto de práticas similares estruturadas em torno da RSE em uma série de âmbitos concretos: a responsabilidade

socioambiental, a transparência, o diálogo entre as partes interessadas e o bom governo.

De acordo com Moiseichyk e Biazús (2002) o termo responsabilidade social refere-se aos relacionamentos que a organização tem além dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e concorrentes, já que envolve a comunidade, meio-ambiente, desenvolvimento comunitário em todo o contexto onde se encontra inserida, formando uma grande rede em formato de teia. Assim, as instituições socialmente responsáveis percebem que seus compromissos vão além dos interesses de sua cadeia produtiva, porque devem contribuir para o bem-estar, nível de qualidade de vida, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário pela participação mais direta nas ações comunitárias em sua região.

Conforme Karkotli (2006), RSE em sentido estrito, pode ser compreendida como a obrigação que tem a organização de responder por suas próprias ações e aos atores os quais a ela estejam relacionados. A partir disso, se consegue compreender a organização como um agente de transformação social, no sentido de que influencia e sofre influência dos atores sociais.

Moretto Neto (2010, p.51) define como responsabilidade social “o compromisso organizacional com a promoção e manutenção do bem-estar coletivo, por meio da geração do desenvolvimento sustentável”. Desta forma, ao assumir uma atitude de RSC o processo gerencial passa a ser orientado pelas dimensões sistêmicas e complexas, demandando ajustes contínuos para gerar o bem-estar coletivo.

Melo Neto e Froes (2001) apresentam outra dimensão: a responsabilidade social comunitária, baseada na ética da solidariedade, que privilegia valores como solidariedade social, participação, democracia, liberdade e igualdade. Seu foco é na atuação dos grupos e movimentos sociais populares, reforçando a sua atuação com ações de informação, sensibilização, conscientização e difusão do conhecimento visando à transformação social. Esta está centrada na ação voluntária de indivíduos dedicados a causas públicas e na organização da sociedade civil.

Em contrapartida, a RSE tem as empresas e instituições como o instituto Ethos como seus principais agentes. Sua ênfase é no exercício da cidadania empresarial, sob a ótica da empresa cidadã, socialmente responsável. Melo Neto e Froes (2001) descrevem as características da RSE: foco nos direitos humanos, sociais, culturais, políticos e econômicos; envolvimento de funcionários, seus familiares, fornecedores, acionistas, clientes, parceiros e membros da sociedade e

comunidade; ênfase na legitimação social empresarial, visando a legitimar a ação social das empresas, enfatizando seu caráter altruísta e elevado compromisso social; ações que buscam aprimorar as relações da organização com seus diversos públicos, inserindo-as devidamente no âmbito social das comunidades ao seu entorno e reforçando a atuação das ONGs, associações comunitárias, entidades filantrópicas e o governo local, seus principais parceiros.

Karkotli (2006) destaca que responsabilidade social não é o mesmo que socialmente responsável. A primeira se define quando uma pessoa jurídica ou pessoa física entendê-la como o verbo “ser” responsável em qualquer momento, atitude ou decisão: em primeiro lugar pensará na sua responsabilidade para a sociedade como um todo. Social responsável é quando a organização ou pessoa física fará algo para o social e como consequência poderá ser considerada responsável, porém este “fazer” poderá ser para aquele momento, um projeto, uma doação, não está implícito uma postura contínua. Não se pode dizer que aquela pessoa não foi socialmente responsável para aquele momento, entretanto, não necessariamente seja alguém que tenha responsabilidade social.

Oliveira (2008) alerta que é preciso distinguir responsabilidade social de uma ação de marketing social. A primeira determina que a preocupação social seja assumida como estratégia empresarial, ou seja, a manutenção de uma política de longo prazo. Um investimento pontual é apenas uma ação de marketing: é preciso coerência entre valores e atitudes, um compromisso ético com a comunidade na qual a organização está inserida.

Kliksberg (2009) enumera o que os cidadãos estão solicitando quando pedem RSE. Para o autor, a empresa deve no mínimo considerar seu desempenho nas políticas de pessoal, que respeitem os direitos dos integrantes da organização e favoreçam seu desenvolvimento, sem discriminação de nenhuma espécie nas remunerações e no acesso às posições diretivas, sendo fundamental considerar o tema do equilíbrio família-empresa. É necessário ter transparência e um bom governo corporativo, com informação pública e contínua; ser verdadeiro com o consumidor, com produtos de boa qualidade, preços razoáveis e é decisivo que os produtos sejam saudáveis. A organização deve ter políticas ativas de proteção do meio ambiente; não praticar duplo código de ética, afinal é importante a coerência do discurso de RSE e as práticas; e finalmente estar integrada aos grandes assuntos que fazem o bem estar comum, por exemplo, que a empresa privada colabore com políticas públicas em alianças estratégicas entre essas e a sociedade

civil. Neste último item, a empresa privada, além de aportar recursos, pode contribuir para grandes programas de utilidade pública com alta gerência, canais de marketing, espaços na internet, tecnologias avançadas e muitas de suas tecnologias específicas.

Kliksberg (2009) enfatiza ainda que a questão não é sobre as empresas privadas substituírem a política pública. O Estado, em uma democracia tem a obrigação de garantir a todas as pessoas educação, saúde, trabalho e inclusão. O tema é ser um aliado criativo e constante destas políticas públicas. A RSE exige constantemente cidadania e significa na realidade, repensar o rol da empresa na sociedade, vislumbrar estas organizações como uma das instituições básicas desta sociedade, e que justamente por isso, deve se inserir de forma plena em suas problemáticas centrais e estar na primeira linha para combater esses problemas.

Vale destacar que a cidadania tem dimensão complexa e que envolve direitos e deveres de todos com todos. Todos têm de respeitar os espaços públicos e saber seus limites dentro da vida associada, e também saber exigir as coisas de forma organizada, quando assim for necessário.

Dowbor (2012, p.01) também ressalta que é necessário mudar as visões, descartando substituições e/ou antagonismos. “Entre o cinismo pragmático e o idealismo ingênuo, já é tempo de se construírem pontes”. Percebendo que os efeitos da sociedade centrada no mercado são perversos, “não se trata de destruir a empresa, mas de repensar o universo na qual ela se insere” (DOWBOR, 2012, p.02). O autor conceitua como governança a articulação do interesse econômico com o interesse social.

Segundo Fleury (2005) a sociedade latino americana não tem uma cultura democrática que gere desenvolvimento econômico ou inclusão social. O que se tem é uma cultura cívica precária, ausência de uma cultura política pautada na confiança nas instituições e no governo. A singularidade da democracia na região é o triângulo democracia, pobreza e desigualdade, sendo que na realidade, a democracia requer cidadania como dimensão igualitária de inclusão na comunidade política. Assim, é preciso desenvolver cidadãos ativos, reflexivos, éticos, responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres. A autora ressalta a necessidade de novas formas de criar coesão entre os cidadãos diante da atual ruptura da correspondência entre mercado, estado nacional e cidadania. Assim, ela também diz ser falsa a oposição Estado e organizações autônomas da sociedade civil: é preciso fugir desta oposição, confirmando o protagonismo da noção de direitos no desenho

de novos modos de pensamento e percepção dos direitos através da ação do coletivo.

Apesar da frágil democracia latino-americana, Tenório (2012) assume que houve melhoras nas últimas décadas. O autor coloca que neste início do Século XXI, são encontradas na América Latina algumas situações nas quais “os direitos políticos ainda são cassados, e os demais, civil e social, são apenas descritos nos textos constitucionais, aquém de suas realizações” (TENÓRIO, 2012, p.21). Apesar disso, afirma que no Brasil já se encontra também práticas de aproximação do poder público com os cidadãos, propiciando desta forma a prática do direito político (TENÓRIO, 2012).

Karkotli (2006) defende a responsabilidade social como um compromisso que a organização deve ter para com a sociedade, expresso através de atos e atitudes que afetem positivamente de modo amplo e a uma comunidade de modo específico, atingindo proativa e coerentemente o que tange a seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas com ela. Neste caminho a organização assume obrigações morais mesmo que não estejam diretamente vinculadas a sua atividade, mas que possam contribuir ao desenvolvimento sustentável dos povos, ultrapassando suas obrigações legais.

Castanho (2010) fala da interpretação da RSC como desenvolvimento sustentável, que seria o ponto mais evoluído deste conceito. Segundo essa interpretação, a RSC motiva-se pela ação socioambiental responsável e por princípios éticos, com o objetivo de equilibrar as dimensões econômica, ambiental, cultural e social, garantindo um bom nível de qualidade de vida à sociedade.

O Instituto Ethos (2012) define RSE como o modo de gestão que se determina pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Bedê (2005) complementa que o termo pode também ser compreendido como o nível de qualidade existente nas relações da organização com todos os atores envolvidos com a mesma: funcionários, fornecedores, clientes, concorrentes e governo. Se considerarem-se os parceiros citados por Karkotli (2006) são acrescentados aos agentes os acionistas, grupos e movimentos e a comunidade na qual a organização está inserida.

A responsabilidade social possui amplo comprometimento com todos os *stakeholders* inseridos no negócio da organização. Além de

cumprir todas as obrigações legais, preocupa-se com a adoção e disseminação de valores, condutas éticas, qualidade de vida e práticas construtivas, objetivando suprir as necessidades da comunidade na qual está inserida (ARAÚJO *et al*, 2006).

De acordo com Karkotli (2006), a atuação de uma organização com RSE pressupõe a necessidade e a urgência da participação no desenvolvimento com sustentabilidade, ou seja, comprometer-se com o desenvolvimento em três dimensões: econômica, social e do meio ambiente.

Kliksberg (2008) pondera que estamos na etapa da cidadania corporativa, na qual é solicitado que a empresa seja um cidadão exemplar. Dentre as responsabilidades das empresas, destaca o jogo limpo com os consumidores, o trato correto a seu pessoal, a preservação do meio ambiente, as boas práticas nos países em desenvolvimento e a integração de suas ações sociais ao local.

Sobre cidadania corporativa, Melo Neto e Froes (2001) destacam que as organizações com responsabilidade social tornam-se cidadãos pelo fato de disseminarem novos valores que desenvolvem a solidariedade, a coesão e o compromisso social com a equidade, a liberdade, a dignidade humana, a democracia e o avanço do nível de qualidade de vida de todas as pessoas.

Segundo Karkotli (2006) a gestão da responsabilidade social tem como finalidade provocar uma reflexão sobre o compromisso de justiça e honestidade na condução dos negócios, com a aderência às leis e à ética, reconhecer que parte do êxito e da consideração obtidos pela organização é trazida pelo seu desempenho social, e que além de suas responsabilidades específicas para com colaboradores, clientes, acionistas, governos, entre outros, existem outras importantes responsabilidades que geram valor e reconhecimento por parte de todos os atores sociais.

Ao finalizar sua pesquisa, Silva (2010) constatou que, ainda que o termo responsabilidade social abranja diversos conceitos e visões, alguns aspectos em relação ao conceito se repetem em muitos dos estudos sobre o tema. Destacou que:

[...] é mais do que simplesmente cumprir a legislação e comprometer-se com o desenvolvimento econômico da organização; é um conceito transversal, que permeia toda a organização e a todos os que, de alguma forma são afetados pelas atividades da mesma; envolve

conceitos como responsabilidade para com o ambiente, para com a sociedade, transparência, diálogo entre as partes interessadas e o bom governo; compreensão que os compromissos vão além da cadeia produtiva, para com toda a sociedade, expressos por meio de atos que afetem positivamente; gestão ética; estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade; redução de desigualdades com ênfase na cidadania (SILVA, 2010, p. 153).

March (2012) descreve que é difícil caracterizar quando um investimento social é estratégico e demonstra um verdadeiro comprometimento da organização. Mesmo não tendo uma única maneira de defini-lo, enumera alguns critérios que podem ajudar a enquadrá-lo. São eles:

- a) Apoiar processos de transformação e não somente ações de contenção social;
- b) almejar à transformação em escala, acompanhando agendas construídas e operadas coletivamente desde espaços coletivos como redes, coalizões ou alianças e não somente doando a programas unilaterais;
- c) promover o apoio a líderes que provoquem articulação e não apenas a referências construídas a partir do pessoal;
- d) apostar em longo prazo e não a iniciativas imediatistas;
- e) incorporar ao tradicional aporte de recursos financeiros, intangíveis como conhecimento, inteligência, acompanhamento estratégico, vínculos institucionais, voluntariado corporativo, ou acesso a meios de comunicação; e
- f) assumir que todo o investimento social implica um risco controlado, pois em sociedades cada vez mais complexas, não existe investimento social transformador sem nenhum risco.

Duprat (2005, p. 25) coloca que o investimento social estratégico tem quatro características básicas, em maior ou menor grau. Ele pode: ser como um catalisador de um processo social, ou seja, acelerar uma transformação social em andamento - “abrevia o processo e antecipa os resultados e impactos sobre a qualidade de vida”; servir de alavancador, atraindo novos parceiros, compreendendo que “diante da complexidade dos problemas sociais, sua ação direta pode ser potencializada se utilizar recursos de maneira a alavancar recursos de outros parceiros”; ser inovador, por tentar novas formas de atuar e novos métodos para

solucionar problemas antigos. A inovação aqui deve ser compreendida no contexto local; e ser também provocador de mudanças, caso no qual a empresa opta por canalizar investimentos para projetos em escala-piloto com capacidade de posteriormente influenciar políticas públicas em estágios que fogem do escopo de atuação da empresa.

Quatro atitudes empresariais em investimento social são relatadas por March (2012). Cada uma delas demonstra um estágio de comprometimento organizacional, e permite a análise de quanto à responsabilidade social realmente está presente na organização.

A primeira é a atitude assistencial, ou seja, dar o que sobra. Esta é a atitude primária básica, e a que mais se vê nas apresentações públicas de RSE, mesmo não refletindo realmente uma postura socialmente responsável. A decorrência desta atitude na comunidade é a mitigação do problema, sem chegar a solucioná-lo; administrar a consequência sem abordar a origem. Esta atitude transforma cidadãos em beneficiários, replicando do setor privado a lógica de assistencialismo estatal.

A segunda foi denominada por March (2012) como atitude de compromisso, na qual se transfere recursos. Este já é um investimento social estratégico. A atitude de compromisso empresarial implica transferir recursos, tangíveis ou intangíveis. O efeito é deixar capacidades instaladas nos empreendimentos sociais. A consequência é dispor de um projeto fortalecido, entretanto, dentro do contexto de vulnerabilidade no qual opera habitualmente. Esta atitude abranda a lacuna tecnológica, de conhecimentos e capacidades, mas não avaliza que os recursos instalados sejam aplicados de modo eficiente, ao ponto de permitir ao empreendedor social superar as carências desde as quais desenvolve sua atividade. Assim, fornece as potencialidades de superação, mas não se encarrega de sua concretização.

A terceira é atitude de risco: investir capital. É a atitude que partindo de um acompanhamento proativo a um empreendimento num contexto de vulnerabilidade, lhe garante a anexação e dinamização de recursos para tirá-lo da condição de isolamento e deixá-lo próximo à inclusão no mercado. A atitude de enfrentar o risco não se limita à transferência de ativos, mas ao investimento de capital. Não consiste em apenas deixar capacidade instalada, mas também em garantir a criação das condições para que essa capacidade possa ser utilizada, por meio de capacitação, acompanhamento estratégico, apoio em recursos financeiros e humanos e inclusive acordos comerciais. O resultado em impacto social é transformar o contexto de vulnerabilidade e garantir a inclusão do empreendimento à cadeia de valor da organização que

realiza o investimento social, cuidando de não transformá-lo em cliente ou fornecedor cativo. Progredir desde a atitude de risco na construção de capital social é agregar valor para suscitar um bom nível de qualidade de vida em setores marginalizados do acesso às oportunidades do sistema vigente.

Atitude de transformação é a quarta, e o estágio mais avançado: investir no que o outro necessita. É a atitude de maior plenitude que pode assumir uma organização em termos de investimento social estratégico. Assumir o compromisso da transformação do modelo implica em identificar e por à disposição do agente vulnerável os recursos dos quais necessita. E isto às vezes implica recorrer a recursos com os que a própria organização não dispõe, estabelecendo alianças com terceiros ou adquirindo novas capacidades. O resultado gerado é dotar à organização e aos sujeitos ajudados de capacidade transformadora. Não são recursos fluindo unilateralmente, mas sim capacidades e aprendizados que retroalimentam o processo e a todos os atores envolvidos, convertendo a organização e seus colaboradores em sujeitos de mudança. Investir no que o outro necessita é a única forma de transformar sua realidade e o modelo que o marginaliza.

2.4.2 Ética e Economia

A ética está intimamente relacionada à Responsabilidade Social. Além do conceito de ética, ou a falta dela, também há um amplo debate sobre resgatar a ética à economia. Como se assume que a gestão universitária deve ser pautada também em critérios de eficiência, mas que essa eficiência não se pauta apenas em critérios produtivistas, a presente pesquisa apresenta um pouco deste debate.

Moretto Neto (2010) explica que na Administração Pública, o princípio da eficiência dentro da dimensão ética deve estar acompanhado da dimensão isonômica. Os recursos públicos devem ser direcionados para reduzir/eliminar as disparidades e fomentar continuamente a isonomia do cidadão, cumprindo o estado sua função redistributiva.

A universidade pública deve assim ter uma gestão eficiente, não desperdiçar recursos públicos na busca de cumprir sua função. A questão é qual é a sua função. Uma instituição de ensino, pesquisa e extensão não deve ter como principal referência a eficiência de mercado.

Para Karkotli e Aragão (2004), toda a organização que almeja a responsabilidade social deverá primeiramente estabelecer junto com seus colaboradores uma política de ética social com preceitos, normas e

condutas internas, sendo necessário que sejam assimiladas por toda a organização.

Solomon (2006, p. 40) alerta sobre a forma de ensino sobre os mercados atualmente. Segundo o autor, ao invés de um pensamento altamente voltado para a competição e para o pensamento de curto-prazo, fixado instrumentalmente no “saldo final”, se deve estimular a importância da estabilidade na organização, um senso de comunidade que grandes organizações já reconhecem, ao menos em seus discursos, e ressaltar a importância da integridade da pessoa. Solomon (2006, p.41) trabalha com a ética tentando novamente reunir as virtudes de cooperação e integridade nos negócios, destacando que se compreendida corretamente, a ética nos negócios é boa para os mesmos, já que “a integridade da corporação e do indivíduo dentro dela [virtude] é o ingrediente essencial da viabilidade e da vitalidade do mundo dos negócios”.

Moretto Neto (2010, p. 24) define a ética como “a expressão do comportamento do homem em sociedade orientada por princípios e valores que fundamentam suas escolhas para o bem ou não”. O autor coloca que na realização de escolhas tendo a ética como condutora das ações em sociedade, é preciso pensar e agir voltando-se para o coletivo, para o bem-estar social e a harmonia. Cabe destacar que a ética reflete as mudanças e ajustes ocorridos nos agrupamentos sociais no decorrer do tempo.

Karkotli e Aragão (2004) explicam que a palavra ética é proveniente do grego *ethos*, denota costume, maneira habitual de agir, índole. Significado parecido é conferido à expressão latina, *moris*, da qual deriva a palavra moral. “A ética é a parte da filosofia que estuda a moralidade dos atos humanos, como sendo livres e ordenados a seu fim último”, é a indagação sobre a natureza fundamentada na moralidade. Pode também ser definida como juízos morais, padrões da conduta humana, determinação do que é certo e do que é errado (KARKOTLI e ARAGÃO, 2004, p.29). Assmann (2009) afirma que no grego clássico, *ethos* significa morada, hábitat.

Assmann (2009), contudo diferencia ética de moral. Segundo o autor, por mais que originariamente sejam sinônimos, são feitas distinções entre os dois termos. Alguns autores guardam a ética à vida pública e a moral à privada. Para o autor, entretanto, a ética pode ser compreendida como a teoria da moral, a investigação racional sobre a experiência moral dos seres humanos, um estudo do que é bom e do que é mau, e como se estabeleceram normas válidas para todos histórica e teoricamente. Já moral seria o comportamento real das pessoas em

relação às normas e aos valores que lhes são propostos. A moral é relacionada a regulamentos cuja observação é necessária para que o comportamento seja avaliado como moralmente correto, enquanto a ética é a análise teórica destas regras, da questão de o ser humano se preocupar com o bem e o mal.

Solomon (2006, p. 91) enfatiza que a moralidade não serve para assegurar os interesses de cada indivíduo, entretanto, a mesma não necessariamente é oposta aos interesses individuais. Para o autor, o conceito tem relação “com cultura e tradição, regras compartilhadas e costumes da vida comum”.

Assmann (2009) relata que Weber afirmava existir duas tendências éticas: a ética da convicção, que estabelece que o que vale é os princípios, as convicções, não dependendo dos resultados alcançados; e a ética da responsabilidade, que ensina que o que vale é as consequências, os fins, os resultados alcançados com as ações.

Sen e Kliksberg (2009) discorrem sobre quatro dimensões do capital social: o clima de confiança nas relações interpessoais, a capacidade associativa das pessoas de uma sociedade, sua consciência cívica e os valores éticos. O maior problema do discurso econômico ortodoxo muito utilizado nas últimas décadas, mais do que resultados macroeconômicos, é que deixou consequências culturais importantes, porque tirou de muitos espaços a discussão ética da economia. E na verdade esses valores são muito importantes, podendo ser decisivos para uma sociedade, a favor ou contra de seu progresso socioeconômico:

Inúmeras experiências recentes e na presente crise americana aonde as lacunas éticas no mundo corporativo desempenharam um grande papel, ilustram a respeito. Indicam a necessidade de voltar a vincular ética com economia. Pensar na economia tendo em conta como os comportamentos dos atores têm uma raiz ética. Os seres humanos, graças a Deus são animais éticos, estamos mobilizados por valores e segundo o que ocorrer com esses valores, serão os comportamentos e as responsabilidades comunitárias (SEN; KLIKSBERG, 2009, p.213, traduzido pela autora).

Blauth e Abuhab (2006) destacam que a raiz etimológica da palavra economia vem do grego *oikos*, que significa casa. Economia tem como significado algo como cuidado com a casa. Entretanto, o modo

dominante da economia de hoje não demonstra um real cuidado com o nosso planeta. Samten (2004) explica que com a visão incessante da economia moderna, surgem enfermidades sociais e destruição ambiental.

Sen (1999) surpreende-se com a atitude conscientemente “não ética” da economia moderna, pois a evolução história da economia, em grande medida ocorreu como ramo da ética. O autor argumenta que o “pai da economia moderna” Adam Smith foi professor de economia moral na Universidade de Glasgow, e também que o tema da economia foi por um longo período considerado de certa forma uma ramificação da ética.

Segundo Sen (1999) a economia teve duas origens diferentes, ambas relacionadas à política, mas de formas bem distintas. A primeira tradição, ligada à ética, remonta no mínimo Aristóteles, que em “Ética a Nicômaco” associa a economia aos fins humanos. Aristóteles (*apud* Sen, 1999) considera a política a “arte mestra”, que deve usar as outras ciências, inclusive a economia, para o bem do homem. A economia para este está relacionada ao estudo da ética e da política, compreendendo que a finalidade do Estado é a promoção comum da qualidade de vida. A segunda tradição da economia relaciona-se à abordagem da engenharia. Esta se preocupa prioritariamente com questões logísticas ao invés de fins supremos, considerando os fins como dados diretamente e como objetivo do exercício, encontrar os meios para atingir estes fins. Nesta tradição, o comportamento humano é visto como baseado por motivos simples (SEN, 1999).

Sen (1999) observa duas questões centrais na tradição da economia ligada à ética. A primeira relaciona-se ao problema da motivação humana ligada à questão ética: como devemos viver? Essa relação não significa que as pessoas sempre agirão da forma que elas mesmas defendem moralmente, mas implica em reconhecer que determinações éticas não podem ser absolutamente irrelevantes no real comportamento humano. A segunda questão relaciona-se à realização social de Aristóteles. A concepção de realização social relacionada à ética- não pode ter como ponto arbitrário e único a satisfação da eficiência, sendo necessária uma visão mais abrangente do bem.

Ainda assim, Sen (1999) afirma que as duas tradições têm seus argumentos para convencer, pois a abordagem da engenharia, incluindo questões estatísticas, tem a contribuir à economia. Entretanto, as questões citadas na tradição ligada à ética são profundas e precisam achar um lugar de destaque na economia moderna. A metodologia da “economia positivista” abandonou inúmeras considerações éticas

complexas que afetam o comportamento humano real, sendo substancialmente empobrecida por este afastamento entre economia e ética.

Solomon (2006, p. 77) afirma que os negócios obtêm lucro fornecendo produtos com um bom nível de qualidade, “gerando empregos e ajustando-se à comunidade”, não incluindo nisso lucros “parasitários”. O lucro é um meio de desenvolver a organização e remunerar colaboradores e investidores. Solomon (2006) também cita Aristóteles, filósofo que desdenhava a noção de lucro apenas pelo lucro, e tal como Sen (1999), aponta para Adam Smith, que pensava não no lucro como meta de mercado, mas sim a prosperidade.

Kliksberg (2008) denomina a linguagem econômica tradicional de “pensamento único”. Nesse modo de pensar os custos dos sistemas de produção não incluem as doenças sociais nem o impacto ambiental, mas seus impactos são muito grandes e pesam sobre a sociedade. Assim, é necessário tentar compreender as coisas de forma sistêmica, senão as pessoas vão se transformando em “seres econômicos”, em consumidores, o que é muito restrito, porque esses não levam em conta os outros fatores do ser humano. A história contada por terapeutas, ambientalistas ou educadores, por exemplo, mostrará outros aspectos.

Para a incorporação da ética nas relações sociais de produção e consumo Moretto Neto (2010) explica ser necessário que se entenda o ser humano como ser multidimensional, com racionalidade substantiva, motivada por princípios, valores e desejos maiores do que apenas aqueles considerados pelo mercado. Assim, entender a ética na esfera das organizações públicas partindo deste novo modelo de homem exige a cidadania de forma transversal por todos os atores sociais.

Para Solomon (2006) os negócios devem primeiramente ser definidos pelo seu propósito e senso de comunidade. O propósito de um negócio, segundo o autor é satisfazer a demanda pública, com produtos inovadores, mais eficientes e econômicos, mantendo uma relação ótima e contínua entre consumidor e produtor. A competição é eficaz para garantir um mercado com um bom nível de qualidade, mas os negócios não giram em torno dela. Quando uma organização esquece-se de seu propósito, ela se torna antiética e não apenas quando viola a lei e/ou a confiança pública.

Sen (1999) afirma que em economia, constantemente se recorre ao conceito de direitos. Contudo, na tradição utilitarista, estes direitos foram vistos como apenas instrumentais, para a aquisição de mais bens, utilidades. Não se atribui nenhum valor intrínseco ao gozo dos direitos,

esses são calculados e avaliados mediante sua capacidade de conseguir boas consequências materiais.

Se o comportamento real do ser humano é influenciado por considerações éticas, se deve admitir que considerações da economia do bem-estar afetam o comportamento real, e logo, que são relevantes para a economia preditiva, sendo importante considerá-las na definição, explicação e previsão das ocorrências econômicas. A liberdade das pessoas e o dever de ajudar aos outros podem também reforçar a necessidade de considerações éticas no comportamento real. A aceitação de todos os direitos, e não somente dos direitos restritivos, pode requerer afastamentos sistemáticos de comportamentos motivados apenas pelo auto interesse, tão comuns nos modelos predominantes nas abordagens econômicas atuais (SEN, 1999).

2.4.3 Compromisso Social

Responsabilidade social é um conceito amplo, que deve estar na agenda organizacional de toda instituição. Como uma instituição com função social, alguns autores defendem que, mas do que socialmente responsável, porque já é algo implícito à universidade, é necessário que a mesma esteja socialmente comprometida (SILVA, 2010 p. 122).

Freire (1979, p. 19) reflete sobre o ato de comprometer-se. Para um ato comprometido é necessário ser capaz de atuar e refletir. Há um compromisso com a humanização do homem, que implica em uma responsabilidade histórica que não pode ser realizada senão através da “realidade concreta, onde se encontram os homens concretos”. O ato de comprometer-se é consciente, não podendo ser neutro: a neutralidade é o medo de revelar o compromisso.

Para Freire (1979) o verdadeiro compromisso é sempre solidário, nunca unilateral, pois, ao se comprometer com um sujeito ativo, torna-se um encontro dinâmico e solidário: ao alcançar aqueles com os quais se compromete, há um retorno. É, portanto uma via de mão dupla. O autor ainda defende que o compromisso só é válido quando carregado de humanismo, que só é consciente quando fundamentado cientificamente.

A expressão “compromisso social” é frequentemente atribuída ao compromisso da universidade para com a sociedade, visto que, pelas características da instituição, que tem como finalidade o ensino, a

pesquisa e a extensão, ela já tem implícita uma grande responsabilidade social. Comprometimento tem uma conotação de maior envolvimento do que a responsabilidade. De tal modo, discorrer sobre o compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, de sua função, das incumbências inerentes à natureza institucional das universidades.

Karkotli e Aragão (2004) destacam que o grupo de *stakeholders* não é fixo, variando conforme a natureza da organização. Uma instituição de ensino, por exemplo, terá um grupo de *stakeholders* diferente de uma indústria automobilística.

Em uma universidade pública, ao “envolvidos” são muitos, afinal, além de ser uma instituição com três funções relevantes: ensino, pesquisa, e extensão; é financiada por todos os cidadãos do país.

A expressão não é unanimidade entre os acadêmicos. Ao debater Universidade e Compromisso Social, Ribeiro (2006) levanta que quando se quer refletir sobre compromisso social é necessário enfrentar algumas consequências. Uma questão é que não se deve pensar em “social” relacionado ao atendimento de carências. Claro que a superação de carências está implícita, mas é preciso atentar-se, pois, longe de somente suprir carências, está se desenvolvendo projetos. Não é uma tentativa de chegar do negativo ao zero, e sim de fazer algo de positivo, uma mudança de padrão.

Castanho (2010) considera o compromisso e a responsabilidade no conceito de RSC contemporâneo. Para o autor, nas instituições de ensino, a responsabilidade para com a sociedade destaca-se por sua natureza formativa, mas uma formação traduzida na capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar transformação social, respondendo a suas demandas. Despertar a consciência é importante.

Sobrinho (2006) prefere a palavra função ao termo compromisso social, ao se referir ao que a instituição universitária está fazendo, “as suas finalidades e produção”. O termo social seria desnecessário conforme o autor, pela universidade, como uma instituição educativa já possuir uma natureza social. Assim, se a universidade estiver cumprindo bem sua função, o autor acredita que a expressão compromisso social torna-se redundante.

Ribeiro (2006), no entanto, diz gostar do termo “compromisso” por remeter a engajamento, empenho. É interessante a proposta de um ideal, porém um ideal que tem de ser cumprido, que deve funcionar.

Wanderley (2005, p. 168) coloca que compromisso social é a forma geralmente atribuída à responsabilidade social da universidade:

Sobre [...] a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia, e se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendessem aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

De acordo com Moiseichyk e Biazús (2002), a universidade como proprietária de amplo poder transformador, por meio de ações de responsabilidade social, tem oportunidade de intervir positivamente no processo de mudança social, a partir das atividades do dia-a-dia revelando à sociedade outro referencial de valor e dando um passo decisivo para a melhoria da comunidade, da região, do estado e do país.

A conceituação divulgada pelos Pró-Reitores no Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) proclama uma postura da universidade diante da sociedade na qual se insere: ao afirmar que a extensão se coloca como prática acadêmica que visa interligar a universidade em suas atividades de pesquisa e ensino, com as demandas da sociedade, reafirma o compromisso social da universidade como configuração de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social.

Moiseichyk e Biazús (2002) sublinham que o compromisso social da universidade necessita ser muito mais efetivo, porquanto a instituição faz parte de um contexto social inclusivo que a determina, devendo assim colaborar para a manutenção e transformação dessa sociedade.

Ristoff (2006) provoca algumas reflexões relativas ao compromisso social da universidade. Primeiramente, em termos gerais, poderia ser a promoção do avanço da arte, da ciência e da justiça e colocá-los a serviço da melhora do nível de qualidade de vida dos

cidadãos do país, ou formar cidadãos altamente qualificados em vez de bárbaros altamente qualificados. Mas há diversas questões que devem ser observadas no apaixonante mundo acadêmico da arte e da ciência. Como escutar e compreender as demandas sociais presentes e futuras? Como atuar sem ceder às tentações do imediatismo e do utilitarismo que, frequentemente, dificultam e inibem o avanço do conhecimento?

Goergen (2006) confia na importância da universidade para o desenvolvimento da sociedade, ainda que a conexão entre ciência e desenvolvimento não seja simples, e seja frequentemente mal entendida em contextos como o brasileiro, de atraso cultural e verbas reduzidas. Neste ambiente, a universidade, pelo calibre de recursos que consome e dos temas teóricos sem aplicação prática imediata que se ocupa, pode ser estigmatizada como uma instituição de luxo, que só favorece as camadas sociais mais altas. Em muitas ocasiões procura-se superar essa dificuldade buscando uma relação direta, quase mecânica, entre as atividades acadêmicas e a sociedade, incorrendo assim na ambivalência de operacionalizar uma instituição que, por sua natureza, deve preservar-se autônoma e crítica.

Já em 1994 Santos (2008) falava das crises e desafios feitos à universidade no Século XX, as quais o autor afirma que se agravaram nos últimos tempos, como ele já previa. As críticas e reflexões feitas por Goergen podem ser associadas ao que Santos (2008, p.14) chama de crise institucional da universidade, que resulta desta contradição da “reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente de submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”.

Goergen (2006) continua seu pensamento acusando que este tipo de política que instrumentaliza a universidade, tendo em vista dar conta do compromisso social da universidade privilegiando as atividades de ensino e pesquisa com aplicação prática direta ao contexto social, com a finalidade da superação das carências ali encontradas. Conforme esta estratégia, os recursos públicos ali investidos devem gerar produtos socialmente úteis, não raro, no sentido de preencher responsabilidades em princípio pertinentes a outros setores governamentais. Ocorre que essa expectativa demanda um modelo de instituição operacional que desconsidera aspectos importantes da atividade acadêmica que não podem ser traduzidos em produtos imediatamente transferíveis ao plano da prática social. Nestes casos encontra-se, por exemplo, toda a esfera de pesquisas básicas, sem aplicação prática imediata. Um exemplo mais concreto citado pelo autor é o da Universidade Estadual de Campinas -

UNICAMP. Muitas pessoas da comunidade de Campinas não compreendem por que a universidade despense tanto em pesquisas teóricas em áreas como física ou novos materiais. Essa interpretação não percebe que justamente essas pesquisas que atraíram as empresas de alta tecnologia que se instalaram em torno da universidade e rendem à comunidade benefícios em termos de emprego e impostos, muitas vezes superiores aos investimentos realizados na instituição. Deste modo, não há relação direta e mecânica entre as atividades acadêmicas e suas implicações sociais. Isso não significa dizer que a universidade não deve comprometer-se com a sociedade, mas sim que não deve ser refém do imediatismo.

Pacheco (2006) ressalta que a universidade não é pública por ser estatal e gratuita, mas porque sua produção teórica e científica deve ser apropriada publicamente. Enfatiza que o compromisso social da universidade é socializar sua produção, fazer com que ela seja apropriada de forma democrática.

Ribeiro (2006) instiga esta questão da apropriação dos ganhos, induzindo à seguinte reflexão: quem tem se apropriado dos ganhos obtidos pelos grandes avanços tecnológicos dos últimos anos? O autor provoca oferecendo três alternativas de resposta: consumidor, capital e trabalhador. Destas categorias, o trabalhador foi quem menos se apropriou destes ganhos de produtividade. Além disso, convém atentar-se de que os avanços tecnológicos têm um custo social e ambiental. O autor adverte que quem vê a sociedade como uma empresa, enxerga somente a possibilidade de a universidade desenvolver tecnologia para sociedade. É positivo a universidade colaborar com o setor produtivo: nada contra. Mas não pode ser a única articulação que a universidade pode ter com a sociedade. A articulação com o setor produtivo é importante, mas deve estar acompanhada de juízo social.

Para Ribeiro (2006) ao se discutir universidade e compromisso social, a chave é não aceitar a hierarquia que alguns insistem em conferir às atividades de pesquisa, pós-graduação, extensão e graduação. A universidade tem que fazer com que a pesquisa de ponta seja articulada com a destinação dessa pesquisa. A extensão deveria estar inserida em um plano de metas da universidade, no qual deveria ser detalhado o que transferir à sociedade, quais os usuários do conhecimento que ela gera.

Goergen (2006) compreende que o compromisso social da universidade é a sua prestação de contas à sociedade. Não significa que a instituição deva sempre estar a serviço dos interesses socioeconômicos do sistema. Significa também o exercício da crítica, da oposição e da

resistência. Deve se ter em vista o contexto social mais abrangente que envolve tanto o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

Wanderley (2005) certifica que no interior das universidades aparecem resistências e se criam alternativas de mudanças. São inúmeras iniciativas que apresentam elementos para forjar novos caminhos societários, desde o plano local até o global. Por uma parte, perseguem proposições mais abrangentes sobre teorias e conceitos numa perspectiva crítica e de abertura. Por outra, realizam parcerias com setores da sociedade política e da sociedade civil, e mesmo engajamentos sólidos em projetos e atividades de toda a natureza, que dão corpo a um compromisso social concreto.

Goergen (2006) explica que a primeira responsabilidade social da universidade refere-se ao nível de qualidade da investigação e da docência, pois na sua compreensão são as atividades básicas da universidade. O foco da responsabilidade social deve recair sobre o que a instituição sabe, pode e deve fazer. É gerar condições para a produção de conhecimentos e saberes e formar bons profissionais na sua área de atuação. Um assunto importante é a qualificação elevada do corpo docente, bem como às condições de infraestrutura. O autor considera essas duas questões relevantes, argumentando que se trata da missão principal da universidade e porque na ausência delas, todas as outras tarefas da universidade ficam comprometidas. Em relação ao que se ensina e pesquisa, é ressaltado que o mundo empresarial e o da formação de pessoas são contextos relacionados, porém distintos. Enquanto a empresa e o mercado estão submetidos à ditadura do curto prazo, do lucro e resultados imediatos, a educação não pode perder de vista o tempo longo que congrega o passado, o presente e o futuro na visão histórica que se preocupa com a plenitude do indivíduo e da sociedade em sua totalidade.

Em entrevista à Pró-Reitora de 2010 da PRPE da UFSC na época, Silva (2010) expôs a ideia da mesma. Para ela, o compromisso da universidade é proporcionar a melhor formação possível aos estudantes e fomentar a pesquisa e a extensão. Estes dois últimos, porém, podem apenas ser instigados. Não adianta obrigar alguém a fazê-los, cabendo assim à universidade, incentivar os mesmos.

A universidade precisa interrogar-se sobre o caráter e a função da ciência e da tecnologia no contexto brasileiro e de sua sociedade. Para Goergen (2006), esse questionamento é a responsabilidade social do cientista. Por essas atividades não serem neutras, podem ter inúmeras

aplicações e significados na sociedade, sendo assim necessário estabelecer prioridades que condizem com as necessidades sociais. É significativa a diferença entre pesquisas no laboratório de uma organização privada, interessada em produtos e procedimentos patenteáveis e lucrativos, e realizar pesquisa na universidade pública, que não pode ser controlada por grupos econômicos, nem pelo Estado ou pela própria sociedade, segundo o autor. A universidade deve colaborar com todas essas instâncias, sempre a serviço do ser humano e da sociedade, mas sem perder a autonomia. A urgência da universidade de amoldar-se às condições do sistema deve ser contrabalançada por uma rigorosa crítica às patologias sociais, os sofrimentos decorrentes da “mercantilização”, da burocratização, da legalização e da cientificação. Nesta reflexão pode residir um compromisso tão importante quanto o da pesquisa, docência e extensão no sentido estrito.

Rubbini, Elias e Galán (2012) colocam que a Universidade tem um papel fundamental na sociedade, já que introduz conhecimento e qualifica profissionalmente, e isto nunca ocorre de modo neutro, mas sim influenciando a concepção que terão das ações de seus egressos.

Em um debate sobre Universidade e Compromisso Social, no discurso do Professor Ristoff, Canen (2006, p. 121) percebe:

[...] o compromisso social entendido em termos de um currículo comprometido com a função social, com os direitos humanos e com a inserção de universidade na extensão propriamente dita, ou seja, tornando a pesquisa útil para seu entorno.

Segundo Ribeiro (2006) a extensão é a ligação bidirecional ou multidirecional da universidade com a sociedade, sendo que uma de suas funções de destaque deve ser justamente revelar à sociedade que a universidade faz muito mais do que somente formar alunos.

No II Encontro de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras, realizado na UFMG, foi exposto que o compromisso social da universidade é inserir-se nos atos de promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e de desenvolvimento social, resgatando a cidadania como o valor que orienta a práxis universitária, dando prioridade às atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política. A instituição deve dirigir suas atenções às demandas sociais. Para tanto, precisa buscar junto à própria comunidade elementos que lhe permitam detectar seus anseios

em uma postura de convivência aberta e horizontal (NOGUEIRA, 2000).

Sendo assim, a verdadeira proposta de extensão está articulada com o ensino e a pesquisa, levando bi ou multilateralmente o conhecimento, da universidade à comunidade, e vice-versa, com a finalidade de promover autonomia e discernimento, tanto aos universitários, que ganham outra visão do mundo, experiências e informações ricas, que não poderiam ser captadas em uma sala de aula comum; quanto à comunidade, beneficiada com determinado projeto. Esta extensão pode ser considerada como uma atitude de transformação, na classificação de March (2012), de capacidades e aprendizados que retroalimentam o processo e a todos os atores envolvidos, além de fomentar a emancipação ao invés da dependência.

Para compreender o compromisso social da universidade e diferenciá-lo da RSC é importante compreender as funções e atividades da universidade e quais seus impactos para exercê-las. A universidade tem uma função de ensino: formação humana e profissional; a função pesquisa: construção de novos conhecimentos; e a função extensão: intercâmbio entre universidade e a sociedade, transmitindo e gerando conhecimentos.

Accursi *et al* (2010) listamos impactos gerados pela universidade ao desempenhar suas funções:

- a) Impactos de funcionamento organizacional, provocado na vida do seu pessoal, incluindo toda a comunidade universitária – servidores técnico-administrativos, corpo docente e estudantes - e também na contaminação do meio-ambiente;
- b) impactos educativos na formação das pessoas, seu modo de ver o mundo e de valorizar as coisas. Influencia na deontologia profissional, norteia a definição de ética de cada disciplina e seu rol profissional;
- c) impactos cognitivos e epistemológicos, porque conduz a produção do saber e das tecnologias, influenciando na definição do que socialmente se chama “verdade, ciência, racionalidade, legitimidade, ensino”; e
- d) impactos sociais: sobre o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. A universidade é um ator social que pode promover (ou não) o progresso, criar (ou não) capital social, tornar acessível ou não o conhecimento a todos, inserir o estudante em diferentes realidades sociais ou isolá-lo apenas no mundo acadêmico.

Perante esses quatro impactos, Accursi *et al* (2010) definem quatro eixos de gestão socialmente responsável na universidade: a da organização mesma, do clima, da gestão de pessoas, dos processos democráticos internos e do meio-ambiente; a gestão socialmente responsável da formação acadêmica e pedagógica, nas temáticas, organização curricular e metodologias didáticas; a gestão socialmente responsável da produção e difusão do conhecimento, da pesquisa e dos modelos epistemológicos promovidos nas classes; e a gestão socialmente responsável da participação social no desenvolvimento humano sustentável da comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são explicados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da presente pesquisa, assim como as limitações da mesma.

A procura por uma explicação para as relações que ocorrem entre os fatos, sejam naturais ou sociais, passa pela discussão do método, dentro da chamada teoria do conhecimento (PÁDUA, 2008).

Segundo Zanella (2006), método é um conjunto de procedimentos necessários para alcançar os fins de uma investigação. O conhecimento científico depende de investigação metódica da realidade, por isso emprega procedimentos e técnicas para atingir os resultados.

Para Mattar (2008) pesquisa é, ao mesmo tempo, um processo de descoberta e invenção: existe um elemento criatividade envolvido na atividade criação científica.

Castro (2006, p. 49) explica que nas ciências sociais, há questões inevitáveis ligadas à complexidade das associações entre as variáveis e à multi casualidade de tudo o que acontece. Segundo o autor, a natureza “pune” as ciências sociais com a relatividade, o “tudo depende”, em contraste com as ciências exatas ou naturais. Entretanto, não se deve abandonar o rigor científico: é importante buscar uma postura metodológica condizente aos objetivos almejados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Mattar (2005) afirma que o tipo de pesquisa é um conceito complexo, que não pode ser descrito de maneira única, por isso, diferentes classificações dos tipos de pesquisas têm sido abordadas por diferentes autores da área.

A presente pesquisa é classificada como de natureza básica; em relação à finalidade, é considerada uma pesquisa descritiva; do ponto de vista da natureza das variáveis, é predominantemente qualitativa; caracteriza-se como ocasional quanto à dimensão da pesquisa no tempo; em relação ao escopo da pesquisa em termo de amplitude e profundidade, caracteriza-se como um estudo de caso histórico-organizacional; e em relação aos procedimentos técnicos ou procedimentos para a coleta de dados classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa básica, pesquisa científica pura, teórica ou ainda fundamental, possibilita a articulação de conceitos e a sistematização da produção de uma área de conhecimento. A finalidade dessa pesquisa

está ligada ao enriquecimento teórico das ciências. Para Ander-Egg (*apud* Marconi e Lakatos, 1990) é o tipo da pesquisa formal, tendo em vista generalizações, princípios e leis. Tem por meta o conhecimento pelo conhecimento. Castro (2006) classifica como pesquisa básica o tipo de pesquisa sistemática que tem como primeira motivação a curiosidade intelectual e a compreensão como principal objetivo.

Cervo e Bervian (1996, p.55) destacam que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”, portanto, não há interferência do pesquisador. Ocorre como no caso do presente estudo: geralmente, os planos de pesquisa descritiva são criados para medir as características delineadas em uma questão de pesquisa, pois os dados ocorrem em seu *habitat* natural, precisando ser coletados e registrados de forma ordenada para seu estudo.

Segundo Jacobsen (2009) a pesquisa descritiva pode assumir, dentre outras, a forma de um estudo exploratório, de um estudo de caso e de pesquisa documental.

A pesquisa descritiva, para Triviños (1987) visa descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Handem, Matioli e Pereira (2004) explicam que este tipo de pesquisa junto às exploratórias, é realizado pelos pesquisadores sociais atentos com a atuação prática, sendo o tipo mais solicitado por instituições educacionais. Gil (2007) coloca que a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis, no caso deste estudo, a criação e as atuais atividades do NETI serão descritas e analisadas em relação ao compromisso social.

A pesquisa é ocasional ou *ad-hoc*, ou seja, realizada uma única vez, com resultados que mostram um instantâneo do fenômeno estudado. É caracterizada pelo uso de uma amostra de elementos da população de interesse, em que esses elementos são medidos uma única vez no tempo, a vista de atender a um objetivo específico. O projeto ocasional proporciona a visão das variáveis em estudo em determinado momento (MATTAR, 2005). A presente pesquisa tem como objetivo analisar os projetos desenvolvidos pelo NETI no segundo semestre de 2012 sob o prisma do compromisso social.

Sobre a natureza das variáveis, a pesquisa é predominantemente qualitativa, abordagem que permite que um fenômeno seja mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada (GODOY, 1995). Mattar (2005) coloca que é possível que em uma pesquisa e em um mesmo

instrumento de coleta de dados haja questões qualitativas e quantitativas. Handem, Matioli e Pereira (2004) explicam que pesquisas do tipo quanti-qualitativa aparecem cada vez mais frequentemente nos estudos.

Neves (1996) relata que em sua maioria, os estudos qualitativos são feitos no local de origem dos dados, assim como Triviños (1987), que afirma que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. Handem, Matioli e Pereira (2004) expõem que estudos qualitativos trabalham com dados não quantificáveis, pesquisam e analisam informações pouco estruturadas e narrativas que não demandam tanto de uma estrutura, mas requerem ao máximo o envolvimento do pesquisador.

É um estudo de caso histórico-organizacional em termos de amplitude e profundidade. Triviños (1987) define estudos de caso histórico-organizacional como a pesquisa na qual o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, sendo necessário ter como ponto de partida o conhecimento que existe sobre a organização a qual pretende estudar. Zanella (2006) afirma que os estudos de caso têm grande profundidade e pequena amplitude, pois procuram conhecer uma realidade, neste caso, a realidade de uma instituição: o compromisso social da UFSC no NETI. Triviños (1987) esclarece que o estudo de caso é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa com profundidade, ressaltando que os resultados só são válidos para o caso que se estuda, e aí está seu grande valor: prover o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados podem permitir a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Para Castro (2006) os estudos de caso lidam com um nível maior de complexidade e permitem explorações mais livres. Godoy (1995) expressa que o estudo de caso visa ao exame detalhado do ambiente, cujo propósito fundamental é analisar intensamente uma dada unidade social. Para Yin (*apud* GODOY, 1995, p.25):

É uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidências.

Ressalta-se que o estudo de caso é um método muito difundido nas ciências sociais e na maioria das vezes “surge do desejo de entender

os fenômenos sociais complexos” (YIN, 2010, p. 24), pois possibilita que o pesquisador detenha as características holísticas e significativas dos eventos.

Quanto aos procedimentos técnicos ou procedimentos para a coleta de dados a pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Conforme Marconi e Lakatos (1990) a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias envolve a bibliografia já tornada pública relativa ao tema da pesquisa. Pádua (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido e registrado sobre seu tema de pesquisa. Mattar (2008) relata que mesmo as pesquisas de campo utilizam a biblioteca na busca de fontes que possam interessar à pesquisa. Para Mattar (2005), o levantamento bibliográfico é uma das formas mais rápidas e econômicas de amadurecer ou aprofundar um problema de pesquisa.

Triviños (1987) reflete que o levantamento bibliográfico ajuda na interpretação, explicação e compreensão da realidade. Segundo Zanella (2006), permite que o pesquisador tenha clareza na formulação do problema de pesquisa, facilita a formulação dos propósitos da investigação, aponta para o método mais adequado à solução do problema, identifica os procedimentos metodológicos mais adequados e dá sustentação para a análise de dados.

Zanella (2006) afirma que a revisão de base teórica conceitual inclui a pesquisa bibliográfica e a documental. A segunda inclui as publicações gerais, governamentais e institucionais (MATTAR, 2005). Para Marconi e Lakatos (1990) a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, formado de fontes primárias.

Mattar (2005) destaca que, às vezes, a própria organização mantém em seus arquivos dados e informações valiosas, com custos praticamente nulos e que podem ser importantes para uma pesquisa. A presente pesquisa utilizou documentos da UFSC e do NETI, como regulamentos e resoluções normativas, além do Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), por isso é também uma pesquisa documental. O levantamento documental também pode ser feito fora da organização, quando se recorre à análise de documentos à disposição em arquivos públicos.

A pesquisa de campo é utilizada para obter informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI e LAKATOS, 1990). Godoy (1995) enfatiza que em um estudo de caso,

pode-se partir para o trabalho de campo posteriormente às decisões iniciais. O trabalho de campo envolve a obtenção e organização das informações consideradas relevantes para o estudo em questão. Esses dados devem ser coletados no local onde os eventos e fenômenos acontecem, incluindo entrevistas, observação, análise documental e, se necessário, medidas estatísticas. Mattar (2005, p. 83) explica que a classificação em pesquisa de campo diz respeito ao ambiente da pesquisa, que neste caso, é realizada “com sujeitos reais em condições ambientais consideradas normais para o problema estudado”.

O estudo de campo foi realizado dentro da UFSC, principalmente no NETI.

3.2 COLETA DE DADOS

Nesta seção são explicados como os dados desta pesquisa foram coletados. Segundo Zanella (2006) a escolha das técnicas para a coleta e análise dos dados decorre do problema de pesquisa e dos objetivos. Para a busca das informações é necessário planejar quais são essas informações, onde encontra-las, como obtê-las e trabalhá-las. Tratando-se de um estudo de caso, a coleta de dados necessita de procedimentos de campo apropriadamente projetados (YIN, 2010), já que por tratar de situações do dia-a-dia, não é possível um controle sistematizado sobre a condição de coleta destes.

Triviños (1987) enfatiza que o processo de pesquisa qualitativa desenvolve-se em interação dinâmica retroalimentando-se e reformulando-se constantemente, de tal forma que a coleta de dados em um momento deixa de ser tal e é análise de dados. Esta última, em seguida, origina nova busca de informações. Ideias expressadas em uma entrevista podem ser analisadas, podendo recomendar novos encontros com outras pessoas ou com a mesma, para aprofundar o assunto ou explorar novos tópicos importantes para o problema inicial.

Os dados secundários são coletados por levantamento bibliográfico e documental acerca das características do NETI. Além da fundamentação teórica, que também auxilia no embasamento para a construção dos instrumentos de pesquisa, este levantamento é fundamental para atingir todos os objetivos, conforme expõe o Quadro 1: Instrumentos de Coleta de Dados, que resume como será realizada cada etapa para atingir os objetivos específicos que operacionalizam o objetivo geral.

Quadro 1: Instrumentos de Coleta de Dados

Objetivo Específico	Coleta de dados
a) Caracterizar o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina	Pesquisa Bibliográfica e Documental.
b) Identificar a estrutura e práticas do Núcleo de Estudos da Terceira Idade;	Pesquisa documental, observação, questionários e entrevistas semiestruturadas.
c) Identificar Pontos Fortes e Pontos Fracos do Núcleo de Estudos da Terceira Idade;	Observação, e entrevistas semiestruturadas.
d) Levantar projetos e ações desenvolvidos no Núcleo de Estudos da Terceira Idade com a efetiva participação e compromisso dos atores sociais da UFSC.	Entrevista semiestruturada, questionários e pesquisa documental.

Fonte: Elaborado pela autora

Para a construção dos instrumentos de coleta de dados primários foi considerado o levantamento bibliográfico e documental elaborado antes de sair a campo: livros, artigos, periódicos, dissertações e *sites* de internet, referentes à Universidade da Terceira Idade, à extensão, à responsabilidade e ao compromisso social, conforme Triviños (1987), que relata que as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semiestruturada no enfoque qualitativo são resultados da teoria que alimenta a investigação e de toda a informação que se recolheu sobre o fenômeno de interesse.

Para coleta de dados primários, foram entrevistados a Vice-Reitora, o Pró-Reitor de Extensão, a Coordenadora do NETI, uma das fundadoras do NETI, o Diretor da Associação de Monitores da Ação Gerontológica (AMAG) e a Presidente do Centro de Estudantes do NETI (CENETI). Também foram enviados questionários por e-mail para os professores que trabalharam nos projetos do NETI em 2012/2 dos quais muito são também os Coordenadores do Projeto.

Segundo Handem, Matioli e Pereira (2004) os estudos de campo valorizam o aprofundamento das questões propostas e assim seu planejamento é mais flexível, podendo inclusive ocorrer uma reformulação dos objetivos ao longo da pesquisa. Pesquisa-se somente um grupo ressaltando a interação de seus componentes. Desta forma, a coleta de dados é feita basicamente através de observação direta e de entrevistas para captar interpretações e explicações do que acontece no grupo.

Segundo Chizzotti (1995, p. 90) a observação direta é obtida pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para “recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”. De outubro a dezembro de 2012, a pesquisadora além de frequentes visitas ao NETI, participou efetivamente de um dos projetos, acompanhando e auxiliando Professor e alunos no curso Previdência e Cidadania, oferecido quinzenalmente, às quintas-feiras no auditório do NETI.

3.2.1 Delimitação da Pesquisa

A realização das entrevistas semiestruturadas foi realizada em uma amostra intencional, constituída por seis elementos. Como o NETI está vinculado à PROEX, seu Pró-Reitor foi entrevistado, para compreender a relação e importância do NETI à extensão. A compreensão da Reitora sobre o Núcleo também é importante. No próprio NETI, a Coordenadora foi entrevistada e para não obter somente uma visão unilateral e que se apresente a visão de alunos, foram entrevistados um representante da AMAG e um do CENETI. Uma das fundadoras do NETI também foi entrevistada, para compreender a origem e as mudanças do Núcleo.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) em estudos qualitativos a escolha do campo onde serão obtidos os dados, assim como dos participantes é proposital, isto é, o pesquisador elege em função das questões de interesse da pesquisa e das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos.

Reis (2008) explica que a amostra não probabilística intencional também é chamada amostragem por julgamento, consistindo-se na qual o pesquisador deliberadamente escolhe os elementos baseado no julgamento de que eles seriam representativos da população, sendo bastante usada em estudos qualitativos. Richardson (1989) explana que a amostra intencional é constituída por elementos relacionados intencionalmente, segundo características estabelecidas no plano de hipótese do pesquisador.

Além das entrevistas, um questionário foi encaminhado para os professores que trabalharam em projetos no segundo semestre de 2012. A Secretaria do NETI forneceu uma lista de Professores, sendo quatro Professoras da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESSE) e vinte e três de Professores do NETI. Dois destes não tinham endereço eletrônico e dois endereços não estavam disponíveis. Assim,

foram enviados vinte e três questionários em dezembro de 2012, sendo obtidas dezesseis respostas, uma delas negativa.

3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados coletados foram divididos, sendo analisados em três etapas: os dados secundários, obtidos através de leitura e análise documental da organização em estudo; e os dados primários, primeiro com as entrevistas semiestruturadas e posteriormente, a sistematização e interpretação dos dados coletados através de observação e dos questionários enviados por e-mail aos professores dos projetos.

Os instrumentos de coleta de dados primários escolhidos foram o questionário e a entrevista semiestruturada. Com a coordenadora do NETI foram realizadas duas entrevistas. A primeira foi uma conversa mais generalista para conhecer um pouco sobre o Núcleo além dos documentos formais. Cabe destacar que a Coordenação do Núcleo sempre se mostrou muito aberta e disponível, encaminhando ou providenciando documentos para a pesquisa. Os tópicos abordados na entrevista inicial podem ser visualizados no Apêndice A – Tópicos abordados no contato inicial com a coordenação (conhecendo o terreno) e como característica da entrevista semiestruturada, algumas questões foram acrescentadas, conforme a necessidade de esclarecimentos ou de curiosidades incitadas pelas respostas do entrevistado.

A entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os com mais profundidade por sua natureza interativa (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999).

Para Triviños (1987) entende-se por entrevista semiestruturada aquela que parte de perguntas básicas, apoiadas em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e em seguida apresentam amplo campo de questionamentos, fruto de novas hipóteses surgidas à medida que se recebe respostas do entrevistado. Assim, seguindo espontaneamente sua linha de pensamento e de suas experiências dentro do foco colocado pelo pesquisador, o entrevistado começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Richardson (1989) afirma que a entrevista semiestruturada visa obter respostas através de questionamentos pré-formulados, obtendo do informante o que considera mais relevante em um problema, buscando saber o que, como e porque algo ocorre, em lugar de determinar frequências. Dessa forma, por meio de uma conversa guiada pretende-se obter informações detalhadas para a análise qualitativa.

O roteiro de perguntas para a Reitora e o Pró-Reitor de Extensão tem a mesma base, entretanto, à Pró-Reitoria de Extensão, algumas questões foram adicionadas, devido ao contato mais direto com o Núcleo. No agendamento da entrevista, não foi comunicado que o trabalho era especificamente sobre o NETI. A ideia era compreender até que ponto o Núcleo era citado como exemplo pela parte estratégica da UFSC. Na impossibilidade de contato com a Reitora, foi entrevistada a Vice-Reitora. Na Pró-Reitoria de Extensão, responderam em conjunto Pró-Reitor e Pró-Reitora Adjunta, pois esta última trabalha há mais tempo com extensão, podendo acrescentar detalhes importantes à pesquisa. O Apêndice B – Roteiro da Entrevista Semiestruturada para a Reitora e Pró-Reitor traz o roteiro destas entrevistas semiestruturadas.

O roteiro das demais entrevistas foi baseado na Metodologia apresentada por Duprat (2005, p.56) “Aspectos a serem observados durante uma visita de campo”. É importante destacar que o trabalho é sobre compromisso social, então o roteiro foi adaptado, de forma a trabalhar especificamente com Universidade, e com a Terceira Idade, objeto do estudo. Acrescenta-se que algumas perguntas foram suprimidas, pois eram informações encontradas no site, ou já abordadas na entrevista inicial. O roteiro completo está no Apêndice C - Roteiro da Entrevista Semiestruturada com participantes do NETI.

Cervo e Bervian (1996) colocam que a entrevista é uma conversa guiada para um objetivo definido, que é obter os dados para a pesquisa. É importante orientar, conduzir a entrevista, e “convém dispor-se a ouvir mais do que falar” (CERVO e BERVIAN, 1996, p.158). Apesar de seguir o roteiro, as entrevistas com os representantes da AMAG e do CENETI, foram um pouco mais informais, porque eles queriam mostrar muitas coisas, e a partir daí, também se obteve dados interessantes que enriqueceram a pesquisa.

As entrevistas foram agendadas por e-mails, conforme a disposição horária dos entrevistados e realizadas no segundo semestre de 2012. No Quadro 2: Cronograma Efetivo das Entrevistas, são expostos as datas que as entrevistas foram realizadas.

Quadro 2: Cronograma Efetivo das Entrevistas

Entrevista	Data
Vice-Reitora da UFSC	28/11/2012
Coordenação do NETI	05/12/2012
Presidente do CENETI	13/12/2012
Presidente da AMAG	14/12/2012
Fundadora do NETI	21/12/2012
Coordenação do NETI	21/12/2012
Pró-Reitoria de Extensão	21/21/2012

Fonte: elaborado pela autora.

Os questionários foram enviados por e-mail, para uma lista de 25 endereços eletrônicos de professores que trabalharam no em 2012/2 em projetos no NETI, sendo que dois e-mails voltaram, ou seja, chegaram 23 questionários aos destinatários. A lista foi passada por um servidor lotado no NETI, com autorização da coordenação.

O questionário foi construído pelo *word* e enviado em anexo, em um e-mail individual a cada professor. Inicialmente, foi pensado em usar o *googledocs*, recurso descartado por não dar a opção do controle de quem respondeu ou não aos questionários. No e-mail, era explicado o objetivo do estudo e assegurado que não haveria a identificação pessoal de nenhum dos professores. As perguntas do questionário foram elaboradas conforme as categorias de análise estabelecidas no item 2.2.3 e a décima pergunta foi inspirada em Cachioni e Neri (2008). No Apêndice D – Questionários para os Professores do NETI pode-se vislumbrar o questionário na íntegra.

De Pádua (2008) define os questionários como instrumentos de coleta de dados preenchidos sem a presença do pesquisador, pelo informante. Este não deve ser longo, e no caso dos respondentes não residirem no local da pesquisa, é importante um cabeçalho com as explicações.

3.2.3 Categorias de Análise

Para auxiliar a coleta de dados, foram consideradas algumas categorias de análise. Pereira, Silva e Felipe (2011) apresentaram uma matriz para avaliação de projetos de extensão que foi adaptada e considerada no presente trabalho, apresentada no Quadro 3: Categorias de análise.

Quadro 3: Categorias de análises dos projetos

Categorias de Análise	Gestão Burocrática	Compromisso Social
Metodologia	Clientelista	Formativa
Criação e desenvolvimento do projeto	Gerencialista	Consultiva
Objetivo do Projeto	Assistencial	Autonomia

Fonte: Adaptado de Pereira, Silva e Felipe (2011).

As diferentes atitudes de responsabilidade e compromisso social também serão consideradas como complementares à análise.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) as pesquisas qualitativas tendem a gerar grande volume de dados, que precisam ser organizados e compreendidos. Isto é realizado por um processo contínuo no qual se busca identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes seu sentido. É um processo complexo que abarca um trabalho de redução, interpretação e organização de dados desde o início e que acompanha toda a pesquisa.

Após as entrevistas, gravadas mediante autorização dos entrevistados por meio do programa AudioMemos, do *iPod*, quase sete horas de áudio foram transcritas, resultando em mais de 70 páginas para análise das informações contidas nas gravações. Para tanto, foram separadas por tipo de questionamento abordado, descrevendo as diversas opiniões sobre o tema e confrontando relatos dos diversos entrevistados.

Das primeiras entrevistas, sobretudo da entrevista inicial com a Coordenadora do NETI, surgiu o direcionamento para as próximas etapas da pesquisa, inclusive para complementar o roteiro trabalhado na Pró-Reitoria.

Os capítulos que trazem os resultados e conclusões da pesquisa foram construídos, principalmente com o resultado das entrevistas, mas sem identificar nomes e funções dos entrevistados. Os Entrevistados A, B, C e D são gestores da UFSC ou do NETI – incluindo aqui uma das fundadoras do Núcleo. Os Entrevistados E e F representam os alunos.

As respostas dos questionários foram tabuladas e analisadas. Um fato que ocorreu além dos questionários, foi um diálogo por e-mail com os respondentes, pois alguns queriam explicar um pouco mais sobre o trabalho, e a maioria se colocou disponível para o esclarecimento de dúvidas. Ressalta-se que a intenção dos questionários era conhecer um

pouco do trabalho em diferentes projetos e não uma tabulação quantitativa sistemática.

Na fase de análise, os diversos dados coletados são confrontados com a teoria estudada, feitas as considerações devidas.

Silva *et al* (2004) afirmam que na análise de dados dos estudos qualitativos é possível utilizar a preparação e descrição do material bruto, que consiste nas informações geralmente obtidas por meio de entrevistas. Estes dados precisam ser organizados de forma que qualquer pessoa ao lê-los possa analisá-los, e posteriormente interpretá-los.

3.4 LIMITAÇÕES

Por ser um estudo de caso, os resultados desta pesquisa são válidos para a organização estudada, no momento do estudo, não podendo ser generalizada para as demais instituições de ensino superior.

A ideia inicial era entrevistar as duas fundadoras do NETI, mas atualmente, apenas uma se encontra presente para a coleta de dados.

Pela limitação de tempo, não foi possível fazer entrevista com todos os participantes, adotando-se, portanto o critério de entrevistar representações estudantis.

Havia duas listas de colaboradores do NETI, uma com 33 nomes, e outra, com 27 nomes de professores e seus respectivos contatos, nem todos com o endereço eletrônico. O que acontece é que muitos colaboradores atuam em mais de um curso, ou coordenam um projeto e atuam em conjunto em outro. Foram usados os 23 contatos que correspondiam, mas como muitos destes participavam de mais de uma atividade, o questionário transformou-se em apenas um contato inicial, pois houve trocas de e-mails, quase sempre com todos muito dispostos a participar. Apenas um respondente informou que era apenas coordenador de projeto, recusando-se a responder ao questionário.

O termo compromisso social atribuído à universidade ainda é um conceito recente, sendo limitado o acesso a materiais sobre o assunto, e tal qual a responsabilidade social, a delimitação do conceito não é unânime. Além disso, é um tema muito abrangente, compreendendo outras questões não abordadas nesta pesquisa, como a ampliação do acesso ao ensino superior federal, as cotas, entre outras.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, buscando-se responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Para tanto, é resgatado o histórico do NETI, localizando-o dentro da estrutura na UFSC, caracterizando-o e resgatando o seu tom e missão em suas três décadas de existência. O primeiro item fala da UFSC e o segundo, especificamente do NETI, apresentando as subdivisões: história; estruturas e práticas; caracterização de seu público; pontos fortes; fragilidades; compromisso com ensino, pesquisa e extensão; projetos com a efetiva participação dos atores envolvidos, aqui com uma atenção especial à AMAG e ao CENETI; e colaboradores do NETI.

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A UFSC, como objeto de estudo destaca-se pela sua importância no cenário nacional de Instituições Federais de Ensino Superior. Criada na década de 1960, esta instituição completou meio século de existência ao final de 2010, como a Universidade Federal mais importante Estado de Santa Catarina, estando entre as dez mais bem avaliadas do país (Nadai, 2011)

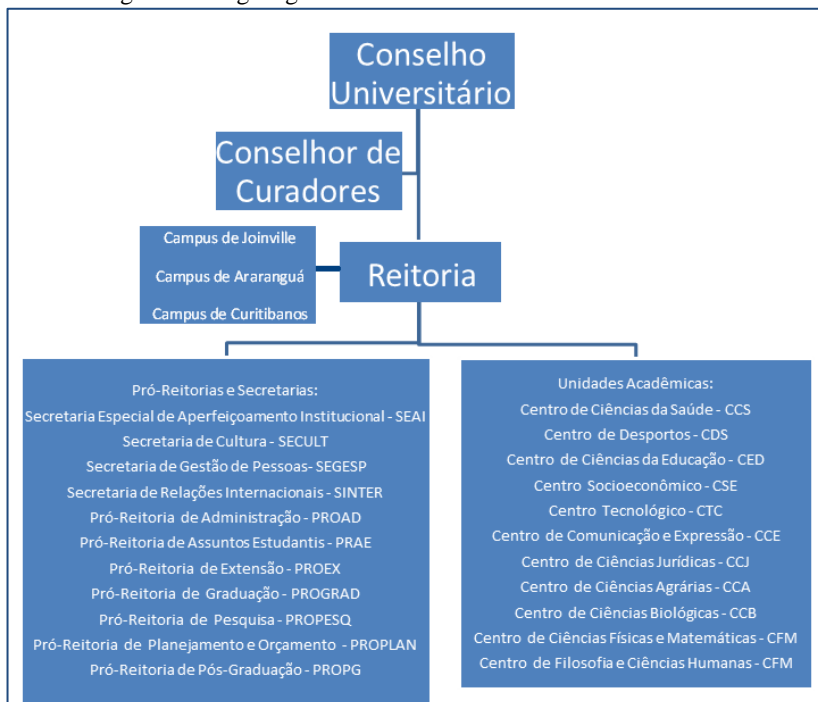
Segundo o Estatuto da UFSC, Título I, Art. 1º (UFSC, 2011) esta universidade, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960, BRASIL, 1960; Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969, BRASIL, 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com finalidade de:

produzir, socializar e sistematizar o saber filosófico, científico, artístico, e tecnológico, ampliando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica e a solidariedade, na perspectiva de uma sociedade mais justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2011, p.8).

No Título II, Art. 5º do mesmo Estatuto (UFSC, 2011), é exposto que a UFSC organizar-se-á com estrutura e métodos que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e que garantam a utilização integral de todos os recursos.

A gestão central da UFSC é feita via órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, para deliberação no nível mais alto na Universidade e as Câmaras, com função deliberativa nas áreas acadêmicas. A função fiscalizadora é exercida pelo Conselho de Curadores, pela Auditoria Interna e pela Ouvidoria. Os órgãos executivos da UFSC, como a outra parte essencial da gestão central da Universidade, são compostos de sete Pró-Reitorias e quatro Secretarias Especiais, além do Gabinete do Reitor. As Pró-Reitorias são as seguintes: Administração, Assuntos Estudantis, Extensão, Graduação, Pesquisa, Planejamento e Orçamento e Pós-Graduação. As quatro Secretarias são: Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional, Secretaria de Cultura, Secretaria de Gestão de Pessoas, e Secretaria de Relações Internacionais. A Figura 4 – Organograma Administrativo da UFSC - resume esta estrutura, através de um organograma com as Pró-Reitorias, Secretarias Especiais e Unidades Universitárias.

Figura 4 – Organograma Administrativo da UFSC



Fonte: adaptado pela autora de UFSC, 2011a.

A PROEX surgiu do desdobramento da antiga PRPE em 2012, com o objetivo de “articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade” (PROEX, 2013, s/p.).

O Entrevistado D explica que a separação da PRPE em PROEX e PROPESQ ocorreu porque apesar de indissociáveis, à medida que se distingue a pesquisa e extensão, tentam-se voltar mais recursos, principalmente de pessoal, e mais ações serão direcionadas para cada área específica. Ao dividi-la se está tentando esse direcionamento. Ressalta o “tentando”, porque ainda falta gente e um melhor dimensionamento das atividades.

Para o Entrevistado C, a nova gestão da UFSC pretende equilibrar ensino, pesquisa e extensão. Não é possível avaliar como era antes. Quem trabalha na área sabe dos avanços, mas agora se acredita que com a estrutura de extensão e pesquisa separadas, se evoluirá ainda mais. Com uma única Pró-Reitoria atuando em pesquisa e extensão, ocorria certa sobrecarga para atender simultaneamente as duas áreas. Existe o fórum dos pró-reitores de pesquisa, um fórum nacional que congrega todos os pró-reitores das universidades nesta área de pesquisa. Simultaneamente há o fórum dos pró-reitores de extensão, umas cinco reuniões anuais, além dos simpósios em uma e outra área. Há ainda a câmara de pesquisa e câmara de extensão para o trabalho interno, dentro da UFSC. “Se tudo ficar em uma única estrutura, sobrecarrega”.

O Entrevistado C complementa com outro ponto importante: a filosofia de ação, os objetivos para a pesquisa não convergem com os objetivos e a filosofia para a extensão. Não é possível uma linha de ação em uma Pró-Reitoria que atenda simultaneamente uma e outra, são critérios diferentes, prioridades diferentes. Em sua visão essa junção é um pouco forçada. Com uma estrutura especializada em pesquisa e outra em extensão, ambas têm melhor potencial de desenvolvimento do que quando estão em uma única estrutura.

Mesmo com uma estrutura criada para atender melhor extensão e pesquisa, o Entrevistado D declara que o principal foco da universidade é o ensino de graduação. Segundo o Entrevistado, a universidade tem se esforçado para equilibrar as três funções, mas em um primeiro momento, o ensino, principalmente o de graduação é a maior tarefa da universidade, porque dali se justifica a contratação de docentes e de técnicos. Depois, dentro da formação, a pós-graduação, também visando

melhorar ainda mais a graduação, porque lá se formam futuros professores, e qualifica-se ainda mais os docentes com a pesquisa, envolvendo alunos de graduação em temas de ponta. O recurso do Governo Federal, principalmente do Ministério da Educação (MEC), vem direcionado para a graduação. O recurso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a pós-graduação. E o da pesquisa e da extensão vem de outras fontes, da própria universidade, de ministérios, de pactos com o governo, uma série de empresas, com projetos específicos. Na medida em que se dispõe de mais recursos e de mais projetos, é possível desenvolver quase equitativamente, mas recurso garantido é só o que vem da graduação e pós-graduação.

Apesar de a PROEX ainda não divulgar sua estrutura em forma de organograma, em sua página institucional, apresenta como estrutura o NETI e a Sala Verde, sendo que prestar apoio à coordenação do NETI e do Projeto Sala Verde estão listados entre suas principais atividades (PROEX, 2013a).

Na gestão anterior, quando ainda era PRPE, o NETI estava ligado ao Departamento de Projetos de Extensão, portanto já hierarquicamente vinculado mais à extensão.

O Entrevistado D explica que o NETI historicamente se constituiu como um projeto de extensão e que, apesar de ensino, pesquisa e extensão serem indissociáveis, às vezes, no organograma e na forma de operar acaba-se separando pra operacionalizar.

O Entrevistado C justifica que o NETI fica hierarquicamente subordinado à extensão no organograma da UFSC porque já vinha dentro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, depois da PRPE e agora ficou só com a PROEX, porque ele é bem mais extensão do que as outras funções do tripé. Entretanto, destaca que o Núcleo nasceu há 30 anos e até já poderia ter ganhado uma hierarquia de maior importância ou independência.

4.2 UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

O início do NETI, segundo uma das fundadoras, não pode ser considerado “muito difícil”. Como em todo o começo, era preciso lutar para o que “der e vier”. Duas professoras, Neusa Mendes Guedes e Lúcia HisakoTakase Gonçalves, tiveram ideias, as organizaram e foram atrás das autoridades da época. E aí vai o projeto pra lá e pra cá, e um dia aceitaram e portarias foram criadas.

A Portaria nº 356/GR/82, designou a Prof.^a. Neusa para implantar o Núcleo de Estudos da Terceira Idade e a Portaria nº 357/GR/82, a Prof.^a. Lúcia para prestar assessoria técnica ao NETI, criado oficialmente em 3 de agosto de 1983 através da Portaria nº 484/GR/83 do Magnífico Reitor Prof. Ernani Bayer (Red Latinoamericana de Gerontologia – RLT, 2004, s/p.).

Desde 1981 as fundadoras batalhavam suas ideias em nível de reitoria. Naquele tempo a organização da universidade era mais simples, não tinha um organograma tão cheio de especificidades. Assim, as solicitações foram diretas ao Reitor, que tomou conta do projeto.

Na época da sua fundação, foi uma visão “futurista”. No início da década de 80, nem se falava em terceira idade no Brasil, quem trabalhava com idoso dizia que “trabalho com adulto”, e ambas as fundadoras já “trabalhavam com adultos” (ENTREVISTADO A).

Lúcia HisakoTakase Gonçalves era enfermeira e professora em São Paulo, e tomou as dores dos pacientes crônicos do hospital no qual trabalhava, ao perceber que estes, geralmente já com idade mais avançada, ficavam dias internados, apenas à espera de medicação, sem muita atenção ou diálogo. Esses pacientes não tinham o resultado que a equipe de saúde quer, ou seja, cura e recuperação, porque a cronicidade não tem cura, mas sim possibilidade de manter-se um equilíbrio, voltar para casa, viver uma vida normal se respeitado os cuidados que a doença exige. Essa busca do equilíbrio e empatia por aquelas pessoas que levou a Professora Lúcia a aceitar o chamado para um grande seminário com a temática do idoso realizado em todo o Brasil em 1976.

Em Santa Catarina a Professora Neusa Mendes Guedes, assistente social, lecionava na UFSC e também trabalhava no órgão responsável pela previdência social da época, sendo convidada para representar o Estado de Santa Catarina neste mesmo projeto.

Em 1976, fiz parte de um seminário no Ministério de Previdência e Assistência Social e percebemos que a população idosa do país estava crescendo e ninguém se posicionava quanto a isso. Decidimos iniciar um projeto educacional voltado para a formação de recursos humanos junto à terceira idade (GUEDES *apud* SESC, 2000, p.07).

Em 1978, a Professora Lúcia se mudou para Florianópolis, como professora doutora convidada para dar aula no mestrado de enfermagem que estava iniciando na UFSC, e decidiu prestar concurso para a universidade, trabalhando na área do idoso. Sabendo que uma professora do Serviço Social trabalhava na área, apresentou-se a ela, pedindo ajuda com bibliografias e documentos para preparar-se para o concurso. Nascia daí uma amizade e uma parceria: após a aprovação da Professora Lúcia em concurso público, surgiu a ideia de criar um núcleo de estudos com a temática terceira idade.

A Professora Neusa tinha uma amizade em São Paulo (SP) com Marcelo Salgado, assistente social do SESC que fez um estágio na França, que começou a ser um país envelhecido antes outros países europeus. Lá, Salgado aprendeu e instala a primeira escola aberta da terceira idade no Brasil, no SESC/SP, modelo que se expandiu pelos SESC's no Brasil. Neusa percebeu que isso não existia em universidades e decidiu criar. Só que em vez de Escola Aberta da Terceira Idade chamou-se Núcleo de Estudos da Terceira Idade. Entretanto, não deixa de ser aquilo que lá na França se dava o nome de Universidade Aberta da Terceira Idade. É admitido como universidade da terceira idade, mas aberta por não ter vestibular: todos podem frequentar.

Sendo aberta à comunidade desta forma, caracterizou-se como uma atividade de extensão. Assim que começou. No início, eram poucas pessoas: as duas professoras e mais alguns voluntários. Não havia um espaço do NETI, as pessoas iam alocando-se aonde “sobrava” um local. “Foram nos mandando onde abriu um lugarzinho maiorzinho, a gente ia ganhando” (ENTREVISTADO A). Foi um processo, de conquistas graduais, construídas em conjunto, que perdura até hoje.

Então foi pendurado um núcleo, e muito mal pendurado no organograma porque não sabiam aonde pendurar, né. Isso daí era uma coisa assim, e hoje em dia está dentro da Pró-Reitoria de Extensão, né. Mas demorou pra chegar aí (ENTREVISTADO A).

No início da década de 1980 existiam poucos recursos para os idosos que sofriam os efeitos graves da sua marginalização social. As instituições para idosos eram em sua maioria asilos. Neste contexto o NETI foi criado propondo-se contribuir para discussão sociopolítica da questão, muitas vezes liderando a mobilização de entidades para ação

conjunta. Desde o início, o NETI sempre incluiu a participação dos idosos nos seus projetos (RLG, 2004).

Em 1982, as professoras Neusa e Lucia fizeram um levantamento das aspirações da população idosa vinculada à UFSC e também idosos residentes próximos à Universidade, com a colaboração dos alunos do Colégio de Aplicação e do Barddal, o que motivou o surgimento do Grupo de Convivência 5 de maio para reflexão sobre os assuntos de pessoas idosas e troca de experiências (GUEDES, 1997).

Segundo o Entrevistado A no início da década de 80, as pessoas não tinham muita consciência sobre o tema e a universidade não tinha muito espaço físico. Foi pela persistência e ajuda de voluntários, futuros alunos do NETI (não os alunos da UFSC - ressalta) e de uns poucos professores que a ideia desabrochou. “Aos idosos do Grupo 5 de Maio o NETI deve sua existência (...). Eles aceitaram nossos apelos e jamais se queixaram das dificuldades que lhes eram apresentadas” (GUEDES, 1997, p.25). Muitos destes alunos tornaram-se multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, cada um conforme sua possibilidade.

RLG (2004) corrobora sobre ação conjunta: a formação da equipe do NETI surgiu de um trabalho de alunos, professores e funcionários de diversos setores da UFSC e membros da comunidade, a maioria voluntária. As discussões buscavam abranger temas gerontológicos e o fortalecimento da ideia de construir um modelo catarinense de intervenção na área.

Muito mais importante do que o local são as articulações. As fundadoras sempre buscaram articulações com diversas áreas. No início, uma das articulações foi com a medicina, com o Professor Dr. Vanir Cardoso, que perdura até hoje. É uma articulação pessoal, porque a faculdade de medicina em si não se comprometeu integralmente com a causa, com exceção de alguns geriatras. A Professora Neusa representava o departamento de Serviço Social e a Professora Lúcia o de enfermagem, mas percebeu-se que apenas três áreas não eram suficientes: foram feitas cartas, visitas, buscando a integração com esse olhar interdisciplinar (ENTREVISTADO A).

Uma das primeiras articulações exitosas foi com a educação. A Professora Eloá Aparecida Caliarí Vahl, presente no NETI até hoje foi uma das primeiras, junto à outra professora que não está mais no Núcleo. Graças à vinda da educação que o NETI passa a ter um enfoque educativo. “Nós até chamamos de gerontocultura trabalhar com a cultura do envelhecimento, para manter um idoso saudável, ativo, feliz, né. Mas a gerontocultura através da educação” (ENTREVISTADO A).

No NETI sempre se trabalhou com educação, porque se ficasse só no social e na saúde, iria acabar caindo no assistencialismo. A educação é o tom forte do Núcleo. Segundo RLG (2004), em 1984 iniciam as atividades de Educação Permanente e em 1986, os cursos de extensão à comunidade.

A assistência a pessoas que precisam também é importante e foi criado, com ajuda da Professora Lúcia, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Assistência Geronto-geriátrica – NIPEG, dentro do Hospital Universitário (HU). Lá também se encontra o Grupo de Estudos sobre o Cuidado da Saúde Integral de Pessoas Idosas (GESPI). Ambos para atender a demandas relacionadas à saúde. O trabalho é em consonância com o NETI, mas o NETI trabalha a questão da educação, da cidadania, sendo um “laboratório de estudos com idosos independentes” (ENTREVISTADO A).

Em 1987 havia o envolvimento de nove departamentos da Universidade. O Núcleo antecipou-se ao MEC na preocupação com a questão social da velhice, sugerindo a UFSC que incluísse cadeiras relacionadas à gerontologia em alguns de seus cursos de graduação. Em 1989 emerge o Grupo de Estudos de Gerontologia, que influenciou a criação do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (CFMAG) em 1990, curso aprovado na íntegra pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, através do Parecer nº 028/CPE/90 (RLG, 2004). Conforme o SESC (2000) o curso, com uma grade curricular que inclui sociologia e filosofia forma, sobretudo, pessoas conscientes e em sintonia com o seu tempo.

O NETI adaptou os modelos existentes, porque ao criar algo novo em um país, é preciso compreender o contexto do local. Conforme o Entrevistado A, não se poderia jogar um modelo como se em Santa Catarina todos fossem franceses: o contexto é a cultura brasileira, e ainda uma cultura sulina, diferente de outras partes do país e de outros países. Na educação, o que se aplica deve estar de acordo com o contexto, sobretudo o cultural. Houve um modelo adaptado para a realidade brasileira e para a época.

A construção do NETI foram batalhas em defesa de ideais. A UFSC foi pioneira ao anunciar uma Universidade Aberta da Terceira Idade no Brasil. Mas as fundadoras, com trabalho de formiguinhas, fizeram ecoar o trabalho dentro da universidade. O NETI fez muito barulho no sentido político, de divulgação durante a coordenação da Professora Neusa (até 2000) e muitas conquistas vieram por intermédio desta postura.

As fundadoras injetaram a questão da terceira idade nos políticos, nos administradores dentro da UFSC e na universidade como um todo. Atualmente, em todo o Brasil estão difundidos programas de universidade aberta da terceira idade, por menos desenvolvidos que sejam. Assim, o Entrevistado A conclui que se pode dizer que o NETI que deu certo. Ressalta, porém que os administradores devem fazer periodicamente uma avaliação para ver se é para continuar como se está ou o que necessita modificar, porque é preciso atualizar.

Três coordenadoras passaram pelo NETI além da Professora Neusa. De 2000 a 2005 o Núcleo foi coordenado pela Técnica Administrativa Jussara Bayer com Bacharelado em Letras e especialista em Gerontologia. De 2005 a 2011, foi coordenado pela professora e enfermeira Dra. Ângela Alvarez e a partir de 2011 está sendo coordenado pela enfermeira Dra. Jordelina Schier, que a partir de sua gestão, conta com o auxílio de um comitê assessor no estabelecimento de estratégias e parcerias visando à consolidação das ações político-pedagógicas.

Nestes 30 anos, o NETI desenvolveu inúmeras ações, algumas destacadas em um resumo exposto no Quadro 4: Histórico das Principais Atividades Desenvolvidas ou Coparticipadas pelo NETI:

Quadro 4: Histórico das Principais Atividades Desenvolvidas ou Coparticipadas pelo NETI

Período	ATIVIDADES
1982	Organização e coordenação do curso de Noções Básicas em Gerontologia, realizado no SESC com a participação de 115 pessoas; Encontro realizado no Colégio de Aplicação e no Barddal com estudantes e avós; Levantamento das Expectativas dos idosos em torno da UFSC; Salão de Arte do Idoso; Divulgação do NETI entre os Centros de Ensino buscando uma participação dos mesmos; Encontro de Idosos e Servidores Aposentados, na UFSC.
1983	Criação do Grupo Convivência 5 de Maio e campo de estágio dos cursos de Psicologia e Assistente Social.
1984	Criação do Grupo Convivência no Parque São Jorge (extra UFSC); Organização do Curso sobre Folclore da Ilha de Santa Catarina.
1985	Primeiro Curso de Preparação para Aposentadoria do Estado; Criação do Grupo de Ginástica e Atividades Dançantes para Idosos;

	Apresentação do Teatro Revista do SESC de São Paulo.
1986	Criação de Cursos de Extensão para Terceira Idade para a comunidade.
1987	Primeiro Treinamento de Agentes de Preparação para Aposentadoria (PPA) a Nível Estadual; Criação da primeira logomarca do NETI e criação da primeira camiseta; Produção do primeiro vídeo do NETI “O Despertar de uma Força”; Coordenação do I Seminário de Política Social do Idoso.
1988	Criação do Grupo Interno de Gerontologia do HU (atual NIPEG); Organização do Encontro com os Candidatos da Prefeitura de Florianópolis.
1989	Primeiro Treinamento Estadual de Técnicos e de Primeiras Damas de Municípios Catarinenses abordando a temática Terceira Idade; Organização e coordenação do PPA a Nível Nacional; Criação do Grupo de Dança Folclórica da Terceira Idade da UFSC.
1990	Criação do Grupo de Estudo Gerontológico – Projeto piloto que originou o CFMAG; Primeira atividade promovida por alunos do Grupo de Estudos dentro da Universidade: mesa redonda sobre “a Felicidade do Homem”; Criação do Serviço de Psicoterapia para a Terceira Idade; Criação do Grupo de Crescimento Pessoal I; Encontro de Avós no Colégio de Aplicação; Primeiro curso de PPA para funcionários da UFSC.
1991	Criação do Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização em Gerontologia; Coordenação do 1º Encontro Nacional de Estudantes Universitários da Terceira Idade; Coordenação do 1º Fórum de Coordenadores de Ações de Educação na Terceira Idade com a temática: “Revolução de Ideias na Terceira Idade”; Primeira participação como membro no Conselho Estadual do Idoso.
1992	Criação da Gerontologia em Debate - Sessões Cinematográficas; Criação do Programa “Os Avós na Universidade”; Formação da primeira turma do CFMAG.
1993	Início da primeira turma de Especialização em Gerontologia; Início do curso de inglês;

	Criação do Programa de Intercambio Comunitário em Gerontologia (PICG); Fundação da AMAG; 1ª Semana da Terceira Idade na UFSC.
1994	Criação do CENETI.
1995	Criação do Grupo de Estudos de Interações Humanas; Coordenação do Curso Intensivo de Geriatria e Gerontologia com a Fundação Oswaldo Cruz.
1996	Criação do Grupo de Encontro de Amigos; Sensibilização e criação do Núcleo de 3ª. Idade na Universidade Sudeste da Bahia/Jequié; Participação no Fórum Regional de Implantação das Ações e Políticas dos Idosos; Criação dos Fóruns Regionais da Região Sul.
1997	Organização e Coordenação do 1º Encontro do MERCOSUL sobre a Terceira Idade (MERCOSETI). Realização do primeiro encontro de especialista na área da gerontologia; Criação do Grupo “Contadores de História”; Criação do Grupo Terapêutico Teatrando; Lançamento do Livro “NETI: a construção de um caminho na gerontologia”, comemorando seus 15 anos na UFSC.
1998	Relação da UFSC com os municípios catarinenses por meio das Ações do NETI.
1999	Coordenação e execução do Congresso Latino Americano e do Caribe sobre Educação e Pesquisa em Gerontologia e Fórum de Idosos; . Cursos da Fundação de Amparo de Trabalhadores (FAT); . 1ª. Mostra Artística e Cultural dos Integrantes do NETI.
2000	Cine Debate em Gerontologia; Simpósio - 10 anos do CFMAG; Primeiro envolvimento do NETI participando na 1ª SEPEX com oficinas e varal literário.
2001	Criação do primeiro grupo de Encontros; Fórum Socialize seu Saber; seja um voluntario; Seminário Nacional sobre Novas Perspectivas de Vida na Aposentadoria; Seminário Nacional da 2ª. fase – elaboração do Estatuto do Idoso; Treinamento nacional junto a Base Aérea (BAFL) – 9 seminários; Homenagem da Câmara Municipal de Florianópolis pelas atividades desenvolvidas aos cidadãos de Terceira Idade de Florianópolis.
2002	Concurso de crônicas – “NETI, 21 anos Fazendo História”;

	<p>Criação do Grupo Literário Segundo Tempo; Lançamento do resumo das monografias do Curso de Especialização.</p>
2003	<p>NETI prestou homenagem aos 20 anos do Grupo 5 de Maio; Participação na 3ª SEPEX, onde foram apresentados vários minicursos, um estande no qual foram apresentados seus trabalhos e a barraca de contadores de história.</p>
2004	<p>Participação na 4ª SEPEX por meio de oficinas e minicurso; Criação da Revista online “NETI 20 anos: contando histórias da gerontologia”; Criação do Curso Espanhol I com envolvimento do curso de graduação; Criação do Curso Esperanto; Lançamento da Cartilha sobre o Estatuto do Idoso – Trocado em miúdos, para facilitar a vida de quem tem 60 anos ou mais.</p>
2005	<p>Participação na 5ª SEPEX – 14 a 17 de setembro por meio de oficinas, minicurso e quadro com painéis temáticos; Curso de Espanhol se junta ao Núcleo Suporte para Professores de Língua Estrangeira (NUSPPLE) com a proposta de estruturar materiais didáticos específicos para trabalhar com idosos; Participação no IX Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior e VII Encontro Nacional de Estudantes da Terceira Idade de IESs; Encaminhamento e aprovação do programa de extensão: “Atenção à Pessoa Idosa – uma proposta socioeducativa I”, período de dezembro 2005 a agosto de 2006.</p>
2006	<p>Curso de Espanhol é denominado de Língua e Cultura, a partir daí com duração de 2 anos; Grupo Chão de Estrela passa por nova reestruturação; Criação do projeto informática; Acolhimento do NETI das associações: Associação de Alzheimer – Regional SC e Associação Parkinson SC; Desenvolvimento do programa de extensão: “Atenção à Pessoa Idosa – uma proposta socioeducativa I” com participação de profissionais e acadêmicos da área da Educação Física; Desenvolvimento da oficina de artesanato no NETI; Proposta do programa de extensão: “Atenção à Pessoa Idosa – uma proposta socioeducativa II” com inclusão dos subprojetos: alfabetização e informática para pessoas idosas.</p>
2007	<p>Capacitação de idosos multiplicadores para o Curso de Alfabetização; Capacitação PICG - Prevenção DSTs/AIDS – idosos multiplicadores e Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância epidemiológica/capital idoso e Secretaria de Atenção à Saúde -</p>

	<p>Gerência do Idoso; Criação do Curso de Francês e Italiano; Semana Comemorativa aos 25 anos do NETI – abertura no Centro de Eventos da UFSC; Realização da pesquisa Instituição de Longa Permanência do Idoso (ILPI); Selo comemorativo aos 25 anos criado a partir de um concurso de logomarca; Participação na 6ª SEPEX: oficinas, minicurso e painéis temáticos NETI Mostra sua Cara; X Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da 3ª. Idade de IES em Caxias do Sul; Seminário dos grupos de crescimento pessoal; Curso Espanhol envolve alunos da pós- graduação; Lançamento do site do NETI; Homenagem do Poder Legislativo do Estado pelos 25 anos do NETI, pelo seu trabalho de promoção da educação e cidadania dos idosos catarinenses.</p>
2008	<p>Curso de Espanhol passa a ter duração de 3 anos; Curso de Empreendedorismo; Encontro Cuidando do Cuidador – familiares de pessoas com doença de Parkinson; Resgate do Varal literário; Capacitação PICG – Prevenção DSTs/AIDS.</p>
2009	<p>Curso de Espanhol inicia a elaboração do livro didático específico para idosos; Criação de mais uma turma de Grupo de Encontros; Participação do Grupo de Encontros na SEPEX, curso de Otimização da Memória; Capacitação PICG – Prevenção DSTs/AIDS; Programa de Aposenta-ção; Mini-curso sobre Memórias e Envelhecimento;</p>
2010	<p>Curso Cuidando do Cuidador; Inauguração da reforma do NETI e retorno às novas instalações; Curso: Aposenta-ção – Divisão de capacitação do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas/UFSC; Participação no 9º SEPEX, por meio de oficinas, minicurso e quadro com painéis temáticos. Curso Política do Envelhecimento; Criação do Projeto de extensão “Resignificando a arte de Envelhecer”.</p>
2011	<p>Início do curso de língua alemã; Acolhimento do Grupo de Estudos sobre Cuidados de Saúde de</p>

	Pessoas Idosas (GESPI/PEN/UFSC) e da disciplina de Enfermagem Gerontológica do Curso de Enfermagem /UFSC; II Festival Artístico Cultural do NETI: “A Colheita” com cerca de 150 participantes; Participação na 10ª SEPEX com o Estande NETI; NETI recebeu o Troféu Dez Anos de Doação e Amor da Associação Amigos do HU.
2012	Encontros Integrativos com os profissionais que atuam no NETI; Concurso nova logomarca do NETI; Cerimônia de abertura das comemorações dos 30 Anos e encontro comemorativo; Homenagem da Câmara de Vereadores de Florianópolis para 30 anos NETI; Sessão solene da Assembleia Legislativa de SC para 30 anos NETI; Concurso de Crônicas 30 anos NETI; Participação na 11ª SEPEX.

Fonte: Adaptado pela autora de material fornecido pela Coordenação do NETI.

O NETI se apresenta com os seguintes objetivos: ampliação e sistematização do conhecimento gerontológico; formação de recursos humanos em diversos níveis; manutenção de atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão; divulgação e desenvolvimento de ações institucionais e interinstitucionais; assessoramento a entidades na organização de programas de valorização do idoso; provimento de subsídios para uma política de resgate do papel do idoso na sociedade brasileira; e a realização de treinamentos, palestras e consultorias na área gerontológica (NETI, 2012).

As atividades do NETI são pautadas nos seguintes princípios: de que o ser humano é um ser que se realiza no mundo e que pode aprender durante toda a sua existência; de que a pessoa idosa é valorizada quando tem seu potencial reconhecido e se incentiva seu engajamento responsável e participativo na sociedade; e que despertar o idoso para a ação renovadora em gerontologia transforma-o em agente para auxiliar a equacionar as questões sociais do Brasil (NETI, 2012).

4.2.1 Estrutura e Práticas

O NETI, esse grandioso projeto de extensão universitária é um espaço de ações factíveis para a produção do conhecimento gerontológico e de

investimento em pessoas que desejam aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a ser. Neste espaço de ensino aprendizagem ocorrem descobertas, trocas de experiências e encontros de pessoas que inventam e re-significam o seu viver e envelhecer. Então o NETI cumpre o seu papel por meio de ações educativas e participativas, visando, sobretudo ampliar e qualificar a visão humana sobre o envelhecer com cidadania e com dignidade (SIEDLER, 2012, s./p.).

Mesmo chamado “Núcleo de Estudos”, todos os seis entrevistados compreendem o NETI como uma Universidade Aberta da Terceira Idade e um projeto pioneiro no Brasil, ou seja, um programa já institucionalizado dentro da universidade com ensino, pesquisa e extensão. Muitos dos entrevistados colocam o NETI como o maior projeto de extensão da UFSC. Apenas o Entrevistado D coloca que o HU também pode ser visto como um grande projeto de extensão, e neste caso, o NETI seria o segundo maior projeto da universidade, continuando muito relevante.

O Entrevistado C explica que a UFSC ainda não utiliza a denominação “programa” em seus formulários de extensão: um programa é o conjunto de projetos. A UFSC tem alguns e o NETI é o que melhor exemplifica, agregando as três funções: ele nasceu de projetos de pesquisa, tem atividades de ensino e atinge a comunidade de idosos principalmente através das diversas atividades de extensão.

Mesmo sem saber que o assunto principal da entrevista era NETI, tanto na Reitoria quanto na PROEX, o Núcleo foi o primeiro a ser citado quando foi pedido exemplos de projetos da UFSC relevantes por seu compromisso social.

O Entrevistado B explica que o norte do Núcleo é que as pessoas envolvidas possam continuar com as próprias pernas. Fala-se em ação multiplicadora: desenvolver autonomia e protagonismo, onde a pessoa continua com a bagagem de conhecimentos desenvolvidos, trocando experiências, aplicando em seu entorno e na sua própria vida. Ou retornar ao NETI e inserir-se em algum grupo, para continuar desenvolvendo seu aprendizado. Todos os projetos têm esse fim – que as pessoas possam aplicar em suas vidas aquilo que aprenderam e que desejem aplicar.

Com enfoque na educação permanente, o Núcleo oferece cursos, grupos, oficinas e projetos voltados para alunos idosos, objetivando a sua atualização e inserção social, além de prestar assessoria e

consultoria à comunidade, através de parcerias com entidades governamentais e não governamentais. As atividades do Núcleo listadas em seu site (NETI, 2013), acrescentado novos cursos ainda não listados na página são:

- a) Curso de Especialização em Gerontologia, *lato sensu*: objetiva capacitar profissionais de nível superior de diferentes áreas no campo da Gerontologia, tendo como perspectiva a construção de uma prática interdisciplinar;
- b) CFMAG: qualifica os idosos em gerontologia ao proporcionar o desenvolvimento de novos conhecimentos e ao estimular a prática do voluntariado na comunidade;
- c) Curso Os Avós na Universidade: discute o relacionamento intergeracional no cotidiano partindo dos membros mais velhos das famílias e estimula o resgate das histórias de vida;
- d) Cine debate em Gerontologia: promove a reflexão e debate do processo de viver e envelhecer através de personagens retratados em filmes;
- e) Curso Contadores de História: resgata o papel do idoso contador atuando com diferentes faixas etárias;
- f) Leitura e Escrita Para Pessoas Idosas e Adultas: visa atender à parcela da população de adultos e idosos que não tiveram oportunidades de acesso à escola;
- g) Cursos de Línguas para a Terceira Idade: são oferecidos cursos de alemão, espanhol, esperanto, francês, inglês e italiano, sendo alguns idiomas com mais de uma turma, para atender a diferentes níveis;
- h) Grupo de Encontro: aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal, a comunicação e as relações interpessoais através de um processo experiencial, com duração de dois semestres;
- i) Oficina de Auto Conhecimento: visa ao crescimento conjunto. Em dois semestres trabalha com os problemas existenciais dos participantes para descobrir suas maneiras de construir soluções;
- j) Grupo de Biodança da Terceira Idade: objetiva melhorar a qualidade de vida pela música e pelo movimento;
- k) Oficina de Informática para Terceira Idade: visa familiarizar idosos com noções básicas de informática para desmitificar a sua interação com o computador e estimular a pesquisa, socialização, entretenimento e a navegação na internet;
- l) Oficina de Práticas Energéticas de Equilíbrio Emocional: trabalha o equilíbrio energético do indivíduo e do ambiente;

- m) Oficina de Empreendedorismo: visa estimular o empreendedorismo na terceira idade;
- n) Projeto Artístico Cultural Ressignificando a Arte no Envelhecer: procura valorizar o talento artístico dos participantes do NETI. Desenvolve-se com: Grupo “A Hora da História”, Grupo de Teatro Chão de Estrelas, Grupo de Canto “Vozes da Ilha”, Grupo de Artesãos e Grupo Literário;
- o) PICG: os idosos atuam em atividades socioeducativas de programas sociais e comunitários, produzindo um efeito multiplicador e de intercâmbio, difundindo um novo papel social do idoso na comunidade catarinense;
- p) Programa Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson e seus Familiares: grupo de apoio para que os participantes enfrentem a doença e fortaleçam sua cidadania enquanto usuários de serviço de saúde, acerca de suas reivindicações e controle social;
- q) Projeto Grupo de Apoio aos Familiares de Portadores da Doença de Alzheimer: oferece espaço para compartilhar experiências dos portadores e seus cuidadores, com informação sobre a doença, suas reivindicações e lutas;
- r) Grupo de Apoio à Longevidade: faz visitas domiciliares a pessoas idosas, que estão afastadas do convívio social, com o objetivo de fazer companhia e estimular a integração social;
- s) Grupo de Convivência 5 de Maio: busca desenvolver a autonomia e conscientização do idoso sobre o seu valor como pessoa na vida, no grupo, na família e na comunidade;
- t) Previdência e Cidadania: continuação da linha de cursos de política, o Projeto visa orientar sobre os direitos a aposentadorias especiais, além de explicitar outros benefícios garantidos pela Constituição por leis especiais aos cidadãos; e,
- u) Grupo de Fotografia.

O Entrevistado B explica que a grande área de conhecimento do Núcleo é a gerontologia, o conhecimento relacionado com o processo de envelhecimento humano e as subáreas abrangem tudo o que diz respeito ao processo de envelhecer, que é multidimensional e multifacetado. Na área de línguas, por exemplo, o ensino de um idioma não desenvolve somente um novo conhecimento, mas ativa a parte neurológica, a plasticidade que existe dos neurônios para manutenção da memória. Tem uma vertente de saúde que entra memória, Parkinson, Alzheimer, a questão motora, a questão de demência, entre outros. O processo de

envelhecimento saudável, atividade física, que tem um link com o Centro de Desportos (CDS). A área social também é presente, sobretudo com questões políticas e de cidadania.

Também são listadas na página do NETI (2013) as entidades desenvolvidas por alunos e ex-alunos. Além da AMAG e do CENETI são citados o Grupo A Hora da História, que proporciona a interação de diferentes gerações, em cujo processo o contador idoso pesquisa e seleciona contos e histórias para apresentação em público; e o Grupo Teatral Chão de Estrelas, atividade permanente na qual os idosos elaboram textos a partir de suas vivências com o processo de envelhecimento.

Apesar de na descrição da maioria das atividades usarem o termo idoso ou terceira idade, é possível ser aluno do NETI a partir de 50 anos. A exceção é no curso de especialização e no curso de Leitura e Escrita, que não têm uma idade pré-estabelecida, sendo que o primeiro tem como pré-requisito o curso de graduação completo.

Há também as atividades realizadas em consonância com o NETI, ou seja, atividades que não são do NETI, mas que o Núcleo está junto de alguma forma: os idosos transitam lá e cá, ou se desenvolve uma pesquisa, um estudo em conjunto. Por exemplo, o GESPI é um grupo de pesquisa que é da enfermagem, mas muitos dos que estão neste grupo de pesquisa já passaram ou estão passando pelo NETI. Em consonância na verdade são as interfaces que se tem (ENTREVISTADO B).

Além do GESPI, Siedler (2012, s/p.) lista as seguintes atividades como “em consonância com o NETI”: Grupo de Apoio aos Familiares de Doença de Alzheimer, Disciplina de Enfermagem Gerontológica; NIPEG/HU; Atividades Físicas, Aquáticas e Grupo de Dança para a Terceira Idade – CDS.

O NETI fica localizado na Avenida Desembargador Vítor Lima, 145, no Campus Universitário na Trindade. O prédio possui seis salas utilizadas para os projetos oferecidos: auditório, alfabetização, sala de estudo, dinâmica, sala multiuso e informática. O espaço não comporta as aulas de todos os cursos.

Dentro da Universidade, há os parceiros que emprestam salas de aula como a FEPESE, o Centro Socioeconômico (CSE), o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), e o Centro de Comunicação e Expressão (CCE). O Departamento Artístico Cultural (DAC), também cede espaço ao grupo de teatro, às manifestações artísticas que ali acontecem. No HU acontece o grupo de Alzheimer, e também são encaminhados idosos para que tenham um atendimento diferenciado de saúde.

Para o Entrevistado F, todas as classes deveriam ser dadas na sede, facilitando assim a própria integração dos alunos, pois atualmente os cursos ficaram “espalhados pela universidade”. Em sua opinião, isso não é o ideal e mesmo ocupando outros espaços da universidade, integração com os jovens não corre como se supõe.

A escolha da coordenação do NETI ocorre por designação. A penúltima coordenadora que permaneceu na função cinco anos e ao solicitar sua saída indicou o nome da atual coordenadora, que já trabalhava voluntariamente no NETI dando aulas de noções de saúde no CFMAG, atividade que mantém concomitante à coordenação. O nome indicado foi aprovado pelo grupo participante e pelo Reitor.

Conforme o Entrevistado C, a coordenação do NETI tem sido escolhida através de uma pessoa que tenha um perfil da enfermagem, que goste do trabalho com o idoso, que tenha estudos e pesquisas relacionados com essa área e realmente queira abraçar a causa e fazer o NETI melhorar cada vez mais. O Entrevistado B afirma que é uma função gratificada, mas não é um cargo cobiçado financeiramente: para aceitar o trabalho, é importante ser motivado pela causa.

Todo início de semestre a coordenação organiza uma reunião pedagógica e de integração onde desenvolve uma temática específica, geralmente com um professor convidado da UFSC ou outra instituição. Neste dia, além da aula temática dirigida aos professores e colaboradores do NETI, são discutidos o planejamento semestral e possíveis questões administrativas. A PROEX também é convidada e participa.

O Núcleo tem uma secretaria composta pela coordenadora, os dois auxiliares administrativos, bolsistas e estagiários quando houver. Segundo informações fornecidas pelo NETI (NETI, 2012a), o Núcleo tem uma equipe técnica composta pelos membros da secretaria, um funcionário chefe de expediente e as quatro professoras contratadas pela FEPESSE.

Das professoras contratadas pela FEPESSE, três já estão no NETI há mais de vinte anos pela fundação, que as custeia. Todas as fundações da UFSC apoiam o NETI. A quarta professora foi contratada para 20 horas, por decisão da coordenação anterior. Ela já era voluntária em dois projetos e foi contratada quando a FEPESSE ofereceu mais uma vaga pra 20 horas. Foi natural, de um trabalho que já vinha acontecendo, e surgiu a oportunidade de remunerá-lo, efetivada através da FEPESSE.

Os dois assistentes administrativos lotados no Núcleo são uma conquista nova: ambos entraram em 2012, porque até então só existia a coordenação com um funcionário da universidade exercendo um cargo

de chefia dentro do NETI. Quanto aos professores, há os contratados pela FEPESE, professores da universidade com horas de extensão dedicadas ao NETI, voluntários ou bolsistas.

O corpo de funcionários, mesmo enxuto, vem crescendo. O NETI também recebeu no segundo semestre de 2012 uma professora que coordena o curso de inclusão digital, e veio com o cargo de Coordenação Pedagógica. Esse cargo não têm as funções delimitadas, porque chocou um pouco com o Comitê Assessor. No momento, a Coordenadora Pedagógica participa do Comitê Assessor Pedagógico e encabeça o projeto da especialização. De acordo com Siedler (2012), o Comitê Assessor do NETI tem caráter consultivo para apoio pedagógico e é composto pela coordenadora, professores em exercício e aposentados da UFSC que participam em projetos do NETI.

O Comitê Assessor se reúne mensalmente. A princípio o Comitê tem uma portaria para os professores participarem. Reuniões ampliadas têm sido feitas, trazendo também a equipe técnica, onde se discute questões pedagógicas e algumas questões administrativas. É uma maneira de todos saberem quais as possibilidades que o NETI tem, o que deve ser adaptado, o que não é possível, pois não há recursos e o que é possível através de captação de recursos externos. Também há reuniões setoriais com cada curso: a coordenação de cada projeto estabelece seu cronograma de reuniões e atividades. Geralmente reúne os professores e bolsistas/estagiários e se necessário, a coordenação do NETI participa. (ENTREVISTADO B).

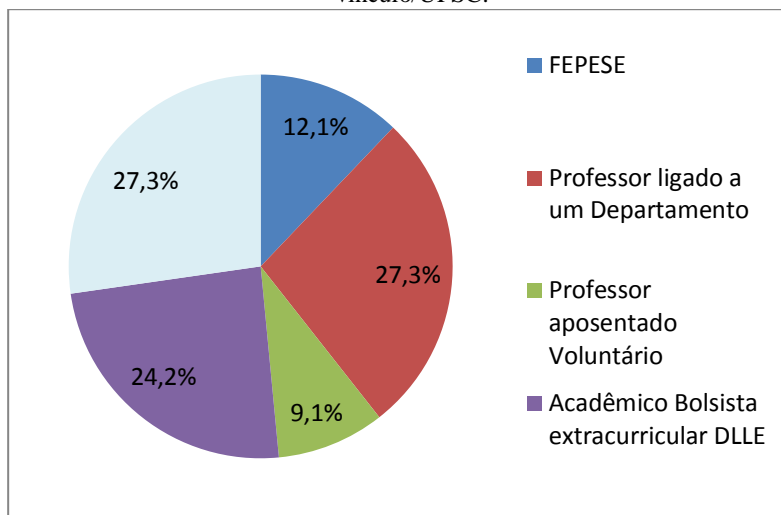
Há também voluntários que fazem acolhimento na Secretaria, na portaria da entrada principal ou há professores voluntários que são ou pessoas idosas, aposentadas, que querem continuar oferecendo algum tipo de trabalho dentro da universidade, ou até alunos de mestrado, doutorado, que vêm voluntariamente realizar alguma atividade já aliando a questão de desenvolver uma pesquisa.

Nos quadros de colaboradores, passados pelo Núcleo (NETI, 2012a), seis monitores voluntários atuaram no atendimento em 2012 no NETI, e cinco bolsistas do curso de Serviço Social atuavam no PICG e no Projeto Ressignificando a Arte no Envelhecer.

Muitos dos coordenadores de projetos do NETI atuam também como professores destes projetos, e alguns participam de mais de um projeto. Na lista encaminhada (NETI, 2012a), 33 colaboradores atuam nos Projetos, alguns na coordenação, alguns professores de um curso específico, mas muitos atuantes em várias frentes, caso que acontece com todas as professoras contratadas pela FEPESE. A Figura 5 – Professores e Coordenadores de Projetos do NETI de acordo com o

vínculo/UFSC ilustra a relação destes colaboradores, sendo que apenas 12 recebem um retorno financeiro para exercer as atividades no NETI, ou seja, a maioria não é remunerada.

Figura 5 – Professores e Coordenadores de Projetos no NETI de acordo com o vínculo/UFSC.



Fonte: elaborado pela autora.

Para desenvolver um projeto no NETI, o interessado deve propor o projeto, apresentando-o por escrito ao Comitê Assessor, que fará a avaliação – se já existe algo parecido, se é viável. Caso aprovado é verificada a viabilidade de espaço, pois há determinados projetos que o NETI não consegue disponibilizar, por exemplo, a educação física, que acontece no CDS, embora a professora que trabalha com as atividades no CDS seja parceira desde que o NETI existe. Então o projeto é aprovado, o NETI viabiliza, vê o que é necessário e abre a inscrição pra turma (ENTREVISTADO B).

Conforme o Entrevistado C, os projetos de extensão passam primeiro pelo Comitê Assessor e depois pela aprovação dos diversos departamentos envolvidos, e também pela aprovação da Coordenadora pela PROEX. Isso quando há servidores da UFSC envolvidos, porque muitos professores são voluntários, sem vínculo formal com a universidade. Neste último caso, fica uma discussão interna do NETI propriamente dito. Assim, os projetos vêm não apenas de professores da universidade, mas de profissionais liberais, ex-alunos do NETI,

aposentados, pessoas que tenham um conhecimento específico e queiram transmiti-lo.

Podem ser consideradas lideranças formais do Núcleo a coordenação, o comitê assessor pedagógico, e as coordenações dos cursos. Informalmente há professores que estão no NETI a mais de 20 anos que são lideranças importantes tanto na produção do conhecimento e formação de pessoas, quanto na tomada de decisão e manutenção dos princípios do Núcleo, a fundadora, as ex-coordenadoras que ainda mantém vínculos, e as voluntárias também porque elas fazem o acolhimento dos alunos ou de potenciais alunos, além de serem chamadas pra falar com alunos da graduação e com alunos idosos (ENTREVISTADO B).

O NETI não tem uma verba específica, ficando dependente de verbas da PROEX, que afirma que o projeto é “prioridade zero”: sempre que tem uma demanda, a Pró-Reitoria o atende sem problemas.

O NETI é um projeto de extensão registrado na Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) e na PROEX. Com esse registro é possível fazer cobrança de inscrição das diversas atividades oferecidas, um valor semestral simbólico, que varia de R\$ 35,00 a R\$ 45,00. Com essa taxa o Núcleo tem certa autonomia de recursos financeiros. O dinheiro é acumulado -se economiza muito- sendo utilizado para alguns gastos, por exemplo, para a reunião pedagógica e de integração feita no início do semestre, ou para trazer um convidado, palestrante, normalmente a PROEX ajuda, mas quando eles não custeiam, o NETI usa esse dinheiro. Na SEPEX, a PROEX custeou as despesas, mas é tudo uma negociação. Fora isso, há os editais de projetos que às vezes se consegue. Às vezes é possível receber algum dinheiro para determinado projeto, mas o uso dos recursos fica condicionado ao estabelecido pelo edital.

A PROEX tem um contato bem próximo com a coordenação do NETI, mas se pode afirmar que o NETI já tem uma dinâmica bem própria: eles tocam as atividades, se organizam de uma maneira bastante dinâmica e independente, então seguidamente a PROEX é surpreendida quando eles vêm contar as coisas que acontecem: elas fluem naturalmente, o NETI tem experiência e estrutura própria, que embora enxuta, sempre atua de maneira proativa. Mas eles têm portas abertas na PROEX para tudo o que precisarem. Pode-se dizer que, se há alguma relação de dependência, é mais um apoio quando o NETI tem alguma demanda (ENTREVISTADO C).

O Entrevistado B relata que a coordenação do NETI sempre se remete à Pró-Reitoria para submeter projetos que precisam de uma

anuência maior. Determinadas coisas são feitas e apenas apresentadas em relatórios, mas para um evento grande, se remete a Pró-Reitoria para ter sua autorização, mesmo porque há uma dependência financeira. Fora isso, o NETI caminha meio sozinho, porque tem uma linha que é muito específica, que é o envelhecimento. Agora por ser o maior projeto de extensão da universidade a PROEX tem um cuidado especial. Mas o NETI teve primeiro o reconhecimento da sociedade em geral e de profissionais da área de gerontologia como algo muito importante, uma referência. Agora o Núcleo está em um momento de voltar à UFSC, buscando esse reconhecimento dentro da universidade. Não apenas como “o maior projeto de extensão”, mas como um local de produção de conhecimento, que é o foco central de uma universidade.

Por esse motivo, apesar da boa relação da coordenação do NETI com a PROEX, o Entrevistado B convida a reflexão: é preciso repensar como o NETI está na estrutura da universidade. Para ter esse direito a assento, ter voz mais ativa, autonomia reconhecida legalmente.

Em relação ao reconhecimento dentro da UFSC, o Entrevistado F confessou que se entristeceu bastante ao participar de uma reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e encontrar três jovens da UFSC, buscando lá informações sobre a Terceira Idade para fazer um trabalho, ignorando totalmente a existência do NETI. O professor da disciplina tampouco referenciou o Núcleo às alunas, que foram ao Centro buscar informações que elas poderiam ter na própria universidade. Ou seja, “Estamos dentro da universidade e ainda não somos conhecidos. A própria universidade deveria nos indicar para o jovem, para fazer trabalho sobre o idoso”.

Fora da universidade, o NETI mantém diversas parcerias. No Conselho Estadual do Idoso, a universidade tem um assento, e a representação é o NETI desde 1991. No Conselho Municipal do Idoso, apesar de não ter assento, pessoas do NETI participam e inclusive uma aluna agora se candidatou a presidência do Conselho. Outra parceria é o SESC, no sentido de fazer eventos em conjunto. Com a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), existe a parceria porque os profissionais que trabalham no NETI geralmente são associados, o que acaba desenvolvendo trabalhos em conjunto. A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) também é parceira em eventos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), participando das reuniões da OAB cidadã.

A Videoteca é parceira, emprestando os DVDs para o curso de cine-debate, e promovendo encontros ao cinema. Já ocorreram sessões nos cinemas da cidade com alunos do NETI, em horário especial, fora

do horário comercial. A Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) tem um convênio para a capacitação de pessoas, inserida dentro do PICG.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) montou um programa todo assessorado pelo NETI que funciona até hoje. A aposentação da UFSC chama o NETI pra dar determinada aula no curso de aposentação, que prepara os servidores da universidade para a aposentadoria. E recentemente o Prof. Marcio Campos esteve dialogando para estreitar os laços e fazer uma parceria de capacitação para os aposentados do Sindicato dos Professores da UFSC (APUFSC). Nesta aproximação deseja-se produzir um livro sobre a política de envelhecimento, aposentadoria, previdência, entre outros. Um livro referência, que reúna informações, chamando pessoas chaves em cada assunto relacionado com a política de envelhecimento.

Outra parceria é com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Na SEPEX, contando histórias, em vários momentos a APAE vem com seus alunos, para participar de uma atividade do NETI. E em 2012 foi montado o grupo de estudo sobre envelhecimento e deficiência, solicitação que partiu da APAE, ao perceber o envelhecimento precoce dos deficientes intelectuais. Assim, os professores da APAE procuraram suporte do NETI, que também já foi solicitado para dar uma aula sobre processo de envelhecimento humano na Fundação de Educação Especial em um congresso recente.

No NETI também é preciso estudar o envelhecimento com deficiência porque se trabalha muito com as pessoas que não tem essa deficiência intelectual. Em uma busca na literatura sobre o tema, nas bases de dados científicas percebe-se ser uma produção ainda incipiente. Então, decidiu-se montar um grupo de estudos sobre o tema e chamar pessoas de vários setores para participar deste grupo: pessoas do NETI, pessoas da APAE, da reabilitação do Estado, um professor da UFSC da neurociência que trabalha com deficiência, da Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), do HU, para estudar sobre isso e a partir deste grupo montar seminários, atividades relacionadas com esse processo de ensino-aprendizagem, e produção sobre envelhecer com deficiência, pois existe uma lacuna. O Grupo de Estudos realizou cinco reuniões em 2012, mas ainda não está divulgado no site do Núcleo.

Os principais canais de comunicação utilizados são folders, o site, as associações e os órgãos que o NETI participa que também o divulgam, no boca-a-boca, a mídia, o release das atividades que acontecerão e das inscrições que estarão abertas é enviado no início de cada semestre. E geralmente a mídia procura o NETI para fazer algum

tipo de divulgação. Através de contato com os alunos participantes, percebeu-se que o site é importante para dar publicidade às atividades e para muitos que estão iniciando, mas que ainda grande parte do público do NETI não gosta ou não tem hábito de navegar na internet.

O relato do Entrevistado F exemplifica essa questão: “(...) não me é simpático (o computador). Sou outra geração, trabalhando de outra forma, convivendo de outra forma e dominando outras técnicas”. E o Entrevistado E corrobora, afirmando que a maioria dos alunos e ex-alunos do NETI ainda não utiliza computador. Lembra, entretanto, que o NETI tem um curso de computação, e esse quadro tende a modificar.

Os projetos têm um andamento de forma participativa e alguns são modificados também conforme a sugestão de estudantes. Segundo o Entrevistado B, é recolhido *feedback* dos participantes dos cursos, mas isso não é centralizado na coordenação, a informação vem do professor. Por exemplo, avós na universidade, no final de cada semestre, a coordenadora do curso passa uma ficha de avaliação aos alunos que é uma pesquisa de opinião. O CFMAG tem uma formatura, com a presença da reitora e emissão de certificado, mas para tanto, há um trabalho de conclusão de curso (TCC) e é feito um seminário integrativo no final de cada semestre no qual os trabalhos são apresentados. Este seminário é aberto aos alunos do curso, e à comunidade em geral e isso é divulgado.

Além dos seus próprios interesses e da solicitação da coordenação do NETI (esta última mais relacionada a modificações no horário das atividades), os coordenadores e professores de projetos citaram mudanças ocorridas por interesses dos participantes, para acompanhar a evolução da turma, atualização e adaptação aos alunos, para viabilizar a procura e a exigência da sociedade e necessidade de trabalhar algo do dia-a-dia com o grupo.

O Entrevistado E compara o NETI a uma engrenagem. Há a estrutura, a hierarquia de engrenagem. Pode-se chamar de uma caixa de troca. Tem a primeira, segunda, terceira marcha e assim por diante. Para sair com o carro, se põe a primeira marcha, depois, chega até a quinta. O NETI sempre trabalhou junto a todos que o frequentam, tanto que quando o Núcleo realiza um evento de maior porte, o primeiro suporte é o aluno, os vários voluntários que fazem parte dessa engrenagem. Existe muita integração e isso é interessante. A AMAG e o CENETI tem a própria estrutura dentro do NETI, fundamental para o funcionamento de ambos, isso é que dá condições de trabalho continuado. A universidade precisa também observar, ampliar as facilidades, não só a federal, mas todas as universidades, as instituições públicas, têm que abrir cada vez

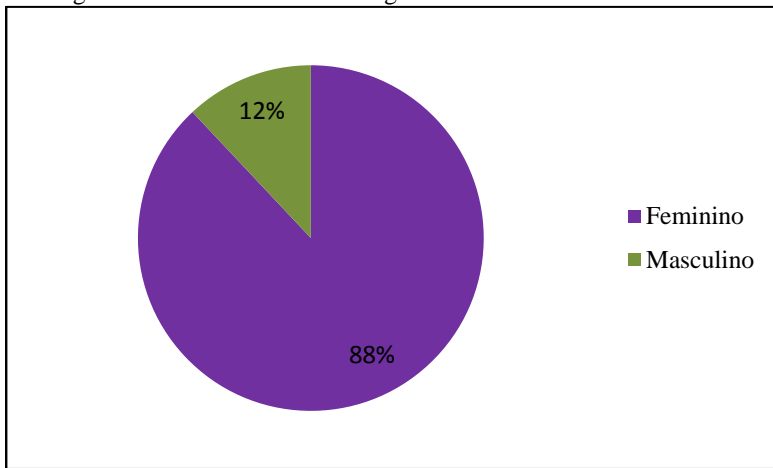
mais, porque dentro de dez anos, vai ter muita gente com 65 anos ou mais.

4.2.2 O Público do NETI

Conforme informações da coordenação, o Núcleo atende aproximadamente 700 alunos por semestre. Um novo sistema de organização de dados está sendo instalado e após a efetivação do mesmo será possível um quadro detalhado e atual do perfil dos alunos, mas por enquanto, o perfil que se tem é de uma pesquisa realizada em 2008 fornecida pela coordenação do NETI.

Em relação ao sexo e idade a pesquisa corrobora com a maioria das pesquisas em universidades e grupos da terceira idade: a maioria do público é feminino, 88%, sendo 12% do sexo masculino. Estes dados podem ser visualizados na Figura 6 – Estudantes do NETI segundo o sexo.

Figura 6 -Estudantes do NETI segundo o sexo.

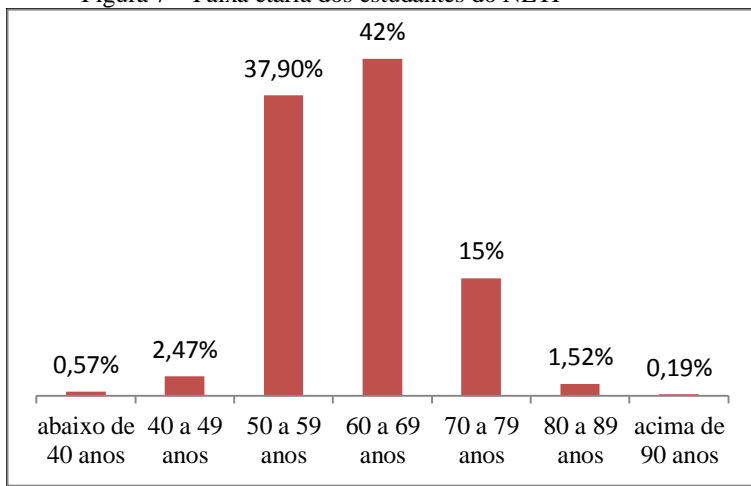


Fonte: Adaptado pela autora de material institucional fornecido pela Coordenação do NETI.

Segundo o Entrevistado B, nos quatro anos após este levantamento, já se percebe uma mudança: “há mais homens vindo”, ou seja, em sua percepção, o número de homens frequentando os projetos já aumentou. Em contrapartida, o Entrevistado F achou muito alto o percentual de 12% de homens frequentando o NETI: “devem estar espalhados, não dá para sentir”.

Em relação à faixa etária, quase 80% dos alunos tem entre 50 e 69 anos, sendo 37,9% entre 50 e 59 anos e 42% entre 60 e 69. É o início da terceira idade. 15% de 70 a 79 anos, mas o Núcleo também tem um público de 80, 89, tem um público que tem mais de 90. O NETI tem voluntárias que tem 80 anos e são várias. É importante que desde o início o público tenha contato com a ideia das mudanças nos ciclos da vida, para que tais mudanças possam ocorrer da melhor forma. Estes dados podem ser visualizados na Figura 7 – Faixa etária dos estudantes do NETI.

Figura 7 – Faixa etária dos estudantes do NETI



Fonte: Adaptado pela autora de material institucional fornecido pela Coordenação do NETI.

Os dados expostos remetem ao público mobilizado em programas para terceira idade identificado por Debert (1994): a maioria é de mulheres com idade inferior a 70 anos.

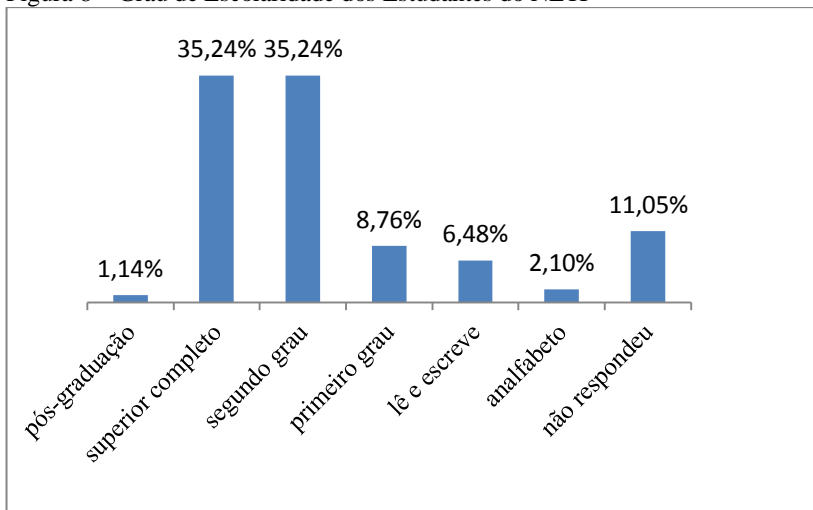
O Entrevistado F relata que depois de 50 anos de idade ocorre uma nova etapa na vida de uma pessoa adulta: os filhos voam e a pessoa acaba perdendo aquele espaço que antes dominava. Quando já não se tem os filhos, ficam dois ou um na casa, que a princípio perde a alegria, as pessoas que estavam ali, que davam a motivação da vida da mãe ou do pai. O NETI ajuda a suprir essa lacuna. O mesmo Entrevistado afirma que foi muito importante o CFMAG em sua vida, mas que o mesmo ensina muito sobre preparação para a velhice, e pode ser mais

bem aproveitado para quem inicia esse novo ciclo, ou seja, pessoas com 50 ou 60 anos.

O Entrevistado E coloca que, conforme a longevidade vai aumentando, deve-se pensar em alternativas e programas para atender a pessoas com ainda mais idade. “Amanhã vai ser fácil de encontrar pessoas com 100, 110, anos, mas é relevante saber como essas pessoas estarão”.

A grande maioria tem o superior ou pelo menos o segundo grau completo, mas há aqueles que estão aprendendo a ler e escrever e então fazem os cursos de alfabetização, ou o Grupo de Convivência 5 de Maio, enfim, o Núcleo tem programas para todos os públicos. O grau de escolaridade é exposto na Figura 8 – Grau de Escolaridade dos Estudantes do NETI.

Figura 8 – Grau de Escolaridade dos Estudantes do NETI



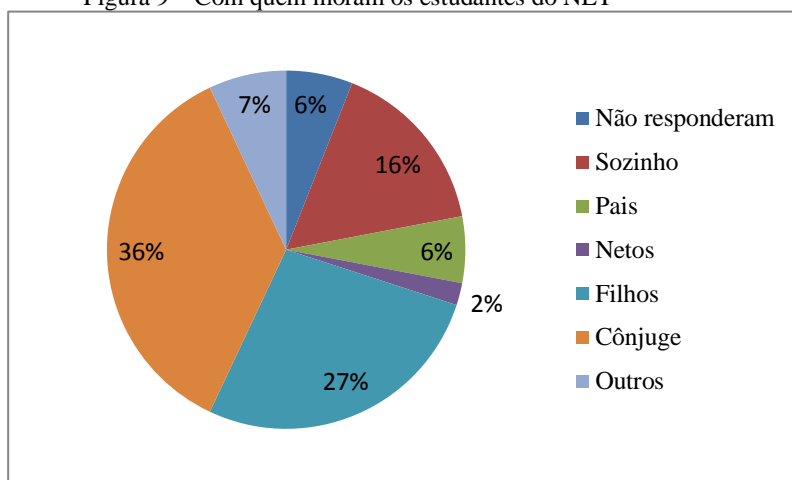
Fonte: Adaptado pela autora de material institucional fornecido pela Coordenação do NETI.

Conforme relata o Entrevistado F o NETI está organizado para receber todos os níveis da população. A maioria dos cursos não tem um pré-requisito formal de escolaridade e nenhum tem vestibular. Ressalta também que as necessidades da população mudaram nestas três décadas de existência, e o Núcleo acompanha as mudanças das necessidades. Se se refletir, há 25 anos a mulher ainda não era tão escolarizada e preparada como hoje. À medida que os anos passaram e o NETI se

estabeleceu, ele abriu o curso de monitores considerando essa parte social necessária. Com o passar dos anos, aumentaram os tipos de cursos de acordo com os pedidos, com as necessidades e para ir de encontro às pessoas conforme eles queriam, necessitavam.

A pesquisa também expõe que em 2008, 87,5% dos participantes do NETI moravam em Florianópolis, 8,5% em São José e os 4% restantes em municípios vizinhos, e que 36% dos participantes viviam com seus cônjuges, 27% com os filhos, 16% sozinhos e 21% com outros, detalhados na Figura 9 – Com quem moram os estudantes do NETI.

Figura 9 – Com quem moram os estudantes do NET



Fonte: Adaptado pela autora de material institucional fornecido pela Coordenação do NETI.

4.2.3 Pontos Fortes

As UnATIs ajudam a resgatar a autoestima das pessoas e isso é crucial e se sente em muitos dos que frequentam o NETI.

Para o Entrevistado E, dois pontos são fundamentais e devem ser destacados. Primeiro é abrir as portas para que as pessoas se integrem. Segundo é valorizar a ideia dessas pessoas: existem colegas que chegam inclusive com certa dificuldade de comunicação, sentam na última fileira, e com o passar dos meses, se transformam uma pessoa de proa, de altivez, porque lhes foi dada oportunidade. O velho não existe no NETI, velho é uma coisa que não serve pra mais nada. Aqui a questão é

o idoso mesmo, então isso levanta a qualidade de vida, levanta a autoestima das pessoas. É um ponto forte: dar oportunidade, de repente ouvir.

O Entrevistado B concorda, afirmando que o ponto forte do NETI é que ele congrega pessoas. O pilar do NETI está relacionado aos pilares da educação, e o NETI tem claro qual é o seu norte, os seus princípios. Quando o NETI foi criado, se manteve nessa linha, que ainda hoje é atual. Por isso é que se diz que as fundadoras foram visionárias. Portanto, outro ponto forte é saber quais os seus princípios, e segui-los.

Do seu início já construído com a ajuda da sociedade e sua visão de que o envelhecimento populacional estava acontecendo e as pessoas precisavam se preparar para isso, ou seja, “entender o que é envelhecer para poder se colocar na sociedade” (ENTREVISTADO B), surge o principal ponto forte, pois sua base é fazer junto.

O NETI começou com alguns professores e alguns voluntários, voluntários até pra trabalhar. E muitos destes voluntários fizeram cursos, foram multiplicadores. Alguns atendiam pessoas na portaria, outros se juntaram no programa junto com os professores e foram visitar prefeituras do interior, e assim por diante. Outros criaram pequenas sociedades, por exemplo, de contador de histórias, de poetas, surgiram muitos grupos independentes, que não ficaram atrelados ao NETI. O Núcleo é um multiplicador, se alguém sabe e se pode fazer sozinho, faça, a favor dos idosos. “Essa é a outra ideia. Multiplicadora e independentização, autonomização. Cada um é um cidadão autônomo, e lute a favor de si próprio, de um grupo” (ENTREVISTADO A).

Para o Entrevistado C, o NETI dentro universidade tem um papel agregador significativo, no sentido de fazer a universidade sair do campus e atingir a comunidade. Se um trabalho de pesquisa não reverte pra comunidade em sentido mais amplo, ele praticamente perde o sentido. O NETI atinge uma parcela da população que cresce a cada dia, a da terceira idade, que não tinha muitas oportunidades em outros locais. O NETI oferece na universidade uma infinidade de possibilidades, e principalmente a integração desse idoso no meio universitário, convivendo com outros acadêmicos, professores, jovens, e estar ainda aprendendo e se sentindo útil.

Para o Entrevistado D o NETI faz uma parte da extensão voltada à comunidade, que está trazendo cada vez mais significado, no sentido de que a população brasileira tá cada vez mais sendo longeva, e as pessoas querem chegar à terceira idade com qualidade de vida, mantendo boas relações, se sentindo realizado, inserido, podendo estar contribuindo também, que é uma forma de motivação. O NETI também

passa informação: como viver, conviver melhor. A pessoa ter suporte dos colegas, de profissionais, pra lidar com os desafios desta fase da vida. Por outro lado, o Entrevistado pensa que a UFSC pode fazer bem mais nessa área porque tem toda uma parte de gerontologia, geriatria, de psicologia, de serviço social, na área até empreendedorismo que pode ser mais explorada. Ainda assim, vê como um ponto forte: Há um potencial grande para esse grupo da população. Quando se pensa em formação continuada, esse grupo pode estar contribuindo para a geração de conhecimento.

4.2.4 Fragilidades

Apesar de ser um dos programas da UFSC que se destacam no quesito responsabilidade social, dando uma contribuição muito grande a uma determinada faixa etária que a universidade não atendia antes de sua existência, o Núcleo tem fragilidades, que devem ser reconhecidas, para pensar em avanços e melhorias.

A questão de ser um Núcleo de Estudos é importante. Mesmo percebendo que o NETI trabalha com o tripé universitário, uma questão que surgiu na fala de metade dos entrevistados é que o Núcleo precisa marcar seu território dentro da universidade, e para isso, reforçar a produção e divulgação de pesquisas. Conforme o Entrevistado D deveria haver mais investimentos “criando talvez mais estudos, talvez um mestrado na área, então teria uma questão bem consolidada”.

Para o Entrevistado A o NETI precisa avançar como Núcleo de Estudos da Terceira Idade, e estão faltando estudos. É preciso chamar pesquisadores. Em sua opinião, caberia no Núcleo um mestrado profissional, mas desde que os doutores que estão nas disciplinas, assumam com compromisso um mestrado profissional de gerontologia. Tem que ter um momento de estudos e de produção, culminando em uma linha de pesquisa tal que concentre os estudos mais prioritários e mais importantes. O Núcleo é um laboratório natural de estudo: não pode oferecer um campo de pesquisa para os outros virem aqui, beber e irem embora.

O Entrevistado A afirma também que o NETI tem que se fortalecer, pois está meio morno, não está tão barulhento e visível. Ele hoje está visível no organograma da UFSC: ao abrir o catálogo, o site da universidade, o NETI está lá pendurado. Entretanto, não ocorre com tanta intensidade a divulgação que a professora Neusa fazia em sua coordenação. Uma coisa é estar no organograma, outra é ser visível como importante ao público da universidade, porque a comunidade já

reconhece o NETI. Quais os Doutores que trabalham em cursos com alta pontuação que vêm dar cursos no NETI? Qual o quadro de doutores que estão colaborando? Há alguns, mas ainda é pouco.

Para o entrevistado B a forma como o NETI é colocado dentro da UFSC é uma fragilidade. Ele é um núcleo de estudos e depende muito do voluntariado. Tem um lado positivo, mas em termos de estrutura administrativa, é complexo porque pode comprometer a continuidade dos projetos: o voluntário pode se desligar a qualquer momento. Se houvesse um corpo de funcionários bem estruturado e mais autonomia dentro da universidade, seria uma forma de garantir maior continuidade aos projetos. Não que os projetos não tenham continuidade, mas esta fica na dependência deste amor, desse vínculo de compromisso afetivo, idealista.

Segundo o Entrevistado a fragilidade do NETI é a dificuldade de exteriorizar suas oportunidades. Eles não têm recursos, e hoje não se faz nada sem alguma coisa material. A questão financeira, talvez seja a maior dificuldade. Vontade e talento se têm, mas às vezes para fazer algo, o trabalho do serviço público é muito amarrado, fecha as portas. O emperramento da máquina é que é difícil trabalhar, às vezes fica dependente dos alunos fazerem uma vaquinha, recolhendo um pouquinho daqui, dali. Esse é o maior complicador. É a estrutura externa.

Para o Entrevistado C o ponto fraco do NETI é o espaço físico, que já foi bem mais precário, mais ainda precisa melhorar. Se o Núcleo tivesse maior espaço físico, mais adequado e um maior número de profissionais envolvidos, quem sabe até servidores da UFSC, talvez a sociedade ganhasse bastante.

O Quadro 5: Pontos Fortes e Fragilidades do NETI resume as opiniões expostas pelos entrevistados.

Quadro 5: Pontos Fortes e Fragilidades do NETI

Pontos Fortes	Fragilidades
Ajuda no resgate da autoestima.	Precisa marcar seu território dentro da universidade
Abre as portas para a integração.	Precisa realizar/divulgar mais pesquisas, avançando como Núcleo de Estudos.
Valoriza a ideia das pessoas.	Espaço físico.
Tem claro qual o seu norte.	Falta de recursos próprios

Pontos Fortes	Fragilidades
Foi construído com a ajuda da sociedade – sua base é “fazer junto”.	Estrutura administrativa muito enxuta – ampla dependência do voluntariado.
O Núcleo é um multiplicador.	Pouca autonomia.
Tem um papel agregador significativo de fazer a universidade sair do campus e atingir a comunidade.	Dificuldade de exteriorizar suas oportunidades.
Transmite informações importantes	
Há um potencial grande para o grupo da população que o Núcleo trabalha.	

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.5 Compromisso com o Tripé Universitário

Por tratar-se de uma universidade, é muito importante a prática do ensino, pesquisa e extensão. O compromisso social e a própria caracterização do NETI como uma universidade da terceira idade, pressupõe que o Núcleo trabalhe de forma indissociável, cumprindo sua função. Mesmo ligada à PROEX, trata-se de um Núcleo de Estudos, que também deve ser alimentado pela pesquisa.

Para a UFSC como um todo ocorre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Boa parte dos docentes que estão envolvidos com a graduação e com a pós-graduação, trabalham com a pesquisa e com a extensão e devolvem o próprio ensino. Então acaba sendo indissociável: existe a formação teórica, de sala de aula, mas ela também se dá nos desafios práticos que se tem (ENTREVISTADO D).

O Entrevistado B afirma que o NETI segue o tripé da universidade. A pesquisa é feita através dos alunos de graduação e pós-graduação que vêm ao Núcleo e nele desenvolvem as suas pesquisas. Há também grupos de estudos e vários trabalhos que foram desenvolvidos em parceria com o NETI, ou o utilizando como campo. Dentro do curso de especialização, cada monografia é uma pesquisa. A extensão é muito visível, são as propostas oferecidas: o NETI é um grande projeto guarda-chuva e que tem subprojetos que são desenvolvidos em vários ramos do conhecimento.

A criação do curso de Pós-Graduação em Gerontologia foi um passo muito importante para a integração do ensino e da pesquisa no NETI, segundo o Entrevistado A. A primeira coordenadora do NETI, que ficou até 2000 tinha uma posição bastante política e extensionista. Porém, um núcleo de estudos precisa enxergar as prioridades da comunidade, mas também fazer estudos, aprofundar. E a educação dada no NETI era a de grupos, do tipo extensão. De vez em quando eram recebidos alunos de graduação, estagiários: o campo estava aberto. Mas tirando o campo prático de graduação, ali parava. Então, refletiu-se sobre a necessidade de criar alguma coisa de ensino formal.

Por não ser um departamento de ensino, não era o caso a criação de um curso de graduação, mas por um curso de especialização, pensou-se inicialmente ser possível batalhar. Na verdade não era, porque a especialização era criada dentro dos departamentos acadêmicos. Ainda assim, o projeto foi desenhado, encaminhado, e aprovado: um curso de especialização em gerontologia multidisciplinar, multiprofissional, criado em 1991, com a primeira turma iniciando em 1993.

Se é educação, se é estudos, tem que formar recursos humanos (...) a especialização foi nessa função de formar, só que isso é mais pra alimentar os professores do Núcleo, porque os que formam vão embora, vão trabalhar, tão multiplicando por aí (ENTREVISTADO A).

O Quadro 6: NETI - atividades no âmbito da UFSC, expõe as principais relações do Núcleo com Ensino, Pesquisa e Extensão.

Quadro 6: NETI - atividades no âmbito da UFSC.

Atividade desenvolvida	Função Universitária
Formação de recursos humanos	Ensino
Projetos e Programas desenvolvidos no NETI com as pessoas idosas	Extensão e Ensino
Gerontologia Crítica e Emancipadora	Pesquisa, Extensão e Ensino

Fonte: Adaptado de material institucional do NETI.

4.2.6 Escutando as Demandas e Construindo em Conjunto

O NETI não pode ser confundido com um centro de convivência. É um núcleo de estudos com um papel importante na sociedade porque ao produzir conhecimento e ao fornecer formação, ao colocar a disposição da sociedade o conhecimento gerontológico, acaba interferindo no conceito de velhice que a sociedade tem. Por meio da

educação as pessoas tomam nova consciência e pela conscientização, se pode mudar atitudes e comportamentos: acreditando que velhice não é doença, acreditando que se aposentar não é ser inativo, se está mudando o conceito de sociedade.

Ao ver a velhice como uma etapa da vida e o envelhecer como um processo no qual o idoso continua se realizando no mundo e, portanto sendo ativo na sociedade, o NETI instigou, produziu, interferiu nas políticas públicas. Tanto para a colocação, porque pessoas do NETI estavam lá ajudando a propor e a construir uma política pública, uma política nacional do idoso, como o Estatuto do Idoso, quanto, torna-las efetivas. Assim quando se oferta um projeto, um curso, de política e envelhecimento, de previdência e cidadania, de formação de monitores para a ação gerontológica, quando há pessoas atuando nos Conselhos Municipal e Estadual do idoso, montando grupos de convivência com diversas atuações, cada ator do NETI está exercendo seu papel social.

O CFMAG durava três anos, porém foi reformulado, enxuto, durando agora dois anos, mas permanecendo com as mesmas disciplinas (antropologia, sociologia, filosofia, noções de saúde, direito, gerontologia e psicologia). As pessoas aprendem sobre o processo de envelhecimento e no final do curso, fazem o trabalho de conclusão que é uma ação multiplicadora, projeto que desenvolvem em algum lugar no qual tenham afinidade.

Muitos dos monitores vão para o PICG, que não é um curso, mas um projeto de extensão que interioriza a ação gerontológica, a inserção do idoso na sociedade enquanto multiplicador de ações e saberes. O projeto já passou por várias etapas: no início os idosos voluntários recebiam orientação, treinamento sobre um tema e daí eles iam a uma prefeitura de alguma cidade do Estado. Lá multiplicavam esse conhecimento, faziam trocas, ensinavam como montar o grupo.

O resultado nos locais que recebem a visita é a percepção de que algo mais pode ser feito em relação ao idoso. Sair daquela coisa que o idoso vai se reunir apenas pra tomar lanche, jogar, dançar. Ele pode se divertir, viajar, fazer tudo isso, de preferência que o faça, mas também tem um papel de proteger, requerer seus direitos, cumprir com seus deveres e atuar junto à sociedade (ENTREVISTADO B).

Nos últimos anos, houve algumas modificações: em 2011 foi investido em questões políticas, política no sentido de política do idoso, de direitos e deveres. Foram realizados três cursos sobre política do envelhecimento, três semestres seguidos e um curso de previdência e cidadania em 2012/2, que continuará sendo ofertado em 2013. Agora foi fechado um contrato com a FECAM, para o NETI ir aos municípios de

Santa Catarina e fazer uma capacitação com os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município. Essa capacitação já aconteceu uma vez durante a SEPEX. Foram realizadas reuniões com os voluntários oriundos do curso de política, os antigos e os que queriam se inserir no projeto para planejar junto, por exemplo, as metas. Os voluntários disseram o que já tinham feito, deram os depoimentos.

Esses cursos sobre política e envelhecimento surgiram da necessidade que os alunos sentiram em aprender mais sobre o que é política, o ser político, sem referências à política partidária. Foi uma demanda das pessoas que frequentam o Núcleo, para utilizar esses conhecimentos na prática. Uma aluna, por exemplo, que já participou de vários cursos do NETI e fez o curso de política, agora é candidata a Presidência do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis. Outro, que fez o curso de política e o de monitores, participou do intercâmbio e é conselheiro no Conselho Municipal do Idoso. Uma aluna do curso de cine-debate e também voluntária no projeto amanhecer do HU que trabalha com terapias complementares, propôs um curso de práticas energéticas, que aconteceu por dois semestres. Outra aluna do cine-debate, professora aposentada, se ofereceu para ser professora voluntária de inglês, ou seja, ela tem uma turma e também é aluna em outros cursos. É assim que acontece.

O Projeto de Leitura e Escrita, coordenado por uma professora do Centro de Educação (CED), atualmente é uma parceria com o EJA do município de Florianópolis. Inicialmente o projeto funcionava com idosos voluntários, que eram professores aposentados com condições de ensinar a leitura e a escrita aos idosos matriculados. Mas em um determinado momento se percebeu que alguns dos idosos gostariam de receber o diploma, o reconhecimento, que tinham feito o ensino fundamental e então se firmou essa parceria com o EJA, que disponibiliza os professores da prefeitura, nas segundas, quartas e sextas-feiras, de manhã para a alfabetização e de tarde o equivalente da quinta a nona série. E há alunos de letras ou de pedagogia, bolsistas, que dão o apoio necessário. Um aluno de pedagogia que vem voluntariamente, terças e quintas-feiras para dar apoio pedagógico, aulas de reforço. Este projeto não cobra nenhuma taxa.

O Entrevistado F explicou que o curso Leitura e Escrita chamava-se inicialmente alfabetização, mas mudou de nome para que os participantes se sentissem mais à vontade. Conforme relata, os primeiros alunos do curso de alfabetização iam ao Centro Estudantil com receio de adquirir a camiseta, questionando se na mesma constaria o nome do

curso “alfabetização”. Foi levada essa questão e o nome do curso foi modificado, e atualmente trabalha com adultos e idosos.

As pessoas que entram no NETI, muitas vezes não querem sair, o que desvirtua a ideia de independência aspirada. Busca-se resolver essa situação mostrando as alternativas possíveis de construção coletiva sem necessariamente a estrutura do NETI. O Entrevistado B exemplifica com o encerramento do curso de cinedebate em dezembro/2012. A principal queixa dos alunos era: “nós gostaríamos de continuar”, mas o cinedebate é um curso com início, meio e fim. Então, a professora responsável pelo curso levou dois ex-alunos que ao se formarem fundaram seus próprios cineclubes. Isso apaziguou o coração da turma. Os ex-alunos expuseram como deram segmento ao trabalho, passaram seus contatos e convidaram os formandos a frequentarem seus projetos. Foi uma estratégia boa. E essa é a intenção. Quem deseja ficar no NETI, pode, para produzir outras coisas, fazer outros cursos e tornar-se voluntário, multiplicador, mas a ideia não é ficar no Núcleo eternamente, mas caminhar com as próprias pernas.

Há muitos relatos de projetos e associações que surgiram a partir dos alunos do NETI, e duas representações estudantis que têm seu espaço conquistado dentro do Núcleo é a AMAG e o CENETI.

4.2.6.1 Associação dos Monitores da Ação Gerontológica - AMAG

A AMAG é uma entidade civil sem fins lucrativos, voltada aos interesses das pessoas idosas, constituída principalmente de ex-alunos formados e alunos ativos do CFMAG do NETI, e por simpatizantes, fundada em 1993 (ZIMMERMANN, 1997).

A AMAG completa 20 anos em 2013 e houve uma necessidade de uma mudança. A diretoria pensou que não deveria continuar no modelo apenas recreativo, mas agregar um trabalho social, que integre os voluntários com experiência de vida, para também trazer um resultado à comunidade e ao idoso em especial carente. Associação tem uma estrutura legal, é uma entidade de utilidade pública com CPNJ, estatutos, é reconhecida e tem condições de fazer um grande trabalho. Claro que qualquer mudança traz certa preocupação para alguns grupos, mas agora estão entendendo a mudança de postura, porque anteriormente eram apenas festas, jantares, e coisas do gênero. Ainda há recreação: tem o compromisso de satisfazer necessidades emocionais, mas também a social, para levar o resultado ao encontro de alguém que esteja precisando (ENTREVISTADO E).

Na página da Associação (AMAG, 2013) é exposto esse objetivo assumido pela nova diretoria. Encontrar parcerias junto à comunidade para a promoção de ações em benefício dos idosos, sobretudo com necessidades especiais e, se possível, fazer doações de equipamentos como: cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, entre outros objetos que possam contribuir em sua vida diária. A página expõe três itens, todos eles ressaltados na fala do Entrevistado E:

- a) Procurar congregar os familiares dos idosos visando conscientizar, valorizar e mostrar a eles os caminhos da velhice que futuramente percorrerão;
- b) Proporcionar lazer, cultura, entretenimento e novos conhecimentos na área da gerontologia aos associados e colaboradores pela promoção de atividades complementares;
- c) Reivindicar ações e direitos do interesse da população idosa.

A AMAG tem em torno de 150 associados ativos e inativos, porque alguns já estão com “idade muito avançada e não têm mais aquela fluência, mas são mantidas no quadro até por respeito”(ENTREVISTADO E). Tem gente nova, e com a atual postura se está buscando trazer os novos alunos que possam também dar segmento às ideias ou evoluir a ideia. A mensalidade é simbólica de R\$ 5,00 ou R\$ 50,00 a anuidade, valor que deve ser alterado em 2013, se aprovado em assembleia geral.

A atual diretoria procura conversar com o maior número de associados possível para tomar decisões. As reuniões são sempre abertas, as questões são discutidas e o índice de aprovação para essa mudança de postura, para uma associação socialmente comprometida foi bastante alta (ENTREVISTADO E). Para comunicar-se, a AMAG tem uma página na internet, faz audiovisual, coloca cartazes no mural, mas o boca-a-boca ainda é a melhor forma. Também tem contato com a imprensa. Segundo o Entrevistado E, é importante divulgar as coisas, pois às vezes há alguém que quer fazer algo, mas tem medo e quando vê que tem gente fazendo, percebe que é possível e acaba aderindo também.

Os associados da AMAG conhecem e dialogam com os professores do NETI. A maioria fez o CFMAG o que segundo o Entrevistado E, amplia a visão: “eu não tinha nenhuma informação científica ou técnica da coisa, mas quando eu vim fazer o curso de monitores eu comecei a ter uma visão diferenciada”. Os associados ouvem e trocam bastantes ideias com os professores, com diálogo bem aberto, e sem dificuldades, acrescentando seus diferentes pontos de vista: às vezes o professor tem uma visão técnica, e na prática, os alunos

percebem outras coisas. Mas há a liberdade desta troca de ideias, de fazer contrapontos. A relação da AMAG com a coordenação do NETI é igualmente positiva, pois há abertura e diálogo.

A AMAG trabalha junto ao CENETI, divulgando sempre que possível seus grupos de canto e dança, porque ao levar um grupo de idosos com talento a diversos locais, quem sabe outras pessoas percebam que também têm talentos, é uma maneira de mostrar e estimular.

4.2.6.2 Centro de Estudantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - CENETI

Fundado em 1994 por quatro alunos da quinta fase do CFMAG, o CENETI tinha o objetivo de reunir os alunos de todos os cursos do NETI, formando um grupo coeso em torno do Núcleo para apoiar suas ações e também ter a oportunidade de confraternizar entre os alunos do NETI e até com aluno de outros cursos da UFSC (RIO BRANCO, 1997).

A atual presidente do CENETI está em seu segundo mandato, que encerra no início de 2013. Em seu primeiro mandato reformou o Estatuto conforme o novo código civil, legalizando e atualizando todos os documentos de acordo com a lei. O mandato da diretoria passou de um ano para dois, como era quando o Centro foi criado. Foi fundado e organizado o grupo de canto do CENETI – Vozes da Ilha, que atualmente tem por volta de 50 pessoas e deste grupo surgiu um grupo de seresta.

A primeira vez que foi sugerido o grupo de seresta, não foi aceito pelo regente, mas este teve um problema e se desligou do grupo. Para evitar o encerramento do grupo, seus integrantes se mobilizaram, fizeram um abaixo assinado pedindo a continuidade do projeto, conseguindo o atual regente, que está com o grupo a mais de três anos. Ele gostou da ideia da seresta, e o projeto está há um ano e meio fazendo todo sucesso, sendo propaganda grande para o grupo. A seresta se veste como antigamente, na medida do possível porque é tudo por conta própria. O grupo de canto é semelhante a um coral, e a seresta ela veio com um diferencial muito grande (ENTREVISTADO F).

Além do grupo de canto, há grupos de dança. Eles chegam a fazer 60 apresentações/ano. O regente faz parte do coral da maestrina oficial da universidade. No CENETI é arrecadada uma contribuição mensal dos alunos para pagá-lo. O grande feito dos grupos é mostrar que os idosos podem e querem continuar vivendo.

Conforme o Entrevistado B, os alunos se organizaram para fazer o Centro Estudantil, e grande parte deles desejam participar. O CENETI defende os direitos dos alunos e também promove reuniões recreativas. Eles se organizaram de tal forma que têm o grupo de canto, há um regente que os orienta, dois alunos de fonoaudiologia que em 2012 começaram a dar exercícios pra aquecimento de voz, fortalecimento de diafragma, essas coisas. Deste grupo surgiram vários: o de seresta, as dançarinas, o grupo das três raças, o grupo das cenéticas, todos muito requisitados.

O CENETI faz a ponte entre aluno e coordenação do NETI. A composição da diretoria é: presidente, vice, tesoureiro, administrativa que seria a secretária e o social. Ultimamente, todas as funções têm se concentrando nas mãos da presidência, porque os outros membros não são muito atuantes. A presidente procura estar presente todos os dias, já que os demais membros não cumprem efetivamente o rodízio proposto e os alunos vão muito ao CENETI para conversar. O contato social é o mais forte.

Conforme o Entrevistado F atualmente o CENETI apresenta os seguintes objetivos: promover a integração social; o relacionamento interpessoal dos alunos do NETI; promover o resgate do acervo cultural dos idosos; contribuir para a melhoria da qualidade de vida do idoso. Este Entrevistado destaca a parte social como muito importante.

Percebe-se que, apesar da parte social do CENETI ser muito importante, a parte política e a participação efetiva dos alunos por meio do Centro são muito fracas. Conforme o Entrevistado F, as últimas eleições para o CENETI foram chapas únicas, e as próprias diretorias que entram não dão o devido apoio que o Centro necessita. Mais importante: a participação dos alunos se restringe aos grupos de integração e ao contato diário com a presidente, que é solícita e gosta de conversar. Há uma dificuldade de agregar todos os alunos do NETI, principalmente porque os cursos têm classes espalhadas pela UFSC e a principal forma de comunicação do CENETI com os alunos é oral.

4.2.7 Colaboradores nos Projetos do NETI

Muitas das respostas dos questionários vieram acompanhadas com um texto adicional, falando da importância do seu trabalho no NETI e pondo-se à disposição para maiores explicações. Apenas uma pessoa respondeu ao e-mail dizendo que apenas coordenava um projeto, portanto não responderia ao questionário. Assim, foram quinze colaboradores, dos mais diversos projetos, que falaram sobre o seu

compromisso com o NETI. Os respondentes acabaram representando todos os vínculos de professores nos projetos do NETI, considerando que os professores aposentados também são considerados voluntários. A Tabela 2 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes mostra os dados absolutos desta amostra.

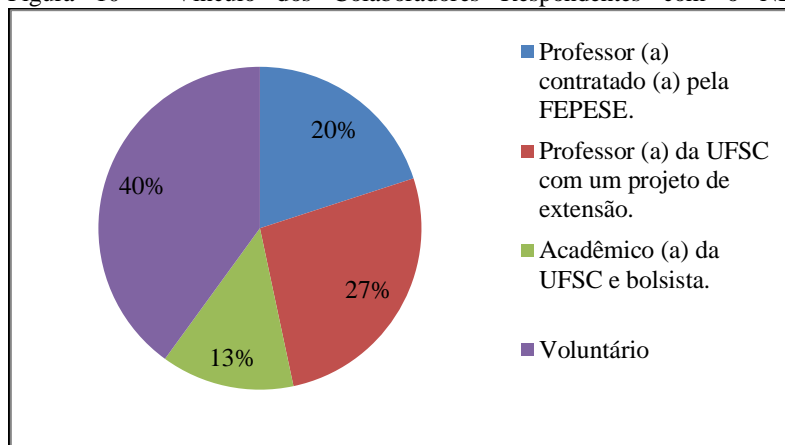
Tabela 2 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes

Tipo de vínculo	Número de Respondentes
Professor contratado pela FEPESE	3
Professor (a) da UFSC com um Projeto de Extensão	4
Acadêmico da UFSC e bolsista	2
Voluntário	6
Total	15

Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 10 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes com o NETI expõe essa representatividade. No total, 36,4% dos funcionários recebem alguma remuneração para a atividade prestada no NETI. Na amostra, 33% são remunerados, o que mostra que os respondentes refletem com certa representatividade os diversos vínculos de coordenadores.

Figura 10 – Vínculo dos Colaboradores Respondentes com o NETI.



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de a lista constar como “Professores do NETI”, é comum no Núcleo a participação em mais de um projeto, e às vezes em diferentes funções. Dos respondentes, um era coordenador de projeto, seis professores, e sete eram professores e coordenadores. Um respondente assinalou a opção “outros”, mas não especificou.

Com exceção das professoras contratadas pela FEPESE, que dedicam pelo menos 20 horas semanais ao Núcleo, a média das horas mensais dedicadas pelos respondentes ao NETI é de aproximadamente 11 horas, sendo 4 horas mensais o tempo mínimo mensal dedicado por um respondente e 25 horas/mensais o máximo de horas dedicadas por um respondente que não é professor contratado pela FEPESE. A moda são 8 horas.

Os três fatores mais relevantes na motivação dos colaboradores para participar de um projeto no NETI foram desenvolver determinadas habilidades intelectuais e profissionais perante uma nova população de aprendizes; convicções ideológicas, com a finalidade de favorecer o bem-estar do idoso e relações sociais e afetivas, desenvolvendo trocas com pessoas com ampla experiência.

Foi quase unanimidade que os benefícios financeiros são o último motivo para desenvolver trabalho no NETI. Quatro respondentes sequer numeraram a alternativa, dez os consideraram como o fator menos importante, e apenas um respondente assinalou a motivação financeira como penúltimo, em uma lista de oito fatores para estar no NETI.

Percebe-se assim, que os diversos atores envolvidos no Núcleo estão motivados com um compromisso, uma ideologia, e estão desenvolvendo trocas, ou seja, o aluno do NETI é ouvido e tem espaço para expressar suas ideias, conforme o Entrevistado E, sem nenhum tipo de coação.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são colocadas as conclusões obtidas com a presente pesquisa e as recomendações fundamentadas nos resultados apresentados

5.1 CONCLUSÕES

No Século XX, grandes transformações sociais trouxeram avanços tecnológicos e sociais, junto a novos desafios. Com o aumento da longevidade e a diminuição da taxa de fecundidade, o Brasil está passando por uma revolução demográfica, que demanda uma nova visão do envelhecer, já que a quantidade de idosos no Brasil está aumentando e a expectativa para as próximas décadas é um País no qual quase um terço da população será idosa.

Esse novo cenário clama por estudos e análises para definir da melhor forma as políticas públicas de prevenção de saúde integral e autonomia das pessoas com mais de 60 anos. Assim, é relevante investigar questões que vão além do aumento da sobrevida, compreender a situação da terceira idade para assegurar a cidadania dos idosos e para toda a sociedade, visto que as próximas gerações também partilharão dos avanços se conseguirem neste âmbito.

Nessa conjuntura, a universidade tem um papel importante na promoção da emancipação humana, visando colocar ensino, pesquisa e extensão a serviço do desenvolvimento social da Nação. As IES já são dotadas de uma função social pelo tipo de atividade desenvolvida. Quando se trata de instituições públicas, essa função é maior, todavia, visto que se trata de uma instituição de produção e disseminação de conhecimentos mantida por todos os cidadãos que pagam de alguma maneira tributos. Dessa forma, mais do que a responsabilidade social inerente a sua função de formação, as universidades federais necessitam estar engajadas, compromissadas socialmente com seu entorno.

Foi em um movimento francês partindo de uma universidade que o termo Terceira Idade foi cunhado, expressão que remete a um conceito de envelhecimento ativo, diferente do estereótipo de velhice inativa. A expressão Terceira Idade, originada com a implementação das *Universités du Troisième Âge*, se popularizou rapidamente no Brasil. Os primeiros gerontólogos brasileiros foram formados na França e o movimento de programas para a Terceira idade incrementa-se a partir dos anos 1970, chegando às primeiras universidades na década de 1980.

O NETI foi um dos pioneiros no Brasil a lutar pela temática da Terceira Idade nas universidades brasileiras. Sendo parte da UFSC, o Núcleo completa três décadas com a missão de “redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores” (NETI, 2013). Dessa forma, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de analisar as práticas de compromisso social da Universidade Federal de Santa Catarina com a Terceira Idade por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade.

Para tanto, foi feito um levantamento teórico-empírico sobre terceira idade, universidade e extensão universitária, ética, compromisso e responsabilidade social possibilitando maior compreensão sobre o tema e embasando a coleta de dados em campo.

Para coleta de dados, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com sete pessoas relacionadas com o NETI: da parte estratégica da UFSC, Vice-Reitora e Pró-Reitor de Extensão, que fez a entrevista acompanhado da Pró-Reitora Adjunta; e do NETI, a coordenadora, uma das fundadoras, e dois representantes das Associações Estudantis formadas pelo NETI. Foram também enviados questionários aos que lecionaram projetos no NETI no segundo semestre de 2012 e acompanhou-se por um semestre o Curso Previdência e Cidadania, ministrado em 2012/2.

Para responder o objetivo geral, quatro objetivos específicos foram operacionalizados, cuja análise é apresentada a seguir.

Para caracterizar o NETI, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e as entrevistas semiestruturadas. O Núcleo está subordinado no organograma da UFSC à PROEX, sendo intitulado diversas vezes pelos entrevistados “o maior projeto de extensão da UFSC” e apesar desta ligação com a extensão, é um Núcleo de Estudos que pratica a pesquisa, podendo ser caracterizado como uma Universidade Aberta da Terceira Idade, que oferece semestralmente vários cursos, que vão desde a alfabetização de adultos a especialização *lato sensu*, que qualifica profissionais formados em diversas áreas em gerontologia, para trabalhar questões específicas dos idosos.

Tal como o proposto por Veras e Caldas (2004), o NETI não estabelece estruturas infaltilizadoras, mas tem toda uma preocupação com a formação e qualificação de pessoas da terceira idade e de pessoas capazes de lidar com a terceira idade, mantendo a educação como seu norte, priorizando a autonomia e independência dentro de uma estrutura na Universidade Federal.

Para identificar a estrutura e práticas do Núcleo de Estudos da Terceira Idade foram utilizados documentos institucionais, a observação, as entrevistas e os questionários respondidos pelos colaboradores do NETI. O Núcleo tem uma estrutura enxuta de funcionários, recebendo em 2012 os primeiros concursados da UFSC lotados no NETI. Muito do trabalho é realizado com a colaboração de voluntários: alunos e ex-alunos que colaboram de diversas maneiras com o Núcleo.

O NETI tem uma coordenadora, que para assumir, tem seu nome designado, que deve ser aprovado pelo grupo participante e pelo Reitor, sendo requisito gostar do trabalho com o idoso e ter estudos e pesquisas relacionados com essa área. A Secretaria do Núcleo é composta por essa coordenadora, os dois auxiliares administrativos, e bolsistas e estagiários quando houver, e a equipe técnica compõe-se dos membros da secretaria e as quatro professoras contratadas pela FEPESE, que dedicam 20 horas semanais no Núcleo.

A coordenação é auxiliada por um Comitê Assessor Pedagógico de caráter consultivo, composto pelos professores que desenvolvem projetos no NETI. Em 2012, a Pró-Reitoria designou uma professora ao cargo de Coordenação Pedagógica, o que confrontou um pouco com as funções do Comitê Assessor, que auxilia nas decisões de forma mais participativa. Ainda não foram decididas as funções deste novo cargo: atualmente, a Coordenadora Pedagógica participa do Comitê Assessor Pedagógico e encabeça o projeto da especialização.

Um projeto no NETI deve ser proposto para análise do Comitê Assessor e se aprovado, o Núcleo viabiliza o projeto e abre a inscrição pra turma. O mesmo só vai também para análise na PROEX e nos departamentos da universidade se houver um funcionário da UFSC envolvido no projeto, porque há professores voluntários que lecionam no NETI sem vínculo com a UFSC e sem remuneração. Muitos são ou foram alunos de um curso no Núcleo e lecionam em outro.

O Núcleo mantém parcerias com diversas entidades que defendem a questão do Idoso, e esteve presente nas principais conquistas sobre o tema em relação a políticas públicas. Como não tem espaço físico suficiente para as aulas de todos os seus cursos, dentro da UFSC, também a parceiros que emprestam o espaço para o desenvolvimento de algum curso.

O Núcleo tem uma relação boa com a PROEX, sendo na realidade bem autônomo. Entretanto, seus recursos financeiros próprios são limitados à taxa simbólica cobrada dos participantes ao matricular-se em alguma atividade no semestre. Assim, há uma dependência

financeira com a Pró-Reitoria, a qual precisa se reportar sempre que há necessidade de um aporte financeiro maior. Não há um orçamento com recursos específicos destinados ao Núcleo.

Os pontos fortes e pontos fracos do NETI foram identificados através de observação e principalmente do confronto de opiniões resultantes das diversas respostas nas entrevistas.

Os pontos fortes do NETI são bem visíveis, pois o Núcleo ajuda no resgate da autoestima de muitas pessoas, atendendo a um público que a universidade praticamente não atendia até sua criação. O NETI abre suas portas para as pessoas, favorecendo uma integração. A função social do Núcleo é muito forte, no sentido de socialização mesmo, e de redescobrir a cidadania em cada pessoa, valorizando as ideias de todos.

O Núcleo trabalha com o perfil do que Melo Neto e Froes (2001) apresentam como responsabilidade social comunitária, privilegiando valores como participação e autonomia, reforçando a sua atuação com informação, sensibilização, conscientização e difusão do conhecimento visando à transformação social, neste caso, a transformação da imagem que a sociedade tem do idoso, e que às vezes, o próprio idoso tem de si mesmo. O NETI é construído sobre os pilares da educação, colocando seus participantes como sujeitos convidados a “fazer junto”, tendo desde suas bases a construção de uma vontade e do engajamento de muitas pessoas não ligadas necessariamente à universidade, mas a uma causa.

Uma questão muito ligada à independência e autonomia é a ideia de multiplicadores, ou seja, que os que passem pelo NETI não fiquem dependentes, mas que possam continuar desenvolvendo seu aprendizado e construindo pela sociedade.

Entretanto, o Núcleo apresenta fragilidades, que devem ser reconhecidas, para pensar em avanços e melhorias. A mais ressaltada pelos entrevistados é a questão do reconhecimento dentro da UFSC: o núcleo é mais respeitado como autoridade em gerontologia pela sociedade em geral do que dentro da própria universidade a qual pertence. O Núcleo precisa marcar seu território dentro da universidade, e para tanto precisa reforçar a produção e divulgação de pesquisas, criando talvez um mestrado profissional, trazendo doutores renomados na área. Quanto à questão de reforçar a pesquisa, já está como um objetivo para 2013. É necessário, entretanto, tomar cuidado para que o Núcleo não perca sua característica de abertura e se “encerre no academicismo”. É possível desenvolver pesquisas de ponta justamente com a proximidade que o Núcleo tem com sua população, conhecendo assim, mais profundamente suas demandas.

Dentro da universidade, o NETI precisa se fortalecer e tornar-se mais visível, não apenas no organograma. Outra dificuldade é a grande dependência do voluntariado, por ter uma estrutura de funcionários enxuta demais. O voluntariado é muito positivo, mas depender muito dele pode comprometer a continuidade dos projetos: o voluntário pode se desligar a qualquer momento. Se houvesse um corpo de funcionários bem estruturado e mais autonomia dentro da universidade, seria uma forma de garantir maior continuidade aos projetos. A autonomia almejada demanda mais recursos humanos e financeiros. E o espaço físico também foi apontado como um ponto fraco.

Percebe-se que muitos dos pontos fracos já foram piores: hoje, o NETI tem uma estrutura física, apesar de não suprir todas as suas demandas e tem funcionários lotados no próprio Núcleo. São conquistas graduais, mas que pela experiência acumulada e reconhecimento de tantos atores sociais em relação à importância do NETI, já se poderia ter desenvolvido e avançado mais nessas conquistas.

Para realizar o último objetivo, levantando projetos e ações desenvolvidos no NETI com a efetiva participação e compromisso dos atores sociais da UFSC, foram utilizados documentos, entrevistas e também questionários.

A partir da Matriz apresentada no Quadro 3: Categorias de Análise dos Projetos foi percebido que os projetos desenvolvidos no NETI têm forte compromisso social, pelo próprio objetivo norteador do Núcleo: independência e autonomia, empoderamento dos sujeitos. A questão da formação é muito forte.

Com as respostas dos questionários, foi confirmado que muitos dos projetos são construídos e desenvolvem-se de forma consultiva, onde os participantes têm voz. Os coordenadores e professores de projetos que responderam aos questionários citaram mudanças ocorridas por interesses dos participantes, para acompanhar a evolução da turma, atualização e adaptação aos alunos, para viabilizar a procura e a exigência da sociedade e necessidade de trabalhar algo do dia-a-dia com o grupo.

Além disso, projetos, grupos e associações surgiram através de demandas dos participantes e o próprio Núcleo, antes de ser oficializado através de uma portaria, fez uma grande pesquisa para saber as aspirações da comunidade, e teve pessoas que acreditaram na força do projeto e aderiram à causa.

As associações estudantis, sobretudo o CENETI, precisam assumir seus papéis como representações estudantis, mas para tanto, é necessária a participação efetiva dos estudantes.

Nogueira (2000) afirmou que o compromisso social da universidade é inserir-se nos atos de promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e de desenvolvimento social, resgatando a cidadania como o valor que orienta a práxis universitária, dando prioridade às atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política. A instituição deve dirigir suas atenções às demandas sociais. Para tanto, precisa buscar junto à própria comunidade elementos que lhe permitam detectar seus anseios em uma postura de convivência aberta e horizontal. Mediante essa definição, pode-se afirmar, como foi colocado sem titubear pela parte estratégica da universidade, que o NETI representa bem a UFSC no quesito compromisso social.

Ainda assim, vale a reflexão de se a maioria das conquistas do NETI são méritos do próprio Núcleo, ou se a UFSC tem um grande papel nessas conquistas. Ao se resgatar os critérios para caracterizar um investimento social como estratégico proposto por Mach (2012), é possível perceber que da parte do NETI, há uma postura de investimento social estratégico, mas ainda falta ampliar os aportes de recursos para que o Núcleo possa potencializar seus pontos fortes.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Baseado nos resultados expostos na presente pesquisa recomenda-se que o NETI realize pelo menos a cada troca de gestão, que desde 2000 ocorre em média em cinco anos, uma pesquisa das demandas da comunidade, tal como foi feito no início do Núcleo. Outra medida muito simples que pode ser adotada, principalmente porque muitos participantes ainda têm receio de usar o computador, é a adoção de uma caixa de sugestões, onde participantes e colaboradores possam depositar suas ideias.

Seria interessante no início de cada semestre uma semana de integração, na qual os estudantes tivessem a oportunidade de conhecer o CENETI e a AMAG. Quem sabe, com uma maior divulgação e com a oportunidade de encontro, principalmente o Centro de Estudantes se fortalecesse politicamente, ampliando o contato entre os alunos e fortalecendo os objetivos do NETI.

Outra proposta a ser estudada para tornar as decisões ainda mais participativas é a presença de representação estudantil no Comitê Assessor Pedagógico.

Para ter independência e autonomia de recursos, poderia ser estudada a proposta de o NETI ter uma estrutura independente no

organograma da universidade. Seria necessário um estudo cauteloso do que o Núcleo ganharia com isso, mas a questão merece ser analisada.

Junto a essa pesquisa, é relevante estudar novas formas e modelos de financiamento para o NETI.

As fundações de apoio surgiram em alguns discursos como fundamentais para apoiar o NETI, inclusive a FEPESE paga quatro professores e também ajuda com espaço. Tendo em vista que tais entidades são importantes, uma sugestão para futuras pesquisas é a relação das fundações de apoio da universidade com o compromisso social da instituição.

Outra sugestão de pesquisa é um levantamento para saber no que estão trabalhando os egressos da especialização em gerontologia, importante para descobrir se o curso realmente cumpre seu efeito multiplicador e pode ser um primeiro passo de avaliação do curso e de reflexão sobre a criação de um mestrado profissional em gerontologia.

Ainda em relação a pesquisas futuras, seria interessante buscar as outras universidades públicas catarinenses, para compreender, comparar e dividir experiências de Universidade da Terceira Idade e compromisso social, podendo montar redes, modelos e parcerias que beneficiem a toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCURSI, Federico Mario *et al.* **Difusión de temas del Programa Amartya Sen en las Carreras de Grado de la Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas de la Universidad Nacional de Rosario.** Rosario, UNR: 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais:** pesquisa qualitativa e quantitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMAG. UFSC. **Objetivos e Metas.** Disponível em: <<http://www.amagufsc.org.br/atividades-e-metas/>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

ARAUJO, Margarete Paneraí *et al.* (Org.). **Construindo o Social através da Ação e da Responsabilidade.** Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

ASSMANN, Selvino José. **Filosofia e Ética.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE (AIU3A, França). **Histórico.** Disponível em: <<http://aiu3a.com/HISTORIQUE.html>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Universidade Inovadora: entre a tradição e a renovação. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil:** conceitos e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 18, p. 339-350.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho.** 2011. 64 p. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

BARBIERO, Alberto. Prefácio. In: GHIZONI, Liliam Deisy; CANÇADO, Airton Cardoso. **Desenvolvimento, Gestão e Questão Social: Uma abordagem Interdisciplinar**. Contagem - MG: Didática Editora do Brasil LTDA-ME, 2011. p. 15-16.

BEDÊ, Margo Aurélio (Org.). **Responsabilidade Social nas Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo**. São Paulo: SEBRAE, 2005.

BELLEI, Renata Aparecida *et al.* Profissionalização dos professores universitários: raízes históricas, problemas atuais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 217, p.401-410, set. 2006. Quadrimestral.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Zaia *et al.* **Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992. p. 71-78.

BLAUTH, Guilherme. **De olho na vida: Encontros com a ecopedagogia**. Florianópolis: Instituto Harmonia Na Terra, 2008.

BLAUTH, Guilherme; ABUHAB, Patrícia. **De olho na vida: reflexões para um consumo ético**. Florianópolis: Instituto Harmonia Na Terra, 2006.

BRASIL. Biblioteca Universitária. UFSC. **Pesquisa Geral: NETI**. Disponível em:

<http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa=#sobe_paginacao>. Acesso em: 01 jan. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Constituição (1988). Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 15 abr. 2012.

_____, Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL, Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6EDCAA45AFCFE6F204E976B1B4E487C1.node2?codteor=337551&filename=LegislacaoCitada+-PL+5842/2005>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: jan. 2013.

_____, Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: ago. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Governo Federal. **Futuro**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34054&janela=1>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: Peixoto, Clarice Ehlers (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 109-144.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. MOTIVOS E VANTAGENS ASSOCIADOS AO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE. **Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p.27-54, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/6946/4214>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

CANEN, Ana *et al.* Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 103-244. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

CASTANHO, Daniel Faccini. A Gestão da Responsabilidade em Instituições de Ensino. In: COLOMBO, Sonia Simões; CARDIM, Paulo A. Gomes (Org.). *Nos Bastidores da Educação Brasileira: A Gestão Vista por Dentro*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 232-251.

CASTRO, Claudio de Moura. **A Prática da Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CRUZ, Breno de Paula Andrade et al. Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 Anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior. In: **XXXIV ENANPAD**. 2010, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

DAL RIO, Maria Cristina. Construção de Novas Formas de Sociabilidade no Processo de Envelhecimento e na Velhice. In: DAL RIO, Maria Cristina; MIRANDA, Danilo Santos de. **Perspectiva Social do Envelhecimento**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 11-27. Disponível em:
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume4_Perspectiva_social_do_envelhecimento.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça. Voluntariado en el mundo: Extensión Universitaria en Brasil. **Vu!**: El Periódico del Programa Nacional de Voluntariado Universitario, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Educación de La Nación, n. 06, p.10, abr. 2009.

DANIEL, Fernanda. O conceito de velhice em transformação.
Interações: Sociedade e Novas Modernidades. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. n. 10, p. 113-122. Abr. 2006. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/179/185>>. Acesso em 01 ago. 2012.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. ANPOCS, 1996. GT Cultura e Política da ANPOCS. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm>. Acesso em: 02 ago.2012

_____. Envelhecimento e Curso da Vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 120-128, 1997. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/12112009-093723debert.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2012.

_____. Gênero e Envelhecimento: Os Programas para a Terceira Idade e o Movimento dos Aposentados. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 33-51, 1994. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16288/14829>>. Acesso em 02 jul. 2012.

DEMO, Pedro. **Complexidade e Aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2008.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. Disponível em: <<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Artigo-7-gestao-social-e-transforma%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2012.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Pubifolha, 1999.

DUPRAT, Carla Cordery. **A Empresa na Comunidade**: um passo-a-passo para estimular sua participação social. São Paulo: Global: Porto Alegre, RS: IDIS –Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2005.

FLEURY, Sonia. Inclusión social y democracia deliberativa en América Latina. In: CANUDAS, Rocío Del Carmen; LORENZELLI, Marcos. **Inclusión Social una Perspectiva para la Reducción de la Pobreza**. Honduras: Indes, 2005. p. 194-208. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2220284>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS (Manaus). **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

GADOTTI, Moacir. Prefácio: Educação e Ordem Classista. In: FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 9-14.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GOERGEN, Paulo. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

GUEDES, Neusa Mendes. A construção de um caminho. In: GRÜNEWALD, Virginia (Org.). **NETI: A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997. p. 21 – 28.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HANDEM, Priscila de Castro; MATIOLI, Caroline Pavlú; PEREIRA, Fernanda Geisteira C.. Metodologia: Interpretando Autores. In: FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e Metodologia da Pesquisa Científica**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2004. p. 101-130.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro, 2012. 211 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Tábuas Completas de Mortalidade**.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm> Acesso em: 06 jan. 2013.

INEP (Brasília). Ministério da Educação. **Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA (Brasil). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (Brasil). **O que é RSE: Referências.** Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2012.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Metodologia do Trabalho Científico.** Florianópolis: UFSC, 2009.

KALACHE, Alexandre. Apresentação. In: FRUTUOSO, Dina. **A terceira Idade na Universidade.** Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999. p. 7-10.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social: Uma contribuição à gestão transformadora das organizações.** Petrópolis: Vozes, 2004.

KARKOTLI, Gilson. **Fundamentos da Responsabilidade Social.** Curitiba: Camões, 2008.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KERR, Clark. **Os usos da universidade: com *post scriptum* 1972.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceara, 1982.

KLIKSBERG, Bernardo. El rol de la responsabilidad social empresarial en la crisis. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **Primero La Gente: Una mirada desde la ética del desarrollo a los principales problemas del mundo globalizado.** 5. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2009. Cap. 12, p. 307-324.

_____. **Es difícil ser joven en América Latina.** Conferência proferida em Rosário, Santa Fé, Argentina, 30 abr., 2010.

_____. **Más Ética, Más Desarrollo.** 19. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2008.

MARCH, Carlos. **Actitudes empresariales en inversión social.** Disponível em: <http://fortalecersemdp.files.wordpress.com/2012/01/fortalecerse_mar_del_plata.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.

_____. La sociedad civil, mucho más que un sector. **La Nación**, Buenos Aires. 3 jul. 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=820068>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Aquiles. Envelhecimento, Sociedade e Cidadania. **Revista Transdisciplinar de Gerontologia**. Porto: Universidade Sénior Contemporânea/ Departamento de Estudos Sociais, v. 1, n. 1, p. 79-80, dez./mai., 2007.

MATOS, Marilú Luiza de. **Análise da evolução da extensão da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1997 a 2003**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo (SP): Saraiva, 2008.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MOISEICHYK, Ana Elizabeth; BIAZÚS, Cléber Augusto. **O Papel da Universidade diante do contexto atual: uma questão de responsabilidade social**. In COLOSSI, Nelson et al. *A Gestão Universitária em Ambiente de Mudança na América do Sul*. Blumenau: Nova Letra, 2002. (p. 153-158).

MORETTO NETO, Luís. **Ética e Responsabilidade Social**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2010. 122 p.

NADAI, Mariana. **As 10 melhores universidades públicas do Brasil.**

2011. Disponível em:

<<http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/melhores-faculdades/as-10-melhores-universidades-publicas-do-brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, São Paulo, v. 6 (supl.1), p. S4-S6, 2008. Disponível em:

<<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

NETI. UFSC. **Apresentação.** Disponível em:

<<http://neti.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

_____. UFSC. **Atividades.** Disponível em:

<<http://neti.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

_____. **Contatos Professores NETI.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <floramds@gmail.com> em: 18 dez. 2012a.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Funções Sociais do Ensino Superior Hoje. In: BRANDÃO, Zaia *et al.* **Universidade e Educação.** Campinas, SP: Papyrus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992. p. 79-86.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 1996. 2º Semestre. Disponível em:

<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

NIELLO, José Vargas. **Responsabilidad Social Empresarial (RSE) desde la perspectiva de los consumidores**, Santiago de Chile: Impreso en Naciones Unidas, dic. 2006. Disponível em:

<<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/28375/lc-w-109.pdf>>.

Acesso em: 15 dez. 2012.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (BRASIL). **Extensão universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

NOVO, Luciana Florentino; MELO, Pedro Antônio de. **Universidade Empreendedora: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social.** In: MELO, Pedro Antônio de; COLOSSI, Nelson (org.) Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Florianópolis: Insular, 2004. p.17-35.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918).** Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais. In: SADER, E.; ABOITES, H.; GENTILI, P. (Org.). La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 66-79. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

OLIVEIRA, Maurício Roque Serva de. **Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor.** Florianópolis: UFSC, 2008. 108 p.

PACHECO, Eliezer Moreira. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social:** Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa:** Abordagem teórico-prática. 14. ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.

PENTEADO, Sílvia Teixeira. **Identidade e poder na universidade.** São Paulo: Cortez; Santos, SP: Unissanta Editora, 1998.

PEREIRA, Ariane Rodrigues; SILVA, Flora Moritz da; FELIPPE, Samuel. Universidade e Compromisso Social: Atividades de Extensão sob a Ótica da Gestão Social. In: **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU**, 2011, Florianópolis. Acesso e Permanência, 2011.

PIMENTEL, Flávia; PEREIRA, Fabiana Dos Santos. A Responsabilidade das Instituições de Ensino Superior Públicas com Relação à Exclusão Social: uma reflexão sobre a reserva de cotas para a matrícula de indivíduos afro-descendentes. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p.65-85, jan./jul.2004.

PINHEIRO JUNIOR, Gilberto. Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica. **Linhas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1255/1067>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-13.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

PROEX. **Apresentação**. Disponível em <<http://proex.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. **Atribuições**. Disponível em <<http://proex.ufsc.br/atribuicoes/>>. Acesso em: 15 jan. 2013a.

REIS, Marcelo Menezes. **Estatística Aplicada à Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

RICCA, José Luiz. O Desafio da Responsabilidade Social. In: BEDÊ, Marco Aurélio. **Responsabilidade Social nas Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo**. São Paulo: SEBRAE, 2005. p. 7-8.

RICCI, Natália Aquaroni *et al.* Interdisciplinaridade na gerontologia: uma revisão da literatura. **Revista Kairós**: gerontologia, São Paulo, 9(2), p.19-37, dez. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/gerontologia/downloads/Kairosv9_n2.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1989.

RIO BRANCO, Roberto Maturino. O CENETI. In: GRÜNEWALD, Virginia (Org.). **NETI: A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997. p. 205 - 207.

RISTOFF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 1, p. 37-52.

RLG. Red Latinoamericana de Gerontologia (Santiago de Chile). **Antecedentes del Núcleo de Estudios de Tercera Edad-NETI. 2004**. Disponível em: <<http://www.gerontologia.org/noticia.php?id=206>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

RUBBINI, Nora Inés; ELIAS, Nora Ester; GALÁN, Liliana. **El rol de las Instituciones Educativas en la Formación Ética del Licenciado en Administración: El caso Argentino**. Disponível em: <<http://www.enduc.org.ar/enduc4/trabajos/t110-c23.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2012.

SAMTEN, Padma; CARUSO JUNIOR, Vitor. **O lama e a economia: diálogos sobre budismo, economia e ecologia**. São Paulo: Rima, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. p. 13-104.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes Dos. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005**. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

SANTOS, Célia; MARTINS, Teresa; FERREIRA, Teresa Rodrigues. Saúde e Qualidade de Vida: Contributos Teóricos. ESEP - Escola Superior de Enfermagem do Porto (Portugal). **Saúde e Qualidade de Vida: o Estado da Arte**. Porto: Núcleo de Investigação em Saúde e Qualidade de Vida, 2009. p. 15-27.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **Primeramente a gente**: Uma mirada desde a ética del desarrollo a los principales problemas del mundo globalizado. 5. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial Srl, 2009.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SESC. Para maiores de 60 anos. **Revista e**. São Paulo, n. 42, p.7-7, nov. 2000. Disponível em:
<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=91&Artigo_ID=968&IDCategoria=1125&reftype=2>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SIEDLER, Mônica Joesting. **NETI 30 anos**. Out. 2012. Disponível em
<<http://www.youtube.com/watch?v=24O6KNzdmYM>> Acesso em: 30 out. 2012.

SIMONEAU, Adriana; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Programa universitário para pessoas idosas: a estrutura da representação social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 63, n. 1, p. 11-21, 2011. Disponível em:
<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=229018648003>> Acesso em 01 ago. 2012.

SILVA, Flora Moritz da. **Universidade e Compromisso Social**: a Prática da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 168 f. Monografia (Bacharel em Administração) - UFSC, Florianópolis, 2010.

SILVA, Rafaela de Oliveira Lopes da. *et al.* Resultados da Pesquisa: análise e discussão dos achados (dados produzidos). In: FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e Metodologia da Pesquisa Científica**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2004. p. 144-150.

SOBRINHO, José Dias. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

SOLOMON, Robert C. **Ética e Excelência**: Cooperação e Integridade nos Negócios. Civilização Brasileira, 2006.

STUCCHI, Débora. **Os programas de preparação a aposentadoria e o remapeamento do curso da vida do trabalhador**. 1994. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000076691&fd=y>>. Acesso em: 20 set. 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; *et al.* **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

_____, Fernando Guilherme. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 19 – 34.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Relatório Social 2010**. Florianópolis: UFSC, 2010.

_____. **Estatuto 2011**. Florianópolis: UFSC, 2011. 29 p. Disponível em <<http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2011/10/Estatuto.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2012.

_____. **Portaria nº 106/GR/2004**. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em <<http://portal.inpeau.ufsc.br/files/2012/05/Estatuto-INPEAU.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. Florianópolis: UFSC, 2011a. 391p. Disponível em <http://www.die.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2010.pdf>. Acesso em 14 jan. 2013.

_____. **Resolução Normativa N.º 03/CUn/09**. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/06/003CUn2009Extensao.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

VERAS, Renato Peixoto. A era dos idosos: os novos desafios. In: **Oficina de trabalho sobre desigualdades sociais e de gênero em saúde de idosos no Brasil**. Brasil: Ouro Preto; 2002. p.89-96.

Disponível em:

<<http://alpha.cpqrr.fiocruz.br:81/nespe/Content/Ouro%20Preto/ouro-preto-anais-final.pdf>> . Acesso em: 08 Ago. 2012

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Ago. 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.81, p. 156-177, mar. 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YUNES, Rosendo A.. Universidade do século XXI: tecnologia e humanismo. **UFSC: Jornal Universitário**, Florianópolis, p. 3. maio 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.

ZIEM, Flavia. **Envelhecimento e Educação: um Campo de Novas Reflexões e Saberes para o Serviço Social**. 2010. 70 f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2010.

ZIMMERMANN, Joci Terezinha. Associação dos Monitores da Ação Gerontológica da UFSC – AMAG. In: GRÜNEWALD, Virginia (Org.). **NETI: A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997. p. 209-212.

APÊNDICE A – Tópicos abordados no contato inicial com a coordenação (conhecendo o terreno).

- O NETI é uma Universidade da Terceira Idade?
- É chamado “Núcleo de Estudos”, está ligado à Pró-Reitoria de Extensão. Também pratica-se/promove-se a pesquisa? As três funções são desenvolvidas em conjunto?
- Pedido de bibliografia que retrate a história do NETI mais profundamente do que no site.
- Ao longo da história, houve modificações significativas no NETI?
- Qual o perfil do público atendido?
- Há uma lista atualizada dos cursos que estão sendo ofertados neste segundo semestre de 2012? (Por que eu não achei o curso de previdência e cidadania no site).
- E para fazer o curso de especialização também tem que ter no mínimo 50 anos? E o de monitores?
- Trabalho com os idosos no CDS.
- O trabalho final dos monitores está ligado ao Projeto de Intercâmbio Comunitário em Gerontologia?
- Em assessorias e apresentações – por exemplo, na SEPEX – quem participa das apresentações: professores, alunos dos cursos...
- O NETI tem um organograma? Está divulgado em algum local, como ter acesso?
- Sobre como são lotados os servidores técnico-administrativos.
- Sobre a escolha/designação da coordenação.
- Sobre a formação da coordenadora e se há algum adicional no salário.
- Como é feita a contratação de professores por meio de fundações, e sobre outros professores, que são voluntários.
- Escolha dos projetos ofertados.
- O que são as atividades realizadas em consonância com o NETI, exibidas no vídeo de 30 anos (SIEDLER, 2012)?
- Algum projeto já partiu da demanda dos alunos do NETI?
- Os professores voluntários ganham algum recurso para desenvolver os projetos?
- O projeto relacionado à Educação de Jovens e Adultos também paga uma taxa de matrícula?
- Da onde surgiu a ideia de fazer um Centro de Estudantes?
- Como está estrutura do o Centro de Estudantes?
- Solicitação dos contatos dos representantes do Centro Estudantil, da AMAG e da fundadora do NETI.

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista Semiestruturada para a Reitora e Pró-Reitor.

1. O que você entende por responsabilidade social? E por compromisso social? Há alguma diferença?
2. Qual é a função da extensão no contexto atual da universidade? Você poderia conceituar extensão?
3. Quais os programas da UFSC que têm destaque no quesito Compromisso Social?
4. A universidade dedica a mesma consideração às atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou você acredita que há uma hierarquia de prioridades? É realmente aplicada a indissociabilidade entre estas três funções da universidade?
5. Por que a separação da PRPE em PROEX e PROPESQ? Como isso contribuiu para estas duas funções da universidade?
6. Qual o papel do NETI na UFSC?
7. Por que o mesmo ficou hierarquicamente subordinado à PROEX no organograma da UFSC?

Perguntas adicionais, realizadas apenas à PROEX:

8. O NETI poderia/deveria ter uma estrutura independente no organograma da UFSC, como uma secretaria, por exemplo?
9. Quais os pontos fortes e os pontos fracos do NETI?
10. De que forma é escolhida a coordenação do NETI?
11. Qual a função da PROEX dentro do NETI? Como ocorrem as trocas, o diálogo? Qual a influência da PROEX no NETI?
12. Como é feito o repasse de recursos? O NETI, por ser um programa permanente, tem um orçamento destinado especificamente a ele?
13. Os cargos de coordenação, chefia, recebem alguma gratificação dentro do NETI?
14. Os projetos de extensão oferecidos passam primeiro pela PROEX ou primeiro pelo Comitê Pedagógico?
15. E os quatro professores contratados pela FEPESE, esse trâmite passa pela PROEX ou é direto pela fundação?

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semiestruturada com participantes do NETI.

1. Histórico: Por que o NETI foi criado em 1982? Como se desenvolveu? Do que tem mais orgulho?
2. Quais são as principais áreas de conhecimento do NETI?
3. Quem são as lideranças? Como estão estabelecidas?
4. Como é a equipe? Quantos são profissionais e quantos são voluntários?
5. Quais as principais fontes de financiamento? Como desenvolve suas estratégias de sustentação? De onde vêm os recursos (materiais, humanos e financeiros) e como são geridos?
6. Quais as principais parcerias? (Parceiros locais – ONGs, empresas...).
7. Qual é a relação do NETI com o setor privado? *Aqui também lembrar dos sindicatos.*
8. O NETI tem relação com o poder público? Qual?
9. Que novas ideias e propostas o Núcleo está desenvolvendo?
10. Como se dá a participação da direção da UFSC no NETI?
11. Meios de divulgação: como é a divulgação dos projetos na comunidade? Quais são os principais canais de comunicação? Há uma caixa de sugestões (usuários/colaboradores)?
12. Processos participativos...
13. O NETI mantém contato/troca com outras universidades que trabalham com a Terceira Idade?
14. Qual o contato com os estudantes da graduação/ pós-graduação da UFSC? (contato/ integração intergeracional).
15. É realizado algum controle sobre o retorno de cada projeto? De que maneira? É recolhido um feedback dos participantes? Qual a participação da comunidade neste processo?
16. Sobre os professores contratados pela FEPESE: Quantos são? Como foi a decisão de contratá-los? Da onde vem o recurso?
17. Qual, em sua opinião, é a vocação social do NETI? Há sinergia entre a atuação do NETI e esta atuação social?
18. Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados no NETI? Que sugestões você daria para enfrentar esses desafios? (tratar de pontos fortes e fracos).
19. Como você vê o NETI daqui a 10 anos?
20. Você acredita que o NETI deveria ter uma estrutura independente no organograma da UFSC?

21. O NETI reconhece seus *stakeholders*? Quem são? Qual o relacionamento?
22. O NETI possui um programa de educação/conscientização ambiental e de coleta seletiva em sua estrutura?
23. Qual o requisito de isenção em um curso do NETI?

APÊNDICE D – Questionário para os Professores do NETI.

Esse questionário tem por objetivo conhecer um pouco sobre os professores do NETI. Não será divulgado o nome de nenhum professor específico e o trabalho final será encaminhado para o NETI.

As questões de 1 a 8 referem-se ao projeto que você está atuando em 2012/2.

1. O projeto no qual você participa pode ser definido como:

- | | | |
|----|----------------------------|-------------------------------|
| A. | Línguas estrangeiras | E. Projeto Artístico Cultural |
| B. | Inclusão Social | F. Terapêutico |
| C. | Grupo de Estudos | G. Projeto de Formação |
| D. | Projeto de Prevenção/saúde | H. Outro |
-

2. Qual a média de carga horária mensal de trabalho dedicada ao NETI no segundo semestre de 2012? ____ horas/mês.

3. Qual seu vínculo com o projeto do NETI?

- A. Coordenador B. Professor C. Outro _____

4. Há quantos semestres o projeto é oferecido? _____ semestres.

5. Há quantos semestres você está envolvido com o Projeto? _____ semestres.

6. O projeto foi modificado de alguma forma desde a primeira classe oferecida?

- () sim, modificações na didática.
 () sim, modificações no conteúdo.
 () sim, modificação nos horários.
 () sim, outras
-

() não ocorreram modificações (pule para a questão 8).

7. Por que essas mudanças ocorreram?

- A. Solicitação da coordenação.
 B. Solicitação do comitê pedagógico.

- C. Solicitação dos participantes.
- D. Interesse do pesquisador.
- E. Compatibilidade de agenda.
- F. Outro_____

8. Como surgiu o projeto?

- A. De um interesse do pesquisador.
- B. Solicitação dos participantes do NETI.
- C. Identificação de uma demanda social.
- D. Projeto de conclusão de curso.
- E.
- Outro_____

As próximas questões relacionam-se a todo o seu trabalho dentro do NETI, no atual projeto e em projetos anteriores, caso se aplique.

9. Você é remunerado pela sua atividade no NETI:

- A. Sim, sou contratado (a) pela FEPESE.
- B. Não, sou professor (a) a UFSC e dedico-me a um projeto de extensão.
- C. Sim, sou acadêmico (a) da UFSC e recebo bolsa pelo projeto.
- D. Não, sou acadêmico (a) da UFSC e voluntário do NETI.
- E. Outro_____

10. Enumere por ordem de relevância os motivos que o levaram a desenvolver um projeto no NETI, considerando 1 o mais relevante e 8 o menos relevante.

- () Desenvolver determinadas habilidades intelectuais e profissionais perante uma nova população de aprendizes.
- () Convicções ideológicas, com a finalidade de favorecer o bem-estar do idoso.
- () Relações sociais e afetivas, desenvolvendo trocas com pessoas com ampla experiência.
- () Oportunidade de colocar na prática conhecimentos da área de formação.
- () Oportunidade de desenvolvimento de novas ferramentas metodológicas e didáticas.
- () Benefícios pessoais.
- () Geração de novos conhecimentos.
- () Benefícios financeiros.

11. Há quantos semestres você está realizando projetos no NETI?
_____ semestres.

Muito obrigada!